



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)

BRUNO LACERRA DE SOUZA

A REPRODUÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: OS
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO REUNIDAS
EM PROMISSÃO/SP

Marília

2016

BRUNO LACERRA DE SOUZA

A REPRODUÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: OS
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO REUNIDAS
EM PROMISSÃO/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.
Orientador: Mirian Cláudia Lourenção Simonetti.

Marília

2016

BRUNO LACERRA DE SOUZA

A REPRODUÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: OS
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO REUNIDAS
EM PROMISSÃO/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.
Orientador: Mirian Cláudia Lourenção Simonetti.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Silvia Aparecida Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho (Universidade Federal de São Carlos)

Marília, 12 de Fevereiro de 2016.

Souza, Bruno Lacerra de.
S729 A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária : os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP / Bruno Lacerra de Souza. – Marília, 2016.
119 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Mirian Cláudia Lourenção Simonetti.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Comunidades agrícolas – São Paulo (Estado). 4. Juventude rural. 5. Brasil – Reforma agrária. 6. Assentamento Reunidas (Promissão, SP).
I. Título.

CDD 301.35098161

Dedico este trabalho e toda a minha vida a Deus, que se faz presente através de meu mestre, Paramahansa Yogananda.

logue, Guru Indiano, Cientista, Poeta, Músico e Escritor.

Jai Guru!

AGRADECIMENTOS

Agradecer as pessoas que fizeram parte de minha trajetória até este momento é um passo significativo pois é parte de um processo de reflexão e retomada dos principais momentos, alegrias, tristezas e conquistas que permitiram realizar e aprender muito com essa pesquisa. Também é um momento polêmico pois podemos contemplar algumas pessoas e esquecermos de tantas outras, que através de seu trabalho, esforço e participação na universidade e em todos os espaços da nossa sociedade, contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

Começo por aquele que iniciou a minha caminhada, conduziu e que permaneceu a todos os momentos, observando, raciocinando e apontando o melhor caminho a seguir, **Ele**, no qual deposito todo o meu amor, minha segurança e minha esperança, meu Pai Celestial, que através de meu mestre **Paramahansa Yogananda**, me encheu de amor e gratidão para continuar a lutar por todos os ideais nos quais acredito.

Agradeço à minha família, minha mãe **Silvana** e a meu pai **Nivaldo**, que me ofereceram infindável abrigo, compreensão, amor e educação, presentes que sempre carrego comigo e que sempre divido com todos que convivo. O que aprendi e vivenciei com minha família jamais encontrei em outro lugar e tenho a certeza de que dividir todo esse aprendizado com o mundo é a melhor retribuição que posso dá-los por tamanha dedicação. **Caroline**, obrigado por compartilhar e apreender este amor de forma harmoniosa, estaremos sempre entre irmãos.

Agradeço à minha namorada **Amanda** que desde os primeiros momentos sempre dividiu comigo todas as responsabilidades, sempre se envolveu em minhas pesquisas, participou das atividades de campo, conheceu os assentados e os jovens com os quais desenvolvemos nossos projetos, aprendeu comigo e me ensinou também tantos conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos. O que partilhamos são os mesmos presentes que ganhamos dos nossos pais, muito amor, compreensão e carinho, que nos meus momentos mais difíceis e mais alegres você soube compartilhar com a maior generosidade do mundo.

Agradeço à minha amizade Divina, **Telma**, que me apresentou o amor de nosso mestre e me ajudou em todos os momentos com suas excelentes aulas de

Yoga, sempre ajudando e aconselhando seus alunos a construir sólidos princípios de não violência, de verdade, de pureza, de contentamento, de realização e de amor.

Aos meus grandes amigos da universidade e da vida - que juntos aprendemos a encarar com a maturidade necessária as agruras e prazeres da vida, que sempre estiveram presentes em momentos acadêmicos, também em momentos familiares, em viagens e nas pesquisas de campo, ofereço-lhes o meu carinho e o mais alto desejo de felicidade e realização a todos vocês.

Alex que me ofereceu uma amizade sincera, divertida e sempre nova, me advertindo também em muitos momentos quais as mudanças em meu caminho deveriam ser executadas; compadres para sempre.

Claudinha, que me ensinou muito sobre como viver a vida de forma mais leve, raciocinando sobre a realidade ao nosso redor e me ajudando a perceber que o que a gente leva da vida é a vida que a gente leva.

Thaylize, que nos últimos anos me mostrou que a academia não pode ser vivida sozinha e que precisamos de amigos com tamanha força de vontade para todos os momentos, desde carregar móveis, limpar o centro de pesquisa, arrumar a casa, como também apresentar um trabalho em território estrangeiro sem falar uma palavra em espanhol e ainda nos divertirmos em todos esses momentos.

Agradeço a todos os Assentados, todos os Jovens do curso Cinema, Juventude e Ruralidades e a todos os Jovens do Assentamento Reunidas que colaboraram sempre nas nossas pesquisas e em especial à **Alice** e ao **Benê**, que se tornaram amigos para a vida. Obrigado pelo abrigo, pelo amor, pela solidariedade e por tanto aprendizado.

À professora **Mirian Simonetti**, que sempre acreditou no potencial de meu trabalho e se dedicou à orientação e a leitura sempre atenta de meus textos, me sinto realizado com a construção desta pesquisa, que materializa tantos encontros, planejamentos e discussões que tivemos nos últimos anos. Companheira de jornada, que tanto me ensinou sobre a vida e sobre a academia, me aconselhando e me mostrando o que é ter jogo de cintura, como conduzir uma pesquisa de campo e como se relacionar com outros pesquisadores. Nosso encontro só foi possível devido a sua apaixonada dedicação e condução do **Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais, CPEA**, no qual eu conheci meus colegas de

trabalho, **Bruno, Carol e Drica** aos quais agradeço por tantos momentos de estudos, congressos, pesquisas, viagens e sempre fantásticas confraternizações.

À professora **Silvia Aparecida de Souza Fernandes** que com grande carinho e amizade colaborou com ricas observações, indicações de leitura e correções importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Que nossos projetos futuros produzam grandes frutos!

À professora **Rosemeire Aparecida Scopinho** que com grande carinho dialogou comigo, colaborou com seus textos e opiniões e que está muito presente neste trabalho por ter muito contribuído para minha percepção acerca da juventude rural e do fazer pesquisa. Que nossos projetos futuros também produzam grandes frutos!

E com tamanha gratidão agradeço a todo o **Povo Brasileiro** que acredita no papel da universidade e que financia toda essa estrutura nos possibilitando recursos para desenvolver nossas pesquisas através dos órgãos de fomento, CNPQ, PRONERA e CAPES. Agradecemos aos **Funcionários e Professores** da UNESP – SP e da FFC, UNESP de Marília que possibilitaram a realização de todas as nossas atividades com tanta dedicação e qualidade.

A lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua, já que nunca pensaremos todos da mesma maneira, já que nunca veremos senão uma parte da verdade e sob ângulos diversos. (GANDHI, 1925, p. 230).

RESUMO

Nesta dissertação analisamos alguns aspectos da questão agrária brasileira com o intuito de compreender a luta pela terra, os movimentos sociais e os Assentamentos de Reforma Agrária e a sua relação com as construções sociais que permeiam a Juventude Rural brasileira. A partir desta reflexão inicial, destacamos como tema da nossa pesquisa os jovens nos assentamentos de reforma agrária - e as principais problemáticas relacionadas ao tema da Juventude Rural. Para consolidarmos nossa reflexão e dialogarmos com a pesquisa bibliográfica, realizamos uma pesquisa de campo para investigar a Juventude Rural enquanto uma categoria que pode ser observada na prática. Deste modo, apreendemos, a partir dos Jovens Rurais do Assentamento Reunidas localizado na cidade de Promissão/SP, relatos de sujeitos que possuem determinadas relações com a realidade, com a luta pela terra, que trabalham no campo ou na cidade criando estratégias de vida específicas para permanecerem no assentamento, que possuem projetos de vida, sonhos, relações com os movimentos sociais e interpretações próprias do que é ser jovem no mundo de hoje. Discutimos a importância que a permanência desses jovens em seus lotes desempenha na questão da sucessão familiar e da consequente reprodução social nos assentamentos, problema decorrente ao envelhecimento dos primeiros assentados dos projetos de reforma agrária.

Palavras Chave: Comunidades agrícolas – São Paulo (Estado). Juventude rural. Brasil – Reforma agrária. Assentamento Reunidas (Promissão/SP). Reprodução Social. Geografia Rural. Brasil – Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

In this work, we analyze some aspects of the Brazilian agrarian question in order to understand the struggle for land, social movements and the Agrarian Reform and its relationship with the social construction of the Brazilian Rural Youth. From this initial reflection, we highlight the theme of our research, young people in agrarian reform settlements - and the main issues related to the theme of Rural Youth. To consolidate our reflection and relates it with the literature, we conducted a field survey to investigate the rural youth as a category that can be observed in practice. We studied the Rural Youth of Assentamento Reunidas located in Promissão/SP by their reports, that have shown their relations with the reality in settlements, with the struggle for land, with the work in the field or in the city, the arrangements that they have made to stay in the settlement, and also the reports have shown what are their life plans, dreams, their relationship with social movements and their own interpretations of what is to be young in today's world. We discussed the importance that maintaining these young people in their grange plays on the issue of family succession and the resulting social reproduction in the settlements, problems arising from the aging of the first settlers of agrarian reform projects.

Keywords: Agricultural Communities – São Paulo (State). Rural Youth. Brazil – Agrarian Reform. Assentamento Reunidas (Promissão/SP). Social Reproduction. Rural Geography. Brasil – Rural Development.

RESUMEN

En este trabajo se analizan algunos aspectos de la cuestión agraria brasileña con el fin de entender la lucha por la tierra, los movimientos sociales y de la Reforma Agraria y su relación con las construcciones sociales que subyacen a la Juventud Rural de Brasil. A partir de esta reflexión inicial, destacamos el tema de nuestra investigación, los jóvenes de los asentamientos de la reforma agraria - y las principales cuestiones relacionadas con el tema de la juventud rural. Para consolidar nuestra reflexión y dialogarnos con la literatura, se realizó un estudio de campo para investigar la juventud rural como una categoría que se puede observar en la práctica. Por lo tanto, aprehendemos, de la Juventud Rural de lo Assentamento Reunidas situado en Promissão/SP, relatos de sus relaciones con la realidad, con la lucha por la tierra, con lo trabajo en el campo o la ciudad, la creación de un régimen específico para quedarse en el asentamiento, que tienen planes de vida, los sueños, las relaciones con los movimientos sociales y las propias interpretaciones de lo que significa ser joven en el mundo de hoy. Hablamos de la importancia de mantener a estos jóvenes en sus parcelas juega en el tema de la sucesión de la familia y de la reproducción social que resulta en los asentamientos de los problemas derivados del envejecimiento de los primeros pobladores de proyectos de reforma agraria.

Palabras clave: Comunidades agrícolas – São Paulo (Estado). Juventud Rural. Brasil – Reforma agraria. Assentamento Reunidas (Promissão/SP). Reproducción Social. Geografía Rural. Brasil – Desenvolvimento Rural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Brasil – Mortos em conflitos no campo - 1964 a 2006 (Nº Total / Participação Regional)..... | 45 |
| Mapa 1 – Localização de Promissão/SP | 59 |
| Mapa 2 – O Assentamento Reunidas dividido em Agrovilas | 60 |
| Gráfico 2 – População total residente em Área Rural, segundo a idade – Brasil (%) | 63 |
| Gráfico 3 – População de 15 A 32 anos residente em Área Rural por idade – Brasil (%)..... | 67 |
| Gráfico 4 – População de 15 A 25 anos residente em Área Rural, segundo o sexo e a idade – Brasil (%)..... | 67 |
| Gráfico 5 – Produção acadêmica por ano | 70 |
| Gráfico 6 – População Urbana e População Rural residentes na cidade de Promissão/SP segundo idade (Anos)..... | 92 |
| Gráfico 7 – População Jovem residente na Área Rural de Promissão/SP segundo idade (Anos)..... | 93 |
| Figura 1 – Panfleto convite para a sessão de cinema na Agrovila Campinas..... | 107 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Categoria Juventude, Ano e Problemáticas | 71 |
| Tabela 2 – Organização da Juventude nos Movimentos Sociais Rurais..... | 76 |
| Tabela 3 – Perfil dos Jovens Entrevistados | 94 |
| Tabela 4 – Principais políticas governamentais para a Juventude..... | 118 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ACCEPAR | Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina |
| CESP | Companhia de Energia Elétrica de São Paulo |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário |
| CLACSO | Conselho Latino Americano de Ciências Sociais |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNJTTR | Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais |
| CNPQ | Conselho Nacional de Pesquisa |
| CNS | Conselho Nacional dos Seringueiros |
| CONCRAB | Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| CPAs | Cooperativas de Produções Agropecuárias |
| CPEA | Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CRARA | Comitê Regional de Apoio a Reforma Agrária |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| ENFF | Escola Nacional Florestan Fernandes |
| FAO | Órgão das Nações Unidas para Alimentação |
| FETRAF | Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar |
| GLEP | Grupo Linense de Educação Popular |
| GUT | Grau de Utilização da Terra |
| IBGE | Instituto Nacional de Geografia e Estatística |
| IBRA | Instituto Brasileiro de Reforma Agrária |
| IBS | Instituto Biosistêmico |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INDA | Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário |
| IPPRI | Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais |
| ITESP | Instituto de Terras do Estado de São Paulo |

| | |
|---------|--|
| MA | Ministério Agrário |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MASTER | Movimento dos Agricultores Sem-Terra |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MMC | Movimento de Mulheres Camponesas |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MPV | Medida Provisória |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| TEM | Ministério do Trabalho e Emprego |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONGs | Organizações não governamentais |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PJR | Pastoral da Juventude Rural |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária |
| PROCERA | Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| SUPRA | Superintendência de Reforma Agrária |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| UDR | União Democrática Ruralista |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 16 |
| 2 | A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS | 26 |
| 2.1 | Aspectos da Discussão sobre a Questão Agrária Brasileira | 26 |
| 2.2 | Os Movimentos Sociais e a Luta Pela Terra | 41 |
| 2.3 | Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais | 48 |
| 3 | PROMISSAO: DA LUTA PELA TERRA À FORMACAO DO ASSENTAMENTO REUNIDAS – SP | 52 |
| 3.1 | A formação fundiária da Região de Promissão | 52 |
| 3.2 | Movimentos sociais e a luta pela terra na região de Promissão: o Assentamento Reunidas e a transformação da realidade local | 57 |
| 4 | A JUVENTUDE RURAL: TEORIAS, SUJEITOS E TRABALHO DE CAMPO . | 65 |
| 4.1 | Principais Problemáticas Relacionadas a Juventude Rural: Um Conceito em Construção..... | 65 |
| 4.2 | Assentamento Reunidas, Pesquisa e a Juventude | 84 |
| 4.3 | Relatos Orais: Os Jovens do Assentamento Reunidas..... | 91 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 109 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 112 |

1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa objetiva o estudo de jovens assentados e as principais problemáticas relacionadas ao tema da Juventude Rural. Também analisamos alguns aspectos da questão agrária brasileira com o intuito de compreender a luta pela terra, os movimentos sociais e os Assentamentos de Reforma Agrária e a sua relação com as construções sociais que permeiam a Juventude Rural brasileira. A partir de relatos orais dos Jovens do Assentamento Reunidas localizado na cidade de Promissão/SP, analisamos sujeitos que possuem determinadas relações com o assentamento, com a luta pela terra, que trabalham no campo ou na cidade criando estratégias específicas para permanecerem no assentamento, que possuem projetos de vida, sonhos, relações com os movimentos sociais e interpretações próprias do que é ser jovem no mundo de hoje. Discutimos a importância que a permanência desses jovens em seus lotes desempenha na questão da sucessão familiar e da consequente reprodução social nos assentamentos, problema decorrente ao envelhecimento dos primeiros assentados dos projetos de reforma agrária.

Nessa introdução apresentaremos a trajetória do pesquisador e a relação que ela possui com a construção do objeto de pesquisa e com as teorias através das quais fizemos a leitura de nossa realidade nas pesquisas de campo. O processo de elaboração deste trabalho foi dividido em duas etapas, na primeira, houve uma aproximação com o universo de pesquisa e com as teorias estudadas buscando levantar elementos que subsidiassem a interpretação dos dados que seriam levantados na segunda etapa, a pesquisa de campo no Assentamento Reunidas, localizado em Promissão/SP, que nos forneceu elementos empíricos para analisarmos a Juventude Rural presente neste assentamento.

O interesse pela temática acerca Juventude Rural brasileira e suas problematizações são fruto de discussões elaboradas pelo discente com sua orientadora e também da vivência, das atividades, das pesquisas de campo e discussões desenvolvidas pelo grupo de pesquisa ao qual o discente é vinculado. Foi no período da graduação que surgiram alguns questionamentos relacionados à questão agrária brasileira e a vontade de entender uma série de questões sobre a formação do nosso território. Nesse momento, o Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) - vinculado a Faculdade de Filosofia e Ciências

(FFC), UNESP - Campus de Marília passou a integrar a minha formação e me motivar a pesquisar questões relativas a assentamentos rurais e os seus processos de reprodução social entre as gerações.

A discussão sobre a questão da sucessão das terras conquistadas na luta pela terra e pelos processos de reforma agrária é importante, pois, uma vez que os assentamentos mais antigos de nosso estado já possuem mais de 28 anos de existência, estamos diante de um processo de envelhecimento da primeira geração das famílias assentadas. Neste momento surgem novos sujeitos que ocupam os espaços de coordenação da produção e da organização do lote, na maioria das vezes os filhos - pois a sucessão nos assentamentos só pode ser dada por herança - o que modifica as relações sociais e a forma pela qual se reproduzem os assentamentos.

É nesse contexto em que passamos a nos preocupar em entender um pouco mais sobre Juventude Rural presente nos assentamentos de reforma agrária, essa discussão gerou a monografia - na área das ciências sociais - intitulada “Juventude Rural: Um Conceito em Construção” que buscava debater as categorias e limites teóricos para pensarmos a questão da Juventude Rural no Brasil, portanto, o tema da juventude faz parte de meus estudos desde a graduação. Realizamos na monografia uma aproximação à bibliografia relativa à juventude rural e percebemos que ela era uma categoria consolidada enquanto objetos de estudos nas áreas da geografia, na história e na sociologia. Naquele momento percebemos que existiam diferentes concepções com relação a pesquisas envolvendo a juventude rural, e que, frente às concepções observadas, gostaríamos de contribuir em uma próxima pesquisa para a construção de uma discussão teórica e metodológica que pudesse congrega essas concepções e avançar no campo do conhecimento relativo à Juventude Rural.

Na sequência ao acúmulo desta discussão, iniciei no segundo semestre de 2013 o mestrado em “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” na área da Geografia, com sede no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP), em São Paulo, em um convênio com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e parceria com a Via Campesina e o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Este programa é voltado para a formação de pessoas oriundas dos territórios camponeses, quilombolas, indígenas ou de outras populações tradicionais e daqueles que atuam para o

desenvolvimento dessas comunidades. Este curso é um dos primeiros voltados para o desenvolvimento territorial das comunidades camponesas e conta com apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Organização das Nações Unidas para a educação (UNESCO), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao apresentarmos uma dissertação de mestrado coloca-se como parte importante desta construção o registro da relação entre a trajetória do pesquisador e a construção de seu objeto de pesquisa, pois, consideramos que a produção de conhecimento não se dá de forma neutra e está condicionada aos contextos nos quais atuam os pesquisadores. Pensamos que a posição do pesquisador deve ser sempre de responsabilidade e compromisso social para com os sujeitos e com os territórios onde age e pesquisa, seja nos espaços da universidade (onde constrói relações com os grupos de pesquisa, funcionários, professores) seja nos espaços onde apresenta para a sociedade o que está sendo produzido (nos congressos, nas mídias sociais, nos formatos audiovisuais, nos formatos escritos...) e principalmente nos territórios onde desenvolve suas pesquisas de campo pois é sobre ele que o pesquisador intervirá e produzirá discursos e saberes que possibilitam a transformação dos contextos de cada território.

Nesta introdução consideramos pertinente apresentar as relações entre o pesquisador e as condições objetivas que possibilitaram a produção deste conhecimento, da escolha do tema e do transcorrer da pesquisa. É importante demonstrar as relações que transcorreram entre os diversos sujeitos que estiveram envolvidos na construção desta pesquisa e como buscamos nos ater a essas percepções buscando elaborar um texto construído dentro da alteridade, entendida como uma relação permanente com a diferença, construída em determinado contexto, em determinada cultura e correspondente a soma de diversas vozes de sujeitos que participaram de nossa investigação e que estão em diálogo na realidade social.

A fundamentação de meu interesse por este curso de mestrado se deu principalmente por meus companheiros de mestrado serem Jovens e terem vínculo com a terra, com os assentamentos e com os movimentos sociais, ou seja, serem também parte do meu objeto de estudos e poderem colaborar com as discussões

desta pesquisa. Me interessei também pela diversidade de situações, pessoas e debates que o programa poderia me propiciar, também pelo compromisso que o programa tem com a melhoria da qualidade de vida das populações camponesas, investindo na construção do vínculo entre a universidade, pesquisadores e movimentos sociais, ação que visa promover a inclusão social e a diminuição das desigualdades. No tempo de vivência do mestrado percebi ser de extrema importância democratizar o acesso das populações camponesas e dos integrantes dos movimentos sociais a setores da sociedade que possuem grande influência na produção do nosso conhecimento, como é o caso da universidade. É emancipador o fato de que os próprios sujeitos possam produzir o conhecimento que eles mesmos irão utilizar nas suas vivências futuras, na construção de suas comunidades e nos movimentos sociais. A formação desta pesquisa esteve vinculada ao dia a dia dos sujeitos dos movimentos sociais e foi construída em conjunto com quem vivencia a realidade dos movimentos sociais e dos assentamentos de reforma agrária; tal formação conjunta, busquei trazer para esta reflexão e incorporar em minha dissertação. É importante dizermos que esta pesquisa possuiu uma cota de bolsa CAPES de setembro de 2013 a setembro de 2014, o que possibilitou as idas ao campo, aos congressos e às atividades de extensão.

Devido a inserção de nosso curso de mestrado e da formação da orientadora na área da Geografia, é marcante a nossa aproximação com as teorias que discutem a questão agrária no Brasil, debate essencial para pensarmos o “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” e também para as discussões sobre a Juventude Rural. Entendemos que a criação dos assentamentos de reforma agrária é consequência da questão agrária Brasileira, marcada pela conflitualidade e problemas fundiários. Portanto, incorporamos em nosso trabalho os debates acerca da importância dos Movimentos Sociais, Assentamentos de Reforma Agrária e também a discussão acerca da propriedade e sua função social, problemáticas relacionadas à questão agrária brasileira.

Entendemos nesta pesquisa que a implementação dos assentamentos no Brasil não decorreu de uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas sim das tentativas de diminuir os conflitos rurais no campo, principalmente, a partir dos anos oitenta. Mesmo assim, os assentamentos que aí estão foram obtidos através da luta pela terra e, depois, mantidos através da luta para obter a infraestrutura social (saúde educação,

transporte) e produtiva (assistência técnica, eletricidade e apoio a créditos) necessários para o desenvolvimento dos projetos de vida dos assentados. A partir da conquista e do assentamento, iniciou-se uma nova batalha, a luta pela obtenção de condições socioeconômicas que propiciem uma melhor consolidação desses assentados enquanto produtores rurais.

É nesse contexto que a preocupação central deste trabalho se coloca em entender como a Juventude dos assentamentos de reforma agrária se constitui enquanto sujeito social e como ela se estabelece no cotidiano dos assentamentos, representada por jovens que possuem determinadas relações com a realidade, com a luta pela terra, que trabalham no campo ou na cidade criando estratégias de reprodução específicas, que possuem projetos de vida, sonhos, relações com os movimentos sociais e interpretações próprias do que é ser jovem no mundo de hoje. O tema da Juventude Rural ganhou importância nos últimos anos, principalmente, na área da sociologia e da geografia justamente pelos novos processos históricos e movimentos sociais que são coordenados por esses sujeitos, possuindo a juventude dos assentamentos de reforma agrária um grande peso nas discussões acerca da Juventude Rural brasileira.

Para problematizarmos as questões que perpassam a discussão sobre a Juventude Rural, realizamos uma revisão bibliográfica seguindo os parâmetros de Marconi e Lakatos (1992) sobre a temática da Juventude Rural, compilando o maior número possível de artigos já publicados, livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita para demonstrar o estágio atual da contribuição acadêmica em torno deste assunto. A revisão nos proporcionou uma visão abrangente das pesquisas e contribuições anteriores, conduzindo ao ponto necessário para a nossa investigação e para o desenvolvimento de estudos posteriores; demonstramos as principais linhas que desenham essa discussão e concretizam a Juventude Rural enquanto campo e objeto de estudos no Brasil. Também realizamos uma pesquisa documental em bases de dados, sites e documentos de movimentos sociais para compor as discussões.

Através deste processo de revisão nos deparamos e nos identificamos principalmente com as discussões dos trabalhos de Castro et al. (2009) – “Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político e Scopinho (2013) - Serei também uma andorinha? Sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais”; as percepções das autoras foram

as lentes pelas quais buscamos interpretar a realidade nosso campo e nos auxiliaram a reconstruir a história do Assentamento Reunidas junto aos Jovens que residem no Assentamento. Buscamos observar em quais momentos a juventude esteve constituída enquanto ator político no assentamento e em que medida questões pessoais e familiares desmobilizaram os arranjos coletivos e geraram questões específicas que também precisam ser pensadas pelas políticas públicas para esses jovens.

Investigar como os projetos de reforma agrária estão prosseguindo e como está se dando o processo de reprodução social nestes assentamentos através dos Jovens Rurais é uma importante tarefa para as pesquisas científicas, pois a reprodução social - nesta condição de precária infraestrutura social - é o processo responsável por resistir às pressões impostas pela lógica mercadológica que influi diretamente nas formas de produção e nas relações sociais de trabalho e familiares no campo. Essas investigações são necessárias para a manutenção dos Assentamentos de Reforma Agrária e para a melhoria da qualidade de vida de seus residentes que escolheram a luta pela terra para serem detentores de autonomia de decisão para com seu tempo, trabalho e sua família.

A discussão acerca da sucessão nas famílias camponesas e a sua reprodução social é prioritária para a continuidade dos assentamentos, para os movimentos sociais camponeses, para a continuidade da reforma agrária e para a democratização da terra, pois não se trata apenas de sucessão da posse das propriedades agrícolas, mas trata também da reposição de lideranças e de dirigentes em todas as instâncias dos movimentos sociais, trata também da reposição da força de trabalho em assentamentos com relativo tempo de ocupação, nos quais os assentados estão passando por um processo de envelhecimento; reposição essa que a luta pela terra e a reforma agrária demandam.

Para a compreensão da problemática da sucessão nos assentamentos e os mecanismos desenvolvidos para que ela se efetue, propomos como referência o conceito de “Reprodução Social”, que de acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, é “o processo social pelo qual as culturas são reproduzidas através de gerações” (BOURDIEU, 1974). Bourdieu validou esse conceito ao avaliar a maneira como instituições sociais, principalmente a escola, são usadas para transmitir ideias culturais que servem de base e dão respaldo à posição privilegiada das classes dominantes ou governantes. Para nós, esta chave interpretativa é útil para

pensarmos as estratégias, os processos sociais e mecanismos desenvolvidos pelos Jovens Assentados para a sua inserção, construção de vida e a elaboração de seus projetos futuros (BOURDIEU, 1974).

A reprodução social não consiste apenas na repetição da cultura atualmente existente, mas também na manutenção da própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais existentes num dado momento. Portanto, os agentes de socialização, ao promoverem a aprendizagem da cultura de uma sociedade e a integração do indivíduo na sociedade e em grupos sociais específicos, promovem simultaneamente a reprodução da estrutura social existente num dado momento (BOURDIEU, 1974). A reprodução social em uma perspectiva materialista dialética, pensa as relações de produção e reprodução da força de trabalho como forma de assegurar a produção dos bens econômicos e a coesão social entre as classes, em um sentido mais amplo, a reprodução social também inclui fatores culturais e estruturais que englobam as formas pelas quais as instituições, como as religiosas e a família produzem e reproduzem linguagens, músicas, festividades e outras manifestações culturais que são necessárias para a coesão e sobrevivência de determinada formação social. Ao assegurar a reprodução material, a sociedade deverá garantir também a sua reprodução cultural e ideológica, cada formação social deve assegurar-se de que as próximas gerações poderão continuar a produzir, garantindo, assim, a sua reprodução (BOURDIEU, 1974).

Para o autor, se os *habitus* (a herança cultural coletiva e comum em acordo aos modelos de conduta e aos modos de percepção e de pensamento) e o Capital Social e Cultural que sustentam o funcionamento de uma sociedade e que traduzem sempre a organização da sociedade não forem reproduzidos, os alicerces sociais se transformarão e conseqüentemente, todas as características de determinada formação social; é a reprodução que assegura a aceitação do sistema de estratificação social vigente.

O problema da reprodução social pode ser considerado mais acentuado nos assentamentos de reforma agrária, pois, como observa Simonetti (2013), a sucessão geracional nos lotes somente por ser dada de forma legal se transferidos mediante sucessão hereditária - como forma de herança - essa obrigação legal ocorre em um contexto em que os jovens criam ao mesmo tempo diferentes estratégias para migrar para as cidades, estratégias para se manter no assentamento ou estratégias que combinam o trabalho na cidade e a moradia no assentamento, estratégias essas

que não asseguram em uma boa parte das situações a reprodução social das famílias assentadas.

Após discutirmos os limites teóricos para pensarmos a questão da Juventude Rural no Brasil e ainda pautados na discussão acerca da reprodução social nos assentamentos de reforma agrária, sentimos a necessidade de - nesta pesquisa de mestrado - observar a Juventude em nosso campo de estudos, o Assentamento Reunidas, localizado em Promissão/SP, necessidade que gerou a presente dissertação de mestrado. Esse assentamento é um importante objeto de investigações dentro desta temática pois já possui mais de 28 anos de existência e nos proporciona observar a coexistência de diversas gerações e os seus consequentes processos de reprodução social.

O Assentamento Reunidas está localizado na cidade de Promissão, Estado de São Paulo, é dividido em dez agrovilas: Agrovila São Pedro, Agrovila de Penápolis, Agrovila de Birigui, Agrovila de José Bonifácio, Agrovila de Campinas, Agrovila Central e Agrovila dos 44, Agrovila de São Bento, Promissãozinha e Agrovila dos 12, somando um número de 637 famílias, agregando um número igual ao superior, cadastrados, totalizando 5.000 mil pessoas, aproximadamente (SIMONETTI, 2011).

As famílias assentadas são provenientes das ocupações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de cadastramentos organizados por sindicatos e pelo próprio INCRA o que lhe confere uma grande riqueza na diversidade de situações, formações e posicionamentos políticos, somando-se também a diversidade cultural das famílias assentadas que vieram de várias regiões do Brasil. Esses fatores tornam possível verificar as várias práticas simultâneas relativas à reprodução social desses trabalhadores no interior do assentamento (POKER, 1994; SIMONETTI, 2011).

Realizamos uma pesquisa qualitativa seguindo a perspectiva da História Oral através do uso de questionários semiestruturados, nos baseando principalmente na literatura trabalhada por Portelli (1997), Minayo (1993) e Queiroz (1988), buscando trabalhar com a provocação do pesquisador ao entrevistado que concede a entrevista seguindo temas que são pertinentes à pesquisa. Em nosso caso, o objetivo principal de nosso roteiro foi o de compreender as estratégias que os jovens criaram para permanecer no assentamento, se trabalham no campo ou na cidade, quais são seus projetos de vida, sonhos, relações com os movimentos sociais e

suas interpretações próprias do que é ser jovem no mundo de hoje. Nestas entrevistas, todos os sujeitos fizeram o movimento de resgate de sua história pessoal, reconstruindo suas trajetórias e experiências, traçando um mapa das suas relações com os membros do assentamento, com o seu trabalho ou estudo, com a sociedade, ultrapassando os limites do subjetivo e relacionando-os com as condições materiais do assentamento.

Após esta introdução, apresentamos no segundo capítulo uma pequena incursão na discussão acerca da questão agrária brasileira, para que, munidos dessa discussão entendêssemos como se deu a formação do campo no Brasil, a apropriação e o desenvolvimento de nosso território e como essa formação determinou a vida dos camponeses que serviram de mão de obra desde o período da colonização. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro se fez de maneira desigual e contraditória, provocando inúmeros conflitos entre o Estado, proprietários de terra e as populações de negros, camponeses, indígenas e demais populações tradicionais que foram marginalizadas. Dentre as discussões teóricas que perpassam a questão agrária e abordam a resistência exercida pelas populações marginalizadas nos preocupamos com as questões que envolvem os Movimentos Sociais e os Assentamentos de Reforma Agrária e introduzimos, portanto, uma análise sobre os Assentamentos e de como eles são vistos pela academia enquanto um conceito que permite investigações científicas.

No terceiro capítulo desenvolvemos uma discussão sobre a formação fundiária da Região de Promissão e como o processo de exploração da terra na região provocou a resistência, a luta pela terra e a constituição do Assentamento Reunidas, território onde se desenvolveu a pesquisa de campo.

No quarto capítulo exploramos, através de uma revisão bibliográfica o nosso sujeito/objeto de pesquisa, a Juventude Rural, demonstrando quais são os principais autores que tratam da temática, quais são as discussões que envolvem a Juventude Rural, quais são as polêmicas envolvendo o tema, enfatizando o quanto a categoria é importante enquanto objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento. A partir deste levantamento apresentamos elementos do desenvolvimento de nossa pesquisa de campo, mostrando como construímos a pesquisa e como nos inserimos na comunidade, ou seja, como construímos a metodologia de nosso trabalho. No último item deste capítulo buscamos articular e analisar os relatos orais dos jovens assentados buscando comprovar que elementos da Juventude Rural observada na

literatura estudada puderam ser percebidos no Assentamento Reunidas e que necessitamos de novos caminhos metodológicos em nossas pesquisas para melhor compreendermos a múltipla realidade desses jovens e darmos conta das diversas situações que, muitas vezes, se colocam como empecilho na vida dos Jovens Rurais.

Na última seção apresentamos as conclusões do trabalho buscando reforçar os principais pontos levantados pela bibliografia revisada e como eles estão conectados com os relatos coletados em nossa pesquisa. Concluimos considerando sobre a diversidade da Juventude Rural e o quanto são necessários estudos para se pensar políticas públicas para esse segmento.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste capítulo apresentamos uma discussão introdutória acerca da questão agrária brasileira, para entendermos como se deu a formação do campo no Brasil, a apropriação e o desenvolvimento de nosso território e como essa formação determinou a vida dos camponeses que serviram de mão de obra desde o período da colonização. Esse desenvolvimento se deu através da exploração de mão de obra desses camponeses e gerou conflitos que desembocaram no surgimento de movimentos sociais que lutavam pela terra e por uma política de Assentamentos que pudesse dar condições para continuar a reproduzir seu modo de vida camponês com as suas famílias.

2.1 Aspectos da Discussão sobre a Questão Agrária Brasileira

Pensamos ser importante neste momento e antes de continuarmos a transcorrer sobre a formação fundiária da região de Promissão e a conseqüente formação do Assentamento Reunidas (que aparecerá no capítulo 3), mostrarmos alguns aspectos das discussões sobre a modernização conservadora da agricultura. Para nós a discussão acerca da Questão Agrária Brasileira é importante pois apareceu de forma profunda nas disciplinas do curso de mestrado e conduziu nosso raciocínio ao observarmos os processos que ocorreram na região de Promissão e que configuraram a distribuição de terras neste território, sobretudo, após a demarcação do Assentamento Reunidas.

O problema fundiário brasileiro tem origem no período da colonização e mesmo com a Independência do País, em 1822, agravaram-se ainda mais os conflitos relativos à posse e ao uso das terras. Em 1850 surge a Lei de Terras como iniciativa no sentido de organizar a propriedade no Brasil, até então, não havia nenhum documento específico que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo viu-se pressionado a organizar esta questão. Com a instauração da República em 1889 - um ano e meio após a libertação dos escravos - tampouco melhorou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os temidos coronéis do interior. Apenas no final dos anos de 1950 e início dos anos de

1960, com a industrialização do País, é que a questão fundiária passou a ser debatida, de forma mais aprofundada, pela sociedade que se urbanizava rapidamente. O Estatuto de Terras surge em 1964 com o intuito de substituir a velha tradição do direito à propriedade que estava ainda fortemente ligada a lei de Terras, transformando a Terra que antes era considerada uma mera mercadoria em propriedade com função social e econômica definidas.

Após a queda do regime militar e com a redemocratização, no período denominado “Nova República”, tivemos o retorno do debate sobre a questão agrária no debate político e econômico que, junto à inauguração da nova ordem político-social presente na constituição de 1988, definiu novos contornos para o debate acerca da questão agrária. Exemplo dessa mudança, foi o Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, que instituiu o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 - meta não cumprida (DELGADO, 2001).

Foi a partir dos anos de 1960 que começaram a aparecer no Brasil os Assentamentos de Reforma Agrária, políticas de governo que possuíam origens diversas, segundo Bergamasco e Norder (1996), podemos classificá-los em cinco tipos diferentes:

- a) Projetos de colonização que foram executados durante o regime militar
- b) reassentamento de populações atingidas por barragens
- c) planos estaduais de valorização de terras públicas e regularização de posses
- d) programas de reforma agrária por desapropriação por interesse social baseados no Estatuto de Terra de 1964 e implementados a partir do I PNRA
- e) criação de reservas extrativistas para seringueiros na região da Amazônia (“BERGAMASCO;NORDER”, 1996).

Parte do debate acadêmico sobre o papel do setor rural na economia brasileira surge no cenário do pós-guerra, em geral nas discussões econômicas que interpretavam o rural como setor subsidiário da industrialização (DELGADO, 2001). Porém essa linha de pensamento econômico deixava de lado o debate sobre a estrutura fundiária de nosso país e sobre as relações sociais que estavam presentes no campo. Para Delgado (2001), as discussões sobre o lugar da agricultura no desenvolvimento do país e as discussões sobre a estrutura fundiária e as relações sociais no campo tiveram representações distintas em diferentes contextos

históricos, entre o pós-guerra e o golpe de 1964, no período da modernização conservadora (1965-1985) e na adesão ao paradigma liberal nos anos de 1990, formando duas grandes concepções acerca do papel do rural na construção da sociedade brasileira, as quais iremos abordar a seguir.

Para o autor, a construção teórica e política da questão agrária se deu principalmente por conta da emergente crise agrária que passou a demandar reforma agrária nos anos de 1960, incluindo no debate questões relativas à estrutura fundiária e às relações sociais no campo. Um dos principais intelectuais que incorporou esse debate foi Caio Prado Júnior (1962) – através das obras “Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil e Nova Contribuição à Questão Agrária no Brasil” - que entendia que a principal contribuição da reforma agrária era a elevação dos padrões de vida da população rural para proporcionar condições de vida mais humanas. Para o autor, tratava-se de estender os direitos sociais para os trabalhadores rurais incorporando a proteção legal adequada assim como a lei previa para os trabalhadores da indústria e do comércio. Prado Júnior (1962) entendia também que os direitos sociais deveriam corrigir a extrema concentração da propriedade fundiária e que deveriam garantir o acesso à posse e a utilização das terras em provento próprio pelos trabalhadores rurais.

Outro intelectual importante neste contexto histórico foi Ignácio Rangel (1961), em sua obra “Questão Agrária Brasileira” – na qual analisava a crise agrária em sua origem causada, primeiramente, pela superprodução ou escassez crônicas de produtos agrícolas, o que gerava um problema na comercialização de produtos no exterior e, secundariamente, relacionava-se também à superpopulação rural que não encontrava a absorção de sua mão de obra no mercado urbano. Para o autor, uma solução para esses problemas, seria a mudança na estrutura agrária com o intuito de expandir as atividades secundárias e terciárias do complexo rural – o que reduziria o excedente médio de bens agrícolas e geraria outras fontes de renda – junto ao incremento do comércio exterior e com o aumento da procura pela mão de obra urbana para absorver a superpopulação rural.

Outros centros de reflexão brasileiros também participaram do debate neste momento, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), representada principalmente por Celso Furtado, destacou, através do Plano Trienal 1963-1965 a pouca oferta de alimentos para atender a demanda industrial e urbana, para a comissão, essa inflexibilidade de produzir de acordo com a demanda era decorrente

ao problema estrutural do setor agrícola brasileiro. A Igreja Católica teve também uma importante participação para a mudança de mentalidade dos católicos em relação à Reforma Agrária, influenciados pela Doutrina Social da Igreja os Bispos e Padres denunciavam as injustiças e as exclusões sociais presentes na realidade agrária através das pastorais e cartas públicas.

Nesse momento surge a disputa política entre Igreja *versus* esquerda, protagonizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), dada pelo avanço desenvolvido pela Igreja na organização dos trabalhadores rurais em defesa da Reforma Agrária, o que antes era protagonizado pelo partido. Para Delgado (2001) a Igreja Católica neste contexto histórico contribuiu, significativamente, para a organização do sindicalismo rural brasileiro e influenciou na conceituação do direito sob a propriedade fundiária com bases em sua Doutrina Social. Essa concepção aparece claramente no Estatuto de Terras de 1964 pelo princípio da Função Social da Propriedade. O Estatuto de Terras surge em 1964 com o intuito de substituir a velha tradição do direito à propriedade que estava ainda fortemente ligada a lei de Terras de 1850, transformando a Terra que antes era considerada uma mera mercadoria agora em propriedade com função social e econômica definidas.

Foram destaque também neste momento alguns textos de intelectuais da Universidade de São Paulo (USP) com destaque para Delfim Neto, que buscava analisar os problemas da estrutura agrária e a função da agricultura pensada para o desenvolvimento econômico do país, desconsiderando as questões ético-sociais presentes no debate da Igreja e dos intelectuais de esquerda negando, portanto, a existência de uma questão agrária no Brasil.

Essa corrente que pensava sobre os papéis clássicos da agricultura voltada para o desenvolvimento econômico do país estava, segundo Delgado (2001), fortemente influenciada pelo pensamento funcionalista norte-americano, um ramo da antropologia e das ciências sociais que buscava explicações para aspectos da sociedade e sobre as funções realizadas por instituições e suas consequências para sociedade; marcada pela obra de Émile Durkheim, a corrente entendia que cada instituição exerce uma função específica na sociedade e o seu mau funcionamento significa um desregramento da própria sociedade.

No Brasil esses ideais foram traduzidos pelo pensamento econômico e conservador que analisava as (cinco) funções da agricultura que eram: liberar mão de obra para a indústria, gerar oferta adequada de alimentos, suprir matérias primas

para indústrias, elevar as exportações agrícola e transferir renda real para o setor urbano e que buscava equalizar essas funções de modo a sanar os problemas estruturais do setor primário no Brasil. As expressões e investigações relativas à “crise agrária” e à “questão agrícola” apareciam somente nos debates dos intelectuais da esquerda pois eram contrários aos conservadores que observavam a agricultura pelo meio de suas funções, negando então uma crise existente no setor primário. Esse perfil de pensamento explícito nas teses de 1963 e 1964, presentes principalmente nas contribuições da USP, corresponde, segundo Delgado (2001), à proposta de uma modernização sem reforma, corrigindo os setores onde se comprovasse a ineficiência da estrutura agrária. Essa corrente de pensamento solidificou-se a partir do golpe de 1964, onde os debates à esquerda foram cerceados, dando origem ao movimento de modernização conservadora da agricultura.

Para Delgado (2001) neste momento histórico entram em consonância as teses de Delfim Neto com a proposta do Estatuto da Terra, buscando definir limites para desenvolver uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. O Estatuto da Terra, elaborado em 1964, tinha como proposta disciplinar o uso e a ocupação de terras no Brasil, obrigando o Estado a garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. O Estatuto definiu o tamanho máximo e mínimo das propriedades (através da medição de módulos rurais que eram calculados a partir do necessário para o sustento de uma família média no campo), definiu índices de utilização da terra (GUT – grau de utilização da terra)¹, índices de eficiência econômica (GEE – grau de eficiência econômica)², passou a atribuir, mesmo que irrisórios, impostos sobre as propriedades rurais e passou a assentar famílias em terras devolutas do Estado. Nas próximas décadas surgiram os institutos, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em substituição à Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) criadas devido à emergência das ligas camponesas e com o intuito de apaziguar as possíveis movimentações revolucionárias. Apesar dos avanços simbólicos criados neste momento, fica claro o posicionamento do governo em desarticular e coibir as movimentações da sociedade civil com relação à crise

¹ Ele deveria ser superior à 70% para evitar a desapropriação.

² Ele deveria ser superior à 80% para evitar a desapropriação.

agrária. Neste momento enfraqueceram-se os sindicatos, as ligas camponesas, o partido comunista, a Igreja e percebe-se a contribuição do Estatuto da Terra em apaziguar essas instituições. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), os órgãos IBRA e INDA foram promotores da contra-reforma agrária dos militares e esteve marcado por um intenso processo de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros, fatos que ganharam projeção nacional e internacional através da imprensa.

Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do IBRA com o INDA. Mesmo em face ao ato de assentar famílias em terras devolutas do Estado, o governo demonstrava a intenção de “colonizar” novas áreas do Brasil para alavancar a produção e a expansão econômica e acalmar as mobilizações da sociedade civil. À época da criação do INCRA, mais do que reforma agrária, o governo incentivou a colonização da Amazônia. Levas de migrantes de vários estados do Brasil foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. Nas palavras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da ‘Operação Amazônia’, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito tempo em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização. Juntava-se assim a ‘fome com a vontade de comer’. (OLIVEIRA, 2007, p. 122, grifo do autor)

Para Oliveira *apud* Octavio Ianni, 1979, nasceu aí a estratégia geopolítica de ocupação e de exploração da Amazônia, a chamada “contra-reforma agrária do Estado Autoritário”, pois passou-se nesse momento histórico a chamar de “reforma agrária” os projetos de colonização implantados na Amazônia pelo INCRA. Esses projetos buscavam construir uma estrutura de ocupação rural onde não haviam cidades e que pudessem organizar e comandar a área rural mais próxima, desenvolvendo agrovilas que evoluiriam para uma espécie de município sem cidade polarizadora (OLIVEIRA, 2007).

A ditadura passou a dar sinais de seu fim nos últimos anos da década de 1970 durante a passagem do governo de Geisel para o governo Figueiredo, com uma crise de confiança por parte da população devido à tensão econômica, à diminuição do crescimento econômico e ao aumento da pobreza do país, a

população passou a não mais dar suporte ao governo. Os escândalos de corrupção começaram a aparecer na mídia devido à diminuição da censura e alguns setores da sociedade como a Igreja e parte da classe média passaram a encorpar a oposição democrática ao regime.

Foi também a partir da transição do final dos anos de 1970 que as mobilizações construídas pelos movimentos sociais de base, sindicatos, grupos feministas e parte da igreja tomaram força e passaram a refletir sobre a opressão social e as injustiças presentes em nosso país. O papel da Teologia da Libertação foi fundamental neste momento para a organização dos movimentos sociais na década de 1980, a partir das Comissões Pastorais da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) responsáveis pela aglutinação de uma nova frente de mobilização social.

Outra grande novidade neste momento, no cenário político e partidário, foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), que defendia uma proposta socialista advinda do novo e combatente movimento sindical do ABC paulista, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Sader (2001) é neste momento que os movimentos sociais passaram a aparecer e exercer força na cena pública, através da reivindicação de direitos e, principalmente, lutando pela possibilidade de exercer seus direitos sociais e inserindo essas demandas na agenda política brasileira. Uma das demandas parte desta extensa pauta eram as exigências para que se realizasse efetivamente a Reforma Agrária em nosso país.

Após a queda do regime militar e com a redemocratização, somando-se às pressões realizadas pelos movimentos sociais, no período denominado “Nova República”, tivemos o retorno da questão agrária ao debate político e econômico que junto à inauguração da nova ordem político-social presente na constituição de 1988, definiu novos contornos para o debate acerca do conceito. O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989, mas quatro anos depois, os números alcançados eram modestos perante a meta; 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. Com as tentativas de implantação do plano, passaram a ocorrer fortes embates entre a União Democrática Ruralista (UDR), o governo Sarney e os camponeses sem-terra e posseiros, a UDR possuía como objetivo inviabilizar a implantação do I PNRA (OLIVEIRA, 2007).

A criação da UDR em 1985 se deu em Goiânia na ocasião de um leilão de gado para arrecadar dinheiro entre os latifundiários, com o objetivo de lutar contra a reforma agrária do I PNRA e contra o avanço do movimento dos camponeses sem-terra. Tão grande era a força e influência política dos integrantes da UDR que conseguiram barrar no Congresso Nacional a proposta de Reforma Agrária, ampla e irrestrita e inscreveram na nova Carta constitucional uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964. Na década de 1990 iniciou-se o declínio de sua atuação em consequência das elites que detinham o poder e seus quadros passaram a integrar postos nos ministérios e nos órgãos de administração, fazendo valer na prática seu poder e ação contra a reforma agrária.

Na referida constituição de 1988, apesar do retrocesso em relação à legislação acerca da Reforma Agrária, passou a ser presente a preocupação com os direitos do cidadão, uma resposta ao período histórico diretamente anterior ao da promulgação da constituição, a ditadura militar, e também frente às pressões e mobilizações sociais; nesse momento incorporaram-se os direitos aos trabalhadores rurais formalizando e institucionalizando as relações no campo. Para Delgado (2001) neste contexto histórico, recoloca-se a discussão acerca da questão agrária em um momento em que o desenvolvimento econômico da agricultura já não é um projeto político prioritário na agenda do Estado, agora a prioridade da política econômica está ligada ao setor externo, à integração externa da economia rural protagonizada pelas grandes corporações internacionais, protagonistas do agribusiness³, gerando um mercado de negócios rurais fortemente impelidos pela política comercial norte americana.

Essa lógica de inserção no mercado pode ser ilustrada pela criação através do Conselho Monetário Nacional em 1985, do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) que tinha o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com plena inserção no

³ A área agropecuária não é composta somente pelas fazendas, animais, plantações e empregados diretos. Mais do que isso, nesse setor encontramos indústrias de grande porte, multinacionais instaladas no país, milhares de pequenas empresas de serviços e pequenas indústrias que produzem bens para o setor rural. Tudo isso é parte do chamado agrobusiness ou agribusiness, que é a totalidade das empresas e negócios que giram em torno da área rural, um grande negócio que gera mais da metade de toda a riqueza de todo o Brasil. O Agribusiness é um termo da língua inglesa que representa um incontável número de negócios, como o das indústrias que produzem maquinário agrícola, montadoras de automóveis, que fabricam utilitários para o campo todas as montadoras que possuem uma linha de montagem de pick-ups ou jipes contribuem para o crescimento do setor rural, empresas que prestam serviços de consultoria agropecuária, softwares, publicações, programas de TV, Internet, comércio especializado, laboratórios farmacêuticos, e etc.

mercado, permitindo sua independência da tutela do governo (DELGADO, 2001).
remover o ponto em amarelo

Ao analisarmos os dados referentes ao I PNRA constatamos que ele pretendia entre 1985 e 1989 assentar no Brasil 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares. Na região Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 ha; na região Nordeste seriam 630.000 famílias em 18.900.000 ha; na região Centro-Oeste seriam 210.000 famílias em 7.560.000 ha; na região Sudeste seriam 280.000 famílias em 4.370.000 ha; e na região Sul seriam 140.000 famílias em 2.180.000 ha. Segundo os dados apresentados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) os resultados do I PNRA mostraram que haviam sido assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão. Para o autor, a distribuição regional dos resultados foi a seguinte: a região Norte, como queria a UDR, foi contemplada com a maior parte dos assentamentos com 41.792 famílias (46,5% do total assentado no País); em segundo lugar ficou a região Nordeste com 24.385 famílias (27,1%); em seguida veio o Centro-Oeste com 12.775 famílias (14,2%); e por fim, no Sudeste e no Sul, foram assentadas 10.998 famílias (12,2%). Isso significa que foi cumprida menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo I PNRA, o que demonstra a demagogia populista do governo Sarney com relação à Reforma Agrária e consolidando-se ainda mais a estrutura do poder do Brasil, a política agrária dos latifundiários (OLIVEIRA, 2007).

Na consecução do governo brasileiro assumiu Fernando Collor de Melo na década de 1990, o primeiro presidente eleito diretamente após o golpe militar de 64. A meta estabelecida em seu governo foi a de assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994. Para Oliveira (2007), a proposta do governo Collor para a reforma agrária era apenas 35% do que propusera e não cumprira José Sarney, uma redução expressiva das metas para a reforma agrária. Após os dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, revelando assim também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2007).

Na sucessão, durante o governo de Itamar Franco foram aprovadas pelo Congresso Nacional a Lei nº8.629, de 25/02/93, e a Lei Complementar nº 76, de 06/07/93, que estabeleciam, respectivamente, a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária e sobre o procedimento de rito sumário,

para o processo de desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, para fins de reforma agrária no Brasil, fato importante para os movimentos de luta pela terra.

Em 1995, assume a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso com uma proposta de reforma agrária ainda menor que a de seus antecessores, assentar em quatro anos de governo um total de 280 mil famílias, portanto, sua meta constituiu-se, segundo Oliveira (2007) em menos de 60% da previsão do governo Collor e somente 20% do previsto no I PNRA do governo Sarney. Para o governo FHC não foi prioridade pensar em um novo Plano Nacional de Reforma Agrária, algumas medidas foram planejadas como as de assentar 40.000 famílias no primeiro ano, 60.000 no segundo, 80.000 no terceiro e 100.000 no quarto e executar investimentos em infraestrutura e apoio aos trabalhadores rurais e encarou-se a questão agrária no Brasil da seguinte forma em ambos os mandatos:

Os conflitos agrários existentes no Brasil são consequência de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias, portanto, profundas mudanças, no campo. O governo Fernando Henrique vai enfrentar essa questão, com vontade política e decisão, dentro dos princípios da lei e da ordem. Com a meta do aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo a atingir é cem mil famílias no último ano de seu Governo. Essa é uma meta ao mesmo tempo modesta e audaciosa, já que os assentamentos nunca superaram a marca anual de 20.000 mil famílias. (OLIVEIRA, 2007, p. 130).

Entendemos que não são somente o número de famílias assentadas os marcadores para pensarmos a execução da Reforma Agrária em determinado governo, pois dos assentamentos que foram criados no governo de FHC a maior parte deles não possuía infraestrutura suficiente para sobrevivência na terra dos assentados, sendo que 62% estavam localizados na Amazônia representando a regularização do assentamento de posseiros, 27% já eram projetos de assentamento idealizados em governos anteriores, 90% não possuíam acesso à água, 80% não possuíam estradas e energia elétrica e 57% destes assentamentos não possuíam crédito para habitação e serviços de assistência técnica. Assentar essas famílias sem infraestrutura adequada é, portanto, não permitir a reprodução do trabalho camponês e, conseqüentemente, da sua família e dificultar a comercialização de seus produtos. Podemos entender que criação desses assentamentos foi uma proposta de integração à chamada “Reforma Agrária de Mercado” consolidada através das orientações do Banco mundial e da criação do Banco da Terra pelo governo FHC. (ANDRIOLI, 2003)

Neste momento, através da comercialização de terras, os latifundiários passam a vender suas terras improdutivas a preços superiores aos vigentes no mercado, com pagamento à vista ou em recebimento de Títulos da Dívida Agrária (TDA), esta atividade torna-se, portanto, um grande negócio para os latifundiários. Para Andrioli (2003) o custo da política de assentamentos no governo FHC foi de R\$ 20 bilhões (R\$ 40 mil por família assentada), tornando-se o programa de reforma agrária FHC o mais caro da história brasileira e, que tem como resultado, latifundiários beneficiados e assentados endividados sem conseguir pagar as terras que adquiriu sob a incidência de altos juros.

Essa é a situação herdada pelo governo Lula. Os anos 2000 destacam-se pela reestruturação do projeto de modernização conservadora para a agricultura brasileira. Neste momento, o avanço que o agronegócio conquista pode ser compreendido à luz das ações empreendidas pelos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), avanços consolidados a partir dos grandes incentivos financeiros, tornando o agronegócio um dos grandes setores da economia brasileira, mudança que foi realizada em detrimento da agricultura familiar e camponesa. Como para Delgado (2014) entendemos que, “Esse projeto, articulado externamente pela “reprimarização” do comércio exterior brasileiro, organiza-se internamente como pacto de poder entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob forma de uma hegemonia política [...] (DELGADO, 2014, p. 34).

Com a vitória de Lula nas eleições referentes ao mandato de 2003-2006, inicia-se a discussão e formulação do que passaria a ser denominado de II Plano Nacional de Reforma Agrária. O II PNRA desenvolvido no Governo Lula, foi apresentado em novembro de 2003,

[...] durante a Conferência da Terra, em Brasília. Construído num amplo diálogo social, o Plano é fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos, com o acúmulo dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica. O II PNRA combina qualidade e quantidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos numa ação integrada de governo e com a participação social na sua implementação. (INCRA, 2012).

Para Pereira (2015), o INCRA descreve o Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula, apresentando-o como livre de confrontos, problemas e como eficiente, prático e executável em quatro anos. Porém, no momento da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, existia uma disputa de duas concepções

diferentes sobre reforma agrária. De um lado a Secretaria Agrária do PT pensava a reforma agrária como uma política social compensatória que auxiliaria o Programa Fome Zero e outros programas, tais como o Bolsa Família, em continuidade das políticas sociais do Governo FHC, por outro lado, a outra concepção (coordenada por Plínio de Arruda Sampaio), possuía metas muito superiores das elaboradas pela equipe de Miguel Rosseto, pretendendo assentar 600 mil famílias a mais que a vertente vinculada à Secretaria Agrária do PT. Mesmo assim, o II PNRA definiu metas que não atingiriam o montante da população que “aguardava” ser atendida, se esse tivesse realmente sido colocado em prática seria notável a diferença das grandes extensões de terras localizadas em nosso país (PEREIRA, 2015).

Uma das principais bandeiras levantadas pelo PT e por Lula na campanha de 2002 era a da reforma agrária, mas o que se percebeu ao longo dos anos do Governo Lula foi o não compromisso do governo com essa causa. O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula não conseguiu sair do papel e não representava as ações esperadas pelos movimentos sociais ligados à luta pela terra, tornando-se um plano de menor abrangência.

Com o fim do primeiro mandato do Governo Lula, e sem a proposta de um novo programa para a reforma agrária, dados referentes aos assentamentos realizados no referido mandato foram divulgados pelo INCRA, porém, os mesmos dados foram contestados pelos movimentos sociais de luta pela terra e também pelos trabalhos realizados pela academia e instituições de pesquisa. Os dados divulgados pelo INCRA, eram os de que entre os anos de 2003-2007 haviam sido assentadas 448.954 famílias no Brasil. Para Oliveira (2011), na realidade, assentou-se em torno de 220 mil famílias embora o governo divulgasse dados de cerca de 450 mil famílias assentadas. Essa manipulação dos dados não corresponde à realidade pois nos cálculos somaram-se como assentamentos novas áreas em que houve regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens. Sendo assim, nos anos de Governo Lula, a reforma agrária não saiu do papel, mesmo o governo tendo levantado a bandeira no decorrer da campanha eleitoral e em seu primeiro mandato de que a reforma agrária era uma política de justiça social e que sempre seria defendida e mantida pelo governo do Partido dos Trabalhadores. (PEREIRA,2015).

Em seu segundo mandato não foi elaborado um novo Plano Nacional de Reforma Agrária e reafirmando seu posicionamento, o governo enviou duas medidas

provisórias ao Congresso, em 2008 a MPV 422, e em 2009 a MPV 458, regulamentando ainda mais as áreas passíveis de regularização na Amazônia Legal.

Segundo dados divulgados pelo INCRA, durante os governos Lula foram assentadas 640.860 famílias, sendo que 413.471 delas foram assentadas nos 3.630 Projetos de Assentamento criados no período entre 2003 e 2010, sendo assim, apenas 65% das famílias que foram assentadas durante o governo Lula adinham de Projetos de assentamento criados durante seu governo. Essas informações são reveladoras da política adotada naquele período, ou seja, o da necessidade de melhorar a qualidade da reforma agrária, buscando reestruturar boa parte dos assentamentos já existentes. Para Oliveira (2011) em seu segundo mandato o governo Lula deu continuidade às políticas do primeiro mandato e ainda incrementou a política de legalização da grilagem promovendo a uma contrarreforma agrária.

Na consecução do governo do partido dos Trabalhadores, assume em 2010 a presidência Dilma Rousseff, que também governa sem um plano de reforma agrária. Para Oliveira (2011) nos números oficiais aparecem nos três primeiros anos do governo Dilma 75 mil famílias assentadas, entretanto, desagregando os dados, são menos de 20 mil famílias em assentamentos novos. Para o autor os governos têm desrespeitado os termos constitucionais presentes desde 1988 e suas obrigações de fazer a reforma agrária, sendo este um fato de tamanha gravidade e que caracteriza uma passível da perda de mandato dos candidatos, pois juramentaram em suas posses cumprir fielmente a Constituição.

Até os dias de hoje, a questão da reforma agrária continua na agenda política do País e está relacionada, segundo Oliveira (2007), aos preceitos legais presentes na Constituição Federal de 1988, que garante que a propriedade privada da terra está submetida ao cumprimento de sua função social e que o direito sobre ela não é absoluto. Portanto devemos ser rigorosos em fiscalizar o cumprimento dos preceitos do artigo 186 da Constituição Federal de 1988:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - Aproveitamento racional e adequado;
- II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 2015).

A função social da propriedade é cumprida quando a terra é produtiva e atende aos preceitos elencados pela Constituição, caso ocorra o seu descumprimento, torna-se obrigatória a aplicação do artigo 184 da Constituição, cujo texto juramenta à União a função de desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Existe também a prerrogativa de que o Estado deve destinar para fins de reforma agrária as terras públicas e devolutas que tiveram destinação pelo poder público. A reforma agrária é, portanto, uma obrigação do Estado e não um movimento político segundo a vontade dos governos, ela é um instrumento jurídico que o Estado e a sociedade dispõem para controlar o cumprimento da função social da propriedade da terra e que também é um direito do cidadão.

Concordamos com Delgado (2009) que a esquerda partidária defendia a tese de que durante a década de 1960 a estrutura agrária era um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo na agricultura e que esta tese colocava o capital como referência e não o trabalho como central na questão agrária. Se utilizarmos o referencial do mundo do trabalho para analisarmos as últimas cinco décadas de “modernização conservadora” no campo e no conjunto da sociedade, podemos perceber que as próprias implicações dessa modernização são negativas para a vida dos trabalhadores e agricultores familiares, também para a questão ambiental e para a distribuição de renda no meio rural, ou seja, realizou-se uma mudança técnica no campo mais não houve alguma mudança na estrutura agrária. Sob esta perspectiva podemos afirmar que existe uma questão agrária em aberto no século XXI em território brasileiro.

Para o autor, a política de modernização técnica da agricultura sem a mudança na estrutura agrária foi etiquetada com a nova roupagem de agronegócio. Esse processo de expansão agrícola apresenta indicadores na atualidade, como por exemplo, o desmatamento florestal em consequência das commodities agrícolas - que aparece frequentemente nas imagens de satélite e que é parte de um grande debate entre os ambientalistas e ruralistas, como a grilagem de terras - que segundo Delgado (2009) agora estão amparadas por favores oficiais, como a falta de critérios na conservação e no manejo dos recursos hídricos, como a perda de biodiversidade em razão da expansão da monocultura e como o aumento do adoecimento dos trabalhadores volantes; todos esses elementos são indicadores presentes de uma Questão Agrária que incide sobre o mundo do trabalho, sobre o meio ambiente e

sobre a sociedade, mas que não está repercutida nas pautas do Congresso Nacional e da grande mídia (DELGADO, 2009).

Para o autor, o que parece hoje é que se cogita o contrário na sociedade brasileira, como retroceder a aplicação de dispositivos constitucionais que garantem o cumprimento do Grau de Utilização das Terras (GUT) conforme a atual Lei Agrária de 1993, o que pode ser demonstrado pelo Projeto de Lei da Senadora Katia Abreu, já aprovado na Comissão de Agricultura do Senado.

Nas palavras de Delgado (2009):

Há certa nostalgia no agir político da nossa elite ruralista relativamente às práticas 'normais' do estatuto colonial. Tratam a sociedade brasileira como uma grande barbárie em pleno século XXI, sob cumplicidade ou omissão de muitos que perderam a esperança. (DELGADO, 2009, p. 01).

Entendemos, portanto, que a temática relativa à questão agrária é ampla e não compreende somente os conflitos sociais no campo, nem somente contempla a questão da concentração da propriedade da terra, mas é uma área do conhecimento que busca entender como as sociedades ao longo da história organizam a posse (o que se faz na terra), o uso (quem ocupa a terra) e a propriedade (condição jurídica/direito) da terra, e de como se organiza a produção dos bens agrícolas em diferentes contextos históricos para atender a necessidade humana. Portanto, a organização do campo depende do modo de produção geral de uma sociedade, o que determina a questão agrária (STÉDILE, 2005).

Dentre as correntes que discutem o Paradigma da Questão Agrária (FERNANDES, 2005), concordamos com a visão de que o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre como para Oliveira (1999), a partir de um movimento desigual e contraditório, onde as desigualdades sociais e a diferenciação econômica entre o campesinato e os donos de terra é que proporcionam o desenvolvimento de uma economia monopolista. O campesinato é então uma classe inerente à contraditoriedade do capitalismo, que produz por meio de relações não capitalistas, por exemplo, as relações de trabalho familiar (MARTINS, 1981). Essa concepção vai de encontro a outras vertentes de interpretação da Questão Agrária que acreditam que o campesinato é um resíduo social em vias de extinção (interpretações de Kautsky e Lênin) e que o campesinato deve buscar formas de se integrar ao capitalismo para continuar existindo, interpretação de Ricardo Abramovay. Por ser o campesinato parte deste movimento desigual e contraditório, não menos importante

é a luta pela terra que permite a recriação do campesinato na disputa com o agronegócio e possibilitando a transformação da realidade (FERNANDES, 2005).

Portanto, enquanto a reforma agrária não se realiza, os conflitos pela terra continuam a marcar o campo. Para Sader (2001), esse aumento na conflitualidade provoca o surgimento de novos movimentos sociais, trazendo à cena novos personagens na política brasileira, tornando-se os movimentos sociais parte constitutiva da modernidade e introduzindo novas práticas, ações, signos e sinais

2.2 Os Movimentos Sociais e a Luta Pela Terra

Com a vitória da ideologia conservadora da UDR e a consequente derrota da reforma agrária na Constituinte de 1988 e com o fracasso do I PNRA, os nascentes movimentos sociais passaram a se constituir como novos personagens do cenário político nacional, marchando no combate da luta pela terra. Nas palavras de Oliveira (2007) “a história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrentas desta classe social”, demonstrando que a conflitualidade é inerente ao processo de ocupação e territorialização desses movimentos sociais. O conceito de movimento social refere-se à ação coletiva de um grupo organizado que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico. Fazem parte dos movimentos sociais, os movimentos populares, sindicais e as organizações não governamentais.

Com a invasão europeia e com a dominação e aculturação de parte dos povos originários, os bens naturais aqui presentes foram submetidos à lógica e às leis do capitalismo mercantil (período histórico já dominante na Europa), bem como a força de trabalho tornou-se a escrava. Todos os bens foram transformados em mercadoria e enviados à metrópole, em pouco tempo os europeus perceberam que a alta fertilidade de nossas terras era a principal fonte de exploração de produtos que antes eram obtidos em territórios que não estavam sob seu domínio e pelos quais pagavam-se altos valores; surgiram então os ciclos de exploração da cana-de-açúcar, do algodão, do gado, do café, da pimenta do reino e do cacau, inundando o mercado europeu através de um modelo agroexportador baseado, principalmente, na força de trabalho dos escravos negros.

Desta condição nasceram as lutas dos escravos contra os senhores fazendeiros, representadas pelos quilombos, que eram consideradas terras livres e de trabalho coletivo em meio ao desenvolvimento da colônia no Brasil. Hoje os quilombolas têm seus direitos reconhecidos pela sociedade brasileira e também estão envolvidos nos conflitos pelo reconhecimento dos quilombos remanescentes deste período histórico. Canudos, Contestado, Trombas e Formoso também foram movimentos importantes do campesinato brasileiro na luta pela terra e pela liberdade, contra os jagunços, latifundiários e grileiros, são considerados símbolo de resistência e memória camponesa.

Na década de 1940, as Ligas Camponesas foram criadas pelo PCB durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas e estabelecidas em vários municípios do país. Tinham como participantes trabalhadores rurais de todo tipo, pequenos agricultores familiares, Sem-terra, assalariados e diaristas. Nos anos cinquenta e sessenta do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas, muitas de suas lideranças foram assassinadas. Também marcante neste momento foi a participação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), criada no governo de João Goulart que iniciou o processo de reforma agrária, criando a SUPRA, já mencionada anteriormente. Entretanto, de forma violenta, o golpe de 1964 suprimiu todos os movimentos que se organizavam no Brasil, principalmente no Nordeste.

Em 1955 a Liga Camponesa da Galileia passou a reunir os arrendatários do engenho da Galileia que lutavam contra o proprietário da terra que queria aumentar o foro⁴ ou expulsar os camponeses. As 140 famílias resistiram e o advogado Francisco Julião, deputado recém-eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) os defendeu promovendo um acordo político entre setores urbanos e os camponeses. As Ligas Camponesas intensificaram as pressões pela desapropriação do engenho e, em 1959, após várias concentrações de trabalhadores rurais, lotes de dez hectares foram distribuídos para 47 famílias e as 100 famílias restantes foram remanejadas para outras áreas compradas pelo estado.

Nesse mesmo momento no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola apoiou a organização do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) que representava 100 mil camponeses no estado - cerca de 10 mil pessoas viviam em

⁴ Foro é uma renda anual que os foreiros deveriam pagar pelo uso da terra e de outras benfeitorias.

acampamentos -, a desapropriação de 25 mil hectares próximos à Pelota e a sua distribuição para os seus acampados transformou a região em uma das mais ricas e produtivas do país. Em Goiás, Mauro Borges combateu a grilagem⁵ e regularizou a propriedade de pequenos agricultores posseiros que nessa época tinham a região de Trombas e Formoso como um território independente (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

O tema da reforma agrária neste contexto era muito polêmico pois tinha relação com o comunismo e o socialismo, elementos que tornavam a discussão muito polêmica. A partir dos anos de 1960 Jânio Quadros inseriu em seu discurso a promessa de uma nova mudança na agricultura por meio de uma forte implementação da legislação social no campo, facilitando através da promulgação de uma lei agrária o acesso à terra expandindo o crédito e a assistência rural e estimulando a produção de alimentos. Com a renúncia de Jânio Quadros o país mergulha em crise. Enquanto presidente João Goulart incentiva a aliança camponesa operária visando a realização de uma ampla reforma agrária, conseqüentemente a oposição a ele se intensifica principalmente devido à “ameaça comunista”. Em 13 de Março de 1964, Goulart decreta a desapropriação de áreas improdutivas e em duas semanas é deposto pelos militares.

Com o golpe militar inicia-se o processo - como já abordado anteriormente - de colonização dirigida, reforçado pelo Estatuto da Terra que fixava as diretrizes para implementação de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola. A colonização da Amazônia era vista nesse momento como a solução para os tradicionais problemas agrários do país. Entre 1970-1984, período de maior alcance da colonização dirigida, foram assentadas cerca de 86.500 famílias nos projetos oficiais de colonização. Neste período de contrarreforma – conceito discutido no capítulo anterior -, diversos atores sociais estavam envolvidos neste processo e questões sociais e ecológicas não eram consideradas relevantes pois os projetos visavam o desenvolvimento econômico do país.

Também foi no período militar marcante o desenvolvimento do setor elétrico além de outros setores de produção de bens. No momento da construção das barragens – principalmente nos anos de 1970 -, não haviam avaliações sobre seu impacto na sociedade e nas comunidades locais, as questões sociais apareciam

⁵ Grilagem é a ocupação de grandes terras devolutas com ou sem falsificação de títulos de propriedade.

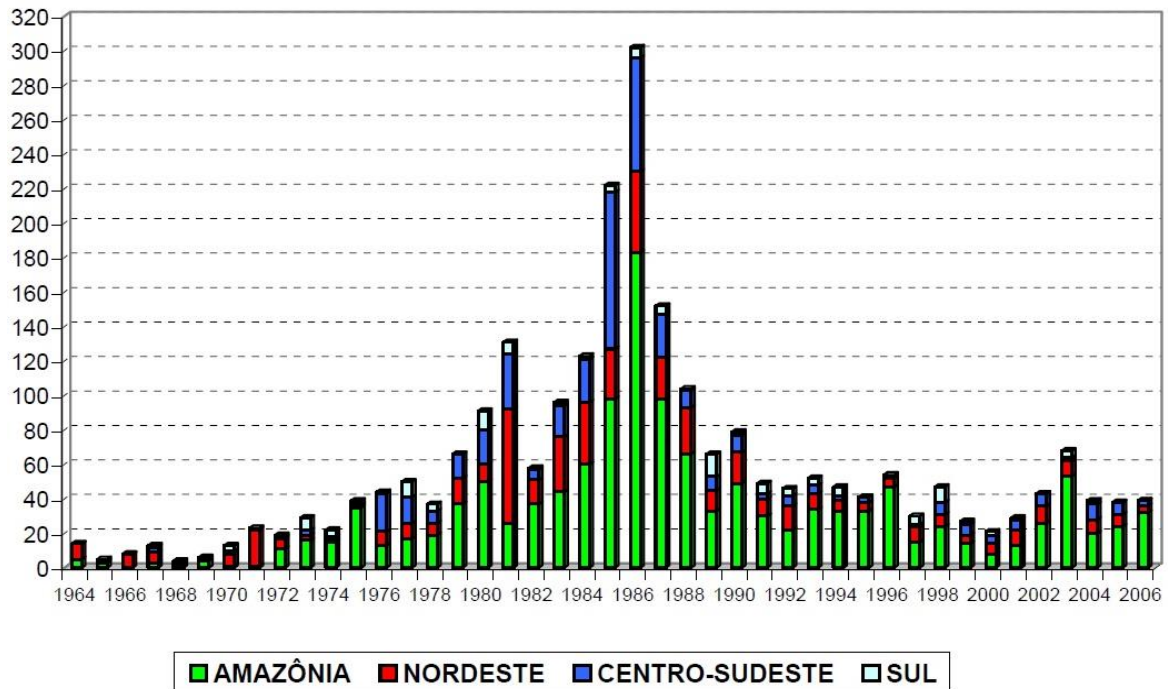
como problemas secundários e que eram deixados para serem resolvidos após a construção da barragem. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surge nesse momento e está ligado à discordância ao valor das indenizações relativas à perda da terra e com o tempo passou a reivindicar a reconstituição dos modos de vida e de trabalho das populações expulsas pela construção das barragens. Eles passaram, então, a lutar pela reterritorialização e o reassentamento dos pequenos produtores rurais, posseiros, arrendatários, comerciantes, assalariados, pescadores, população indígena, e grandes e médios agricultores⁶. A história demonstra o quão tem sido importante a organização política dos atingidos, principalmente dos pequenos produtores rurais, para reforçar o reconhecimento de seus direitos e para manutenção de seu modo de vida e evitar a discriminação dos que são expulsos e dão lugar ao lago artificial.

Nos anos 1960, com incentivo dos governos militares, os pecuaristas passam a desenvolver projetos na Amazônia Legal. Um dos estados visados foi o Acre e iniciou-se a oposição extrativista versus exploração agropecuária, sendo que a última foi subsidiada também pela colonização dirigida. A partir dos anos de 1990, devido à luta dos extrativistas (preconizada por Chico Mendes) criam-se reservas extrativistas para os seringueiros na Amazônia em resposta à exploração agropecuária e solidifica-se a luta nacional dos seringueiros, representada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Essas reservas configuram-se como uma alternativa real de desenvolvimento social, econômico e ambiental para a região da Amazônia e são referência, para outros setores extrativistas. Esses exemplos de reforma agrária ecológica demonstram a possibilidade de utilização dos recursos naturais paralelos a sua conservação junto a uma estrutura social, democrática e coerente.

Segue abaixo o gráfico de Oliveira (2007) que nos permite visualizar a territorialização e a regionalização do conflito pela terra e que sustenta, como demonstrado anteriormente, que a conflitualidade na região Nordeste e marcadamente na Amazônia está ligada ao processo de desenvolvimento do capitalismo e que acompanhou a criação de instituições que visavam a colonização do território amazonense.

⁶ Observa-se que a solução entre esses sujeitos não recebeu, necessariamente, o mesmo tratamento político e administrativo.

Gráfico 1 - Brasil - Mortos em conflitos no campo - 1964 a 2006 (Nº Total / Participação Regional)



Fonte: CPT In: Oliveira (2007, p. 191)

Nos primeiros anos de 1964 a 1971 os conflitos, principalmente localizados no Nordeste, estavam ligados ao embate entre os latifundiários e as Ligas Camponesas. A partir do ano 1972 a Amazônia e o seu processo de “colonização” como alternativa a reforma agrária nas regiões sul e sudeste como apresentado anteriormente passa a ser o centro dos conflitos marcada, principalmente, pelos conflitos dos posseiros, índios, colonos e grileiros. Mobilizou-se em defesa dos índios neste momento Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e na defesa dos posseiros e dos colonos nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos também envolveram seus defensores de causa como padres, advogados, lideranças, sindicalistas e etc. (OLIVEIRA, 2011).

Nos anos de 1980 podemos visualizar um progressivo aumento do crescimento da violência decorrente aos embates camponeses frente à modernização da agricultura, agora os camponeses estavam apoiados pela mobilizada sociedade civil que já passava pelo momento de abertura política, anistia política, diretas já, formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda. A relação dos camponeses com a Igreja, como colocado no capítulo anterior, é marcante neste período histórico, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB) tinha a questão da terra como centro da Campanha da Fraternidade e haviam muitas discussões relativas a esse assunto nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na CPT.

Se havia conflito, havia luta e resistência e os movimentos sociais são fruto dessa contradição. O MST reivindica a realização da reforma agrária através da ocupação dos grandes latifúndios como forma de negociar e pressionar o governo, no entanto, essas ocupações nem sempre são solucionadas de forma pacífica, desencadeando conflitos no campo. Nesse sentido o MST possui o território como condição de existência, designando-o como um movimento socioterritorial, ou seja, esses movimentos produzem espaços políticos (se especializando e se territorializando) realizando ocupações de propriedades privadas, reivindicando terra e moradia, gerando conflitualidades e superando a condição de excluídos da sociedade (FERNANDES, 2005). Sobre essas transformações do campo brasileiro Oliveira (2011) nos mostra que a luta pela reforma agrária é uma forma de conquista de cidadania por parte dos movimentos sociais.

As transformações profundas que a agricultura brasileira passou nas últimas décadas do Século XX, revela suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

O MST é o movimento socioterritorial rural mais organizado no final do Século XX e início do Século XXI e possui uma importante participação na luta camponesa no Brasil. É um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, e surgiu em 1984, no momento em que o Brasil passava pela reabertura da política nacional, já mencionada anteriormente. Foi oficialmente fundado durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, e tinha como meta discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária. No início da década de 1980 começaram a ocorrer ocupações de forma massiva e todas as lutas que vinham acontecendo isoladamente pelo país, passaram a se articular juntamente com o MST. Em 1985 reuniu 1.500 delegados em seu I Congresso, passando a estabelecer bases para a formação do movimento e consolidando seus objetivos. Entre seus objetivos estavam o de propor a elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária, organizar os trabalhadores rurais na base, dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política

dos trabalhadores para os trabalhadores, criar uma articulação com os trabalhadores da cidade e com os camponeses de toda a América Latina e etc. (FERNANDES, 1988; PEREIRA, 2013)

Para Fernandes (1998), o MST nasceu dos conflitos relativos ao processo de modernização conservadora - conceito abordado no início deste capítulo - e ele é resultado do enfrentamento e da resistência contra a política agropecuária implementada durante o regime militar, essa política levou o desenvolvimento para o campo aparado pelo capital estrangeiro e forneceu subsídios somente para os grandes proprietários de terra e negociava as terras públicas para as grandes empresas multinacionais. O autor considera que o MST é um movimento e marco histórico da luta camponesa que ocorre desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso. É um movimento que nasceu da ocupação de terras e com essa ação instrumentaliza a luta contra a concentração fundiária e contra as políticas estatais implementadas a favor do grande capital. Ele atua através de redes que são formadas por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros e que se estendem por todo território nacional. Sua estrutura organizacional se baseia em uma verticalidade iniciada nos núcleos (compostos por 500 famílias) e seguindo pelas brigadas (grupo de até 500 famílias), direção regional, direção estadual e direção nacional. (FERNANDES, 1988)

Ademais, é importante salientarmos que o MST não é e não foi o único movimento social no campo brasileiro. Como mostrado em outros pontos desta pesquisa, temos a luta dos povos indígenas pelos seus territórios, a luta dos posseiros em vários pontos do país, a luta dos peões contra a “escravidão branca”, a luta dos atingidos por barragens, o movimento dos boias frias, a luta dos seringueiros por reservas na Amazônia, entre outros movimentos que possuem articulação com o MST, com a Via Campesina, com Acampamentos e Assentamentos Rurais.

Nesse cenário de problemas políticos, sociais e territoriais do campo brasileiro é que buscamos entender as dinâmicas, no que se refere à resistência camponesa (após a conquista de seus direitos sociais - assentamentos, políticas públicas, financiamentos e etc.), ligadas à reprodução dos assentamentos de reforma agrária, considerando que o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), a pelo menos 30 anos, possibilitou os primeiros assentamentos dos quais seus primeiros ocupantes,

que construíram, participaram da luta pela terra, plantaram, colheram e gerenciaram as dinâmicas econômicas e políticas, estão agora chegando ao período de sua velhice, não podendo mais executar seus papéis da mesma forma com que protagonizavam outrora.

2.3 Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais

O termo “assentamento” aparece no vocabulário jurídico e sociológico, a partir dos anos de 1960 por conta da reforma agrária venezuelana. Genericamente eles são a criação de novas unidades de produção agrícola que visam reordenar o uso da terra através de políticas governamentais, beneficiando os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Além do reordenamento do uso da terra os assentamentos preveem a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e incentivam a organização social e a vida comunitária. Eles têm uma importante participação na geração de empregos diretos e indiretos, a baixo custo e estabelecem modelo de desenvolvimento agrícola com bases sociais mais equitativas (BERGAMASCO; NORDER, 1996). Segundo informações do site do INCRA⁷, existem hoje no Brasil 968.877 famílias assentadas distribuídas em 9.156 assentamentos em todo o país, ocupando uma área de 88.102.902 hectares.

Como sustentado no capítulo anterior foi a partir dos anos de 1960 que as políticas fundiárias se construíram enquanto resposta às pressões dos movimentos sociais no campo e foi nessa época que o termo “assentamento” começou a ser utilizado, justamente, no momento em que a população rural estava sendo expulsa para os centros urbanos. Nesse momento de conflitualidade as Ligas Camponesas impulsionadas pela inclusão dos novos conflitos sociais do campo - incluindo a luta de assalariados e por direitos trabalhistas, a resistência de posseiros, arrendatários e foreiros contra a expropriação das terras que vinham ocupando, ou ainda as lutas contra o aumento nas taxas de arrendamento - encontraram força política e alianças nacionais levantando a questão da reforma agrária e unificando lutas antes isoladas.

Além dos marcos históricos e políticos, a questão regional é um elemento importante para a viabilização social e econômica dos assentamentos. Segundo o

⁷ Site em que podem ser encontradas as informações: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

Órgão das Nações Unidas para Alimentação (FAO), a renda dos assentamentos da reforma agrária no Brasil em 1994 era em torno de 3,7 salários mínimos por família, o que era superior à média de outros trabalhadores rurais. Essa média não era a mesma para todas as regiões do país, sendo que na região sul era maior e na região nordeste era menor e essas diferenças explicam-se pelas dificuldades de transporte, comunicação, comercialização, saúde e educação de cada região. Portanto, a política agrícola para os assentados precisa ser pensada de acordo com o desenvolvimento social e regional, deve ser construída junto à expansão do sistema e saúde, educação, previdência, transporte, etc. Esses índices não eram iguais também entre as famílias dos assentamentos (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Segundo a pesquisa da FAO os assentados que se constituíram nos primeiros anos de projeto e que estão integrados ao sistema de mercado, situam-se na faixa de maior renda. Outra parte dos assentados tem a opção de dar continuidade ao tradicional modo de vida camponês, voltado para o autoconsumo e para venda de excedente, possuindo baixa renda, mas contribuindo para os programas de atenuação de fome e habitação que atingem os brasileiros. Parte dos assentados encara problemas para acessar os recursos econômicos e tecnológicos alcançados pelos demais devido as dificuldades de acessar as políticas agrícolas e sociais. Apesar dessas disparidades e do período em que foi realizada a pesquisa, percebemos que as condições ainda são as mesmas e que é inegável que os assentamentos propiciam uma considerável melhora na qualidade de vida de seus participantes e que mesmo partindo de uma precária infraestrutura, muitos assentados conseguiram modernizar sua produção e melhorar sua condição de vida (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Como mencionado anteriormente, a produção agrícola depende de recursos técnicos e econômicos que nem sempre os assentados conseguem acessar, para enfrentar esses problemas, criam-se nos assentamentos formas associadas de trabalho e cooperativas, apoiadas pelo MST, Igreja e Governo. Em cada assentamento a escolha pela forma de produção possui características ligadas à história na trajetória do grupo sendo que a luta pela terra determina as formas solidárias de produção agropecuária. O mutirão é uma prática comum entre os agricultores em muitos países que reúne a ajuda de parentes, vizinhos e amigos “trocando de dias” entre os lotes para beneficiar a produção de todos, envolvendo principalmente a colheita de produtos que precisam ser executadas em pouco tempo e

com muito trabalho. As associações também estão muito presentes nos assentamentos e representam a continuidade e a formalização dos mutirões, os acordos entre seus integrantes são colocados no papel e ocorre a compra coletiva de máquinas e equipamentos, geralmente, as associações acabam sendo registradas em cartório como sociedade sem fins lucrativos.

As Cooperativas de Produções Agropecuárias (CPAs), também passam a ganhar espaço nos assentamentos, sendo consideradas empresas cooperativas que podem realizar atividades comerciais mais amplas que as associações. Elas estimulam um melhor aproveitamento da mão de obra através da divisão de trabalho, capacitação técnica e educacional de seus participantes. A partir dos anos de 1990, elas ganharam maior representatividade política ao serem representadas pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), atrelando todas as unidades da federação numa só organização nacional. As propostas de cooperativas têm demonstrado serem capazes de ampliar a capacidade produtiva e de melhorar a qualidade de vida dos assentados. Independente do processo de organização interna dos assentamentos, os preceitos de liberdade individual, democracia e justiça devem ser completamente associados ou nenhum deles poderá realmente existir.

A partir dos anos de 1980, com a modernização agrícola alteram-se as relações tradicionais de exploração entre a população rural e o latifúndio, expulsando os trabalhadores rurais para a cidade e os transformando em trabalhadores sem qualificação, boias frias, favelados e indigentes. Parte desses excluídos recomeça a luta pela terra, mesmo após uma experiência urbana, gerando um processo de reterritorialização desses sujeitos na terra e pela conquista de direitos sociais. Após este processo, surgem novos desafios, o acesso às políticas públicas e aos seus direitos, sendo que, mesmo os assentamentos sendo criados para atenuar conflitos sociais no campo não apresentam um programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico. Nas palavras de Bergamasco e Norder: “A reforma agrária ainda está por ser feita. Os assentamentos já instalados representam apenas uma conquista parcial, a formação de algumas ilhas entre enormes latifúndios” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 81).

O conjunto de políticas agrárias demonstra que o acesso à terra é fundamental para reduzir a fome no Brasil e com políticas sociais básicas os assentamentos poderão se constituir como alternativa de encaminhamento dos

problemas sociais brasileiros com profundas repercussões econômicas, políticas e culturais. Apesar dos assentamentos rurais no Brasil possuírem uma origem diversa eles representam a resistência ao processo de separação entre o trabalhador rural e a propriedade ou o uso da terra. O principal ponto em comum entre os principais tipos de assentamento é a preexistência de conflitos sociais e a consequente mobilização política dos trabalhadores, fatores que geram pressão ao Estado para formular respostas a um fato político. Também existem diferenças marcantes como é o caso da colonização versus reforma agrária. Acessar a terra não significa também garantir a viabilidade social e econômica dos projetos, viabilidade relacionada principalmente ao descaso do poder público que não oferece uma política pública de infraestrutura, nem uma política agrícola, condizente com as especificidades regionais desses agricultores. Frente a essas condições é que os assentados criam estratégias de produção e reprodução social que perpassam a formação de cooperativas até a formação educacional de práticas de subsistência alimentar da família. É nesse cenário que os assentamentos, lutam pela construção da cidadania e pela diminuição da exclusão social em busca de um novo modelo social e econômico de desenvolvimento para o Brasil.

3 PROMISSAO: DA LUTA PELA TERRA À FORMACAO DO ASSENTAMENTO REUNIDAS – SP

Neste capítulo apresentaremos um panorama de como se sucederam os embates e os conflitos na região de Promissão/SP, que desembocaram na demarcação e na consolidação do Assentamento Reunidas em 1987. Abordaremos, especificamente, o surgimento dos Assentamentos no Estado de São Paulo, a questão agrária e o poder local na cidade de Promissão, o processo de acampamento e de regularização do assentamento Reunidas.

3.1 A formação fundiária da Região de Promissão

O Assentamento Reunidas está situado na cidade de Promissão, à Noroeste do Estado de São Paulo, entre a Mesorregião de São José do Rio Preto e a Microrregião de Lins, à 463 Km da Capital estadual e nas proximidades das cidades de São José do Rio Preto, Marília, Bauru e Araçatuba. Arbarotti (2014) e Simonetti (1999) nos mostram que até o início do século XX a área onde está situado o assentamento e as suas imediações eram consideradas como região de Sertão, território ainda ocupado pelos indígenas, que em 1885 passa a ser explorado com a finalidade de expandir a fronteira agrícola, os mercados e a modernização, abrindo caminho para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Nessa região, o processo de expansão do capitalismo ou de sua territorialização⁸ do capitalismo nesta área, dizimou os seus ocupantes originais, os índios Caiagang, que morreram frente a violência e as epidemias levadas pelos agentes estatais da “frente pioneira” de expansão (SIMONETTI, 1999).

⁸ Na pesquisa nos apoiamos em Martins (1993), Oliveira (1986) e Simonetti (1999) para compreendemos o território, não como sítio (lugar onde os processos se desenrolam) mas sim como processo. Ou seja, analisamos a agricultura, a luta pela terra, os assentamentos e os jovens assentados no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no mundo. Essa análise passa necessariamente pelo entendimento do desenvolvimento capitalista como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, produz também, igualmente, e contraditoriamente, relações camponesas de produção necessárias à sua lógica de desenvolvimento. O território é compreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/ modo de produção /distribuição/ circulação/ consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. São as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório do desenvolvimento do capitalismo em seu processo de reprodução ampliada que dão a configuração ao território.

A violência e a conflitualidade no campo brasileiro não se iniciaram no século XX, mas desde o processo de colonização portuguesa e vem acompanhando o desenvolvimento e os processos de ocupação de nosso país desde então. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo de violência pois, há mais de quinhentos anos, vem sendo submetidos a um verdadeiro genocídio histórico de sua etnia⁹ (OLIVEIRA, 2007). Sobre esta violência infligida aos indígenas, seguem as palavras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

Os povos indígenas, acuados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações. A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas, a sociedade brasileira capitalista mundializada, insiste na sua capitulação. As terras indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, têm sido em parte, demarcadas, porém, muitas vezes desrespeitadas. (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

As estratégias usadas desde a colonização se repetiram com os Caiagang, armas de fogo e micróbios aos quais os indígenas não eram resistentes. Os agentes deixavam na beira dos trilhos de trem roupas contaminadas com varíola gerando uma grande epidemia entre os indígenas. Muitas mulheres e filhos indígenas eram decepados pela cabeça e tinham suas casas queimadas, eram tidos como selvagens pelos agentes das frentes pioneiras. Segundo Simonetti (1999), os dados mostram a truculência exercida sob esses indígenas que em 1912 já estavam reduzidos a 700 indivíduos e em 1916 foram dizimados para apenas 200 indígenas habitantes nesta região.

Com a promulgação da Lei de Terras em 1850 - como iniciativa no sentido de organizar a propriedade no Brasil, pois, até então, não havia nenhum documento específico que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país – proliferaram-se as companhias de terras, os negócios imobiliários e a limitação de acesso à terra. Essa conjuntura refletia a crise do trabalho escravo, que com a promulgação da lei de 1879 mais conhecida como Lei de Sininbu, demonstrava por parte do Estado uma tentativa de organizar as relações de trabalho livre no campo, estipulando regras e penalidades para as relações entre contratantes e contratados e conseqüentemente inserindo o

⁹ Uma etnia é um grupo de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas como tal por terceiros, com base em semelhanças culturais ou biológicas, ou ambas, reais ou presumidas. Tal como os conceitos de raça e nação, o de etnicidade desenvolveu-se no contexto da expansão colonial europeia, quando o mercantilismo e o capitalismo promoviam movimentações globais de populações ao mesmo tempo que as fronteiras dos estados eram definidas de forma mais clara e rígida.

assalariamento no campo. Neste momento cerca de 1,6 milhões de camponeses europeus movidos pelo avanço do capitalismo vieram em busca de trabalho para o Brasil. Parte desses imigrantes foram para a região sul do país e outra parte para São Paulo e Rio de Janeiro, estabelecendo o regime de produção sob a forma de colonato, no qual recebiam as lavouras de café prontas, casa, direito de moradia e direito de plantar outros produtos para sua subsistência, recebendo o pagamento em forma de café que poderia ser vendido. O campesinato brasileiro teve origem em duas formações, a primeira mencionada acima, inseriu milhares de camponeses pobres europeus no trabalho agrícola nas regiões Sudeste e Sul, já a segunda formação é relativa à miscigenação das populações branca, indígena e negra presente no processo de colonização (STÉDILE, 2005).

Esse processo advinha do fim da escravatura e era estratégico para as classes dominantes conseguirem de forma legal, transpor o trabalho escravo para a economia da grande lavoura, legitimando-o agora pelo processo de compra e venda das terras. A Lei de Terras trava neste momento um embate com os camponeses, pois era prática comum para eles se movimentar para novas áreas ainda não exploradas pelos fazendeiros para estabelecerem seus lotes, agora, para comprarem e serem proprietários dessas terras eles tinham que trabalhar para os fazendeiros - eram trabalhadores livres - mas passaram a se sujeitar e depender da figura do fazendeiro.

A Ferrovia tornou-se, portanto, a referência para o desenvolvimento dos pequenos povoados na região de Promissão, o que gerou entre os anos 1880 a 1900 uma forte especulação financeira e ocupação de terras (ARBAROTTI, 2014). Neste contexto a terra vira mercadoria, os fazendeiros passaram a doar terras para a construção das cidades visando a valorização de suas terras que estavam nos entornos destas formações iniciais, as quais seriam posteriormente vendidas a um preço muito valorizado. O desenvolvimento desta região se deu de forma acelerada, com apenas quinze anos a estrada de ferro já contribuía com 3,27% de toda a produção de café do Estado de São Paulo, em 1935, essa região já possuía a participação de 23,92% na produção estadual. Esse crescimento também alavancou os fluxos migratórios de fazendeiros, grileiros, migrantes e imigrantes e em 1940 a região de Promissão possuía uma população rural de 19,960 pessoas. A maioria dos trabalhadores migrantes trabalhavam nas lavouras de café no regime de colonato, envolvendo toda sua família no trabalho na fazenda e recebendo pagamentos fixos

pelo trabalho no cafezal, uma parte da produção e um espaço para plantio de sua produção de auto sustento (ARBAROTTI, 2014; NORDER, 2004; SIMONETTI, 1999).

Neste contexto muitos imigrantes portugueses, espanhóis, alemães e japoneses compunham a mão de obra nessa região, na região noroeste os fluxos migratórios corresponderam a 26,6% de toda a imigração ocorrida no Estado de São Paulo. Esses imigrantes formaram as primeiras colônias Japonesas na região, formações advindas da crise do café a partir dos anos 1930, os imigrantes compravam dos fazendeiros pequenas porções de terras impróprias para a produção de café e passavam a introduzir outras culturas como o algodão e os cereais. Essa foi a configuração fundiária que marcou a década de 1930 na região de Promissão, predominância de grande quantidade de pequenas propriedades com menos de 50 alqueires, uma das poucas famílias que possuíam mais de mil alqueires, era a família Ribas – família que será apresentada mais à frente no texto - , descendentes de portugueses que possuíam mais de 22.000 hectares de terras na região (ARBAROTTI, 2014; SIMONETTI, 1999). Até os anos de 1950 a cultura do café resistia na região noroeste paulista, ano em que a política nacional de erradicação do café intensificou a substituição das lavouras pela pecuária, essa mudança também incorreu em fluxos migratórios expulsando muitas famílias que ali viviam para os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Nos anos de 1963 e 1964 surgem, respectivamente, o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto de Terras que contribuíram para a expulsão dos trabalhadores do campo; com o intuito de substituir a velha tradição do direito à propriedade que estava ainda fortemente ligada a lei de Terras e transformando a Terra que antes era considerada uma mera mercadoria em propriedade com função social e econômica definidas, o Estatuto do Trabalhador Rural tinha por objetivo regularizar as relações de trabalho no campo que estavam muito defasadas frente as leis trabalhistas, os trabalhadores rurais passam então a possuir os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos - ganhos nos direitos sociais - mas que ao mesmo tempo provocaram uma violenta reação dos fazendeiros que expulsaram os trabalhadores devidos aos altos gastos sociais e encargos que teriam com os mesmos, essa expulsão foi seguida pela contratação desses mesmos trabalhadores como temporários ou no sistema de boias-frias (ARBAROTTI,2014; STÉDILE, 2005).

Como discutido no capítulo anterior, o campesinato é parte do movimento desigual e contraditório do capitalismo, produz relações familiares e não capitalistas em meio à exploração do capital, mesmo estando inseridos no mercado. A luta pela terra é, portanto, a passagem que permite a recriação e a reprodução do campesinato e o seu estabelecimento na disputa com o agronegócio, possibilitando a transformação da realidade e das relações sociais no campo. Neste cenário apresentado - desde as formações fundiárias locais de promessa até as formações globais e regionais que condicionaram a questão agrária no Brasil – é que se desenvolveu o processo de luta pela terra na fazenda Reunidas e estabeleceu-se o Assentamento.

O processo de formação da Fazenda Reunidas é também representativo da exploração e da violência sofrida pelos camponeses. O início da história da fazenda se dá com José Corrêa Ribas, imigrante de Portugal que veio para trabalhar na colheita de café no ano de 1912. José Ribas iniciou sua trajetória como muitos migrantes que vieram para o Brasil, junto de sua esposa que cuidava da casa, trabalhava puxando terras dos fazendeiros da região e as comercializando para os compradores da Estrada de Ferro Noroeste. Com a crise do café iniciou-se a comercialização de pequenos pedaços de terra na região de promessa, como apontado no item 2.1 deste capítulo, nessas terras que foram sendo adquiridas José substituiu o plantio de café pela pecuária de corte, abriu um açougue no município de promessa e chegou a engordar cem mil bois - no auge de sua produção (ARBAROTTI, 2014; SIMONETTI, 1999).

Segundo os relatos de colonos acerca deste período, não foi somente comprando terras e trabalhando nelas que José Ribas conseguiu reunir 17.138,26 hectares, foi através de intimidações, assédios e ameaças. Compravam-se os sítios que cercavam determinada propriedade, cercavam o camponês e depois soltavam o boi para destruir toda a roça, a pessoa ou vendia a roça ou largava tudo, segundo relatos dos colonos haviam bois até dentro das igrejas da fazenda, os Ribas também colocavam fogo nas plantações e nas matas dessas propriedades. Tamanha era a crise econômica e o aparelhamento da política na cidade de promessa que não adiantava fazer denúncias no fórum da cidade pois todos possuíam dívidas ou negócios com a família Ribas. É marcante neste período a intimidação dos colonos Japoneses em Promissão - período da II Guerra Mundial - a maioria desses Japoneses possuíam as escrituras dessas pequenas propriedades, esse processo

de desterritorialização e territorialização da Fazenda Reunidas durou em torno de 35 anos entre as décadas de 1930 e 1960 e provocou o desaparecimento de aproximadamente 500 pequenas propriedades no município de Promissão (ARBAROTTI, 2014; SANTOS, 2007; SIMONETTI, 1999)

3.2 Movimentos sociais e a luta pela terra na região de Promissão: O Assentamento Reunidas e a transformação da realidade local

Todo esse processo vivido pelos camponeses não aconteceu sem que houvesse revolta e resistência desses sujeitos, como apresentado anteriormente, várias pressões por reformas sociais vindas de setores da esquerda e dos movimentos sociais e urbanos também impulsionaram a luta pela terra e pela conquista do Assentamento Reunidas.

Assentamento Reunidas é fruto de um movimento de luta que teve início em 1983 a partir de trabalhadores rurais organizados junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e aos sindicatos rurais, esses trabalhadores buscavam alternativas frente as precárias condições de vida nas periferias das cidades. Junto a esses trabalhadores somaram-se 32 famílias vindas da ocupação da Companhia de Energia Elétrica de São Paulo (CESP) que haviam sido expropriadas da pela construção da Usina Sérgio Motta no município de Rosana – SP, inicia-se aí o acampamento em Promissão. Com as discussões acerca do I PNRA surge a demanda pela desapropriação da fazenda Reunidas para fim de reforma agrária, mobilizam-se o Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), a Faculdade de Serviço Social de Lins, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Promissão, os partidos políticos e setores da igreja católica formando o Comitê Regional de Apoio a Reforma Agrária (CRARA) que visava a ocupação da fazenda Reunidas (ARBAROTTI, 2014; NORDER, 2004; SIMONETTI, 1999).

Em 30 de junho de 1986 foram desapropriados 17.138,26 hectares da Fazenda Reunidas tendo por base o interesse social desta propriedade, por decisão fundamentada no I PNRA; o INCRA passou então a organizar as 990 famílias que seriam beneficiadas com os lotes, a princípio seriam famílias da Região de Promissão, José Bonifácio, Penápolis, Birigui e Lins. Nesse meio tempo a família Ribas resistia ao decreto e requisitou uma nova vistoria pelo INCRA, como

estratégia foram arrendados hectares para outros 29 produtores e aumentado o número de cabeças de gado, uma tentativa para provar que a propriedade era produtiva. Esse processo atrasou a emissão da posse e gerou muitas negociações, no mês de agosto de 1987 já existiam 44 famílias no acampamento, somente em outubro de 1987 a posse foi decretada a favor do INCRA (ARBAROTTI, 2014; NORDER, 2004; SIMONETTI, 1999).

Neste período outro grupo de famílias chegou para se juntar ao acampamento, 350 famílias advindas da região de Campinas desembarcaram nas margens da rodovia BR-153, assim, o grupo de Campinas se juntou ao grupo dos 44 para ajudar na pressão para a instalação do acampamento. A primeira autorização para o uso das terras foi concedida ao grupo dos 44 em novembro de 1987, na quantidade de 140 hectares, as famílias foram para áreas provisórias pois a família Ribas ainda exercia muita resistência colocando gado e capangas na região. Essa situação gerou a tomada de decisão, por parte dos acampados em março 1988, a articular uma ação conjunta para a quebra da porteira da fazenda Reunidas e para a caminhada até a cidade de promissão exigindo a retirada do gado do local. O grupo de famílias de campinas passou a exercer pressões específicas sobre o poder local e estadual pois não atendia diretamente aos critérios para serem assentados pelo INCRA, ou seja, serem da região de Promissão – SP. Para isso, ocuparam a sede do INCRA em São Paulo, ação que não surtiu o efeito esperado e querendo causar maior impacto, realizaram uma caminhada de 156 KM de Limeira – SP até a Capital, através da qual conquistaram uma área de 300 hectares onde esperariam pelo assentamento definitivo que seria realizado no final do ano de 1988, porém, o assentamento definitivo somente ocorreu em 1990 após a tentativa fracassada do INCRA em transferi-los para uma área provisória em Araraquara – SP. Das 350 famílias que acamparam somente 130 resistiram ao tempo de acampamento (POKER, 1999; SIMONETTI, 1999).

Portanto, o Assentamento Reunidas é construído a partir da trajetória de diversos sujeitos, ribeirinhos que migraram devido às pressões pela construção das usinas hidrelétricas, trabalhadores da região de promissão que eram participantes da CPT e dos sindicatos, o grupo de Campinas fortemente influenciado pelo MST e mais o grupo de famílias convocadas pelo INCRA, diversidade que confere ao assentamento uma grande riqueza de situações, formações e posicionamentos políticos. Esses fatores tornam possível verificar as várias práticas simultâneas

relativas à reprodução social desses trabalhadores no interior do assentamento (POKER, 1994; SIMONETTI, 2011).

Mapa 1 – Localização de Promissão/SP



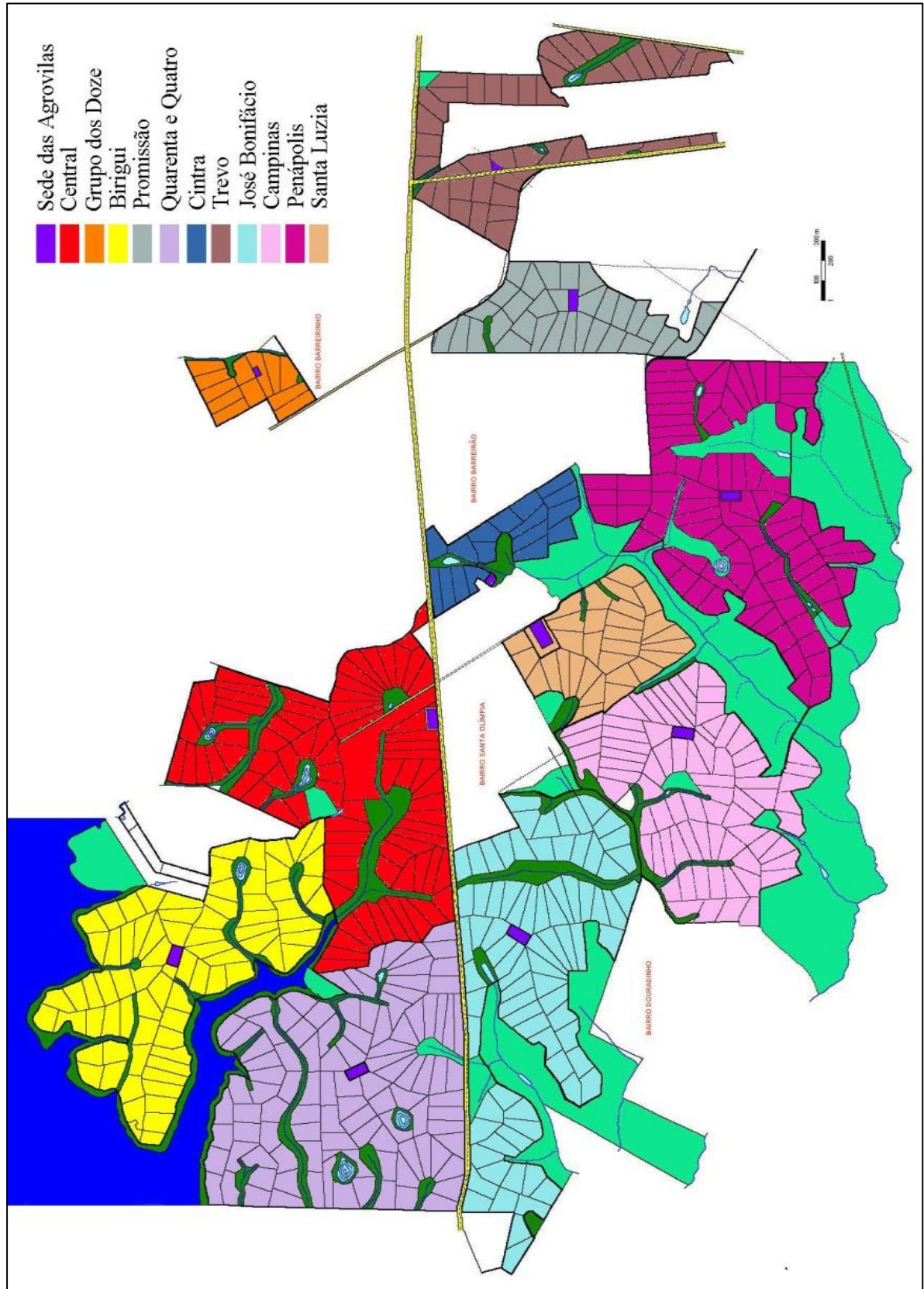
Fonte: Abreu (2006).

O mapa acima apresenta os limites da cidade de Promissão/SP localizada à noroeste do Estado de São Paulo. Segundo dados do IBGE¹⁰, no ano de 2010 a população total da cidade era de 37.570 habitantes dos quais 5.604 habitavam na área rural do município, em torno de 15% de toda a população do município.

O Assentamento destaca-se por ser um dos maiores do estado com, cerca de, 17.000 ha e 634 lotes, onde se distribuem 637 famílias, em 10 agrovilas, que podem ser visualizadas no mapa II localizado abaixo. Em sua formação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) distribuiu as famílias de acordo com a cidade ou região de origem, a saber: Agrovila São Pedro, Agrovila de Penápolis, Agrovila de Birigui, Agrovila de José Bonifácio, Agrovila de Campinas, Agrovila Central, Agrovila dos 44, Agrovila de São Bento, Promissãozinha e Agrovila dos 12, somando um número de 637 famílias.

¹⁰ O Censo do IBGE do ano de 2010 pode ser consultado em:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354160&idtema=90&search=sao-paulo|promissao|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao->

Mapa 2 - O Assentamento Reunidas dividido em Agrovilas



Fonte: SIMONETTI (1999)

O Assentamento Reunidas foi viabilizado com precárias condições de infraestrutura de moradia, estrada, acesso à água, energia, escolas e transporte. Para superar essas condições, foram as articulações coletivas que possibilitaram a vida no assentamento, construindo em forma de mutirões as casas e os barracões onde se realizavam as reuniões e a escola, abrindo estradas no meio da mata e cavando poços para a retirada de água (ARBAROTTI, 2014; POKER, 2011; SIMONETTI, 1999).

De um lado a coletividade falava mais alto criando alternativas para a sobrevivência e a para a construção de um território conquistado, ao mesmo tempo, a família Ribas buscava judicialmente aumentar o valor pela desapropriação da fazenda. O valor demandado pela família era o de 385,5 milhões de reais cerca de 15 vezes superior ao proposto pelo INCRA, 25,8 milhões de reais; Norder (2004) nos mostra que o valor estipulado pelo INCRA, se fosse distribuído entre os assentados, seria o equivalente a 40 mil reais por cada família assentada e que esse valor é superior em cinco vezes o valor recebido por cada família dentre os dez primeiros anos de assentamento (ARBAROTTI, 2014).

Para Santos (2007) a trajetória do Assentamento pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, de 1989 a 1993, é a que demarca o processo de implementação e execução das políticas de apoio à formação do assentamento e a aplicação de recursos de fomento, custeio e abertura de estradas. Nesta primeira fase, as implementações destas políticas só foram concretizadas através da resistência e da luta exercida pelos assentados através de mobilizações em busca de financiamento agrícola e infraestrutura de saúde, educação e transporte. Mesmo com todas as dificuldades o assentamento provocou mudanças significativas no município de Promissão e seu entorno, a primeira delas foi a distribuição demográfica do território; houve uma reversão na dinâmica demográfica rural, que estava em queda em toda a sociedade brasileira, passando de 32,4% para 26,1% entre 1980 e 1991, mas que no município apresentou aumento em mais de 35%, passando de 4.345 para 5.888 indivíduos (ARBAROTTI, 2014; SANTOS, 2007).

Com relação à estrutura fundiária podemos observar, segundo Arbarotti (2014) que houveram mudanças a partir da divisão da fazenda Reunidas, dos 17.138,26 hectares, 629 lotes com 18 hectares cada foram distribuídos para 629 famílias, o que representa em torno de 20% de todo o território do município de

Promissão /SP. O autor também nos mostra que a territorialização do assentamento e os impactos no município puderam ser notados pelo aumento da produção agropecuária da região, que, até a criação do assentamento, estava voltada para a monocultura da produção da cana-de-açúcar (baseada no trabalho volante e no uso de tecnologias agrícolas) e que a partir dos anos 1990 passou a ser diversificada e representada pela grande produção de hortaliças, frutas, legumes e leite. Para Arbarotti (2014, p.71) “[...] isto se deu graças ao acesso a terras que essas famílias que eram assalariadas e que moravam precariamente nas periferias das cidades puderam proporcionar”

A segunda fase, de 1994 a 1999, pode ser caracterizada pela fase que as políticas públicas para assentamentos estavam voltadas para o objetivo de cumprir metas sociais. Segundo Arbarotti (2014) houve algumas tentativas de produção em formato de cooperativa, que no assentamento Reunidas foi representada pela experiência desenvolvida e articulada pelo MST, a Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josímo Tavares (COPAJOTA), localizada na agrovila Campinas, agrovila, que neste momento, possuía assentados com inserção no MST. Ela iniciou sua atividade no final de fevereiro de 1992 e contava com 36 associados. Ela possuía uma experiência de coletividade total que ia desde a divisão do trabalho até refeições comunitárias, mas, como todas as outras tentativas de produção cooperada, não tiveram êxito e hoje encontra-se desativada. Segundo Santos (*apud* ARBAROTTI, 2014, p.71), “o grande desafio para as experiências cooperativistas é a falta de cultura cooperativista, o excesso de força de trabalho, escassez de capital e capacitação técnica para gerenciamento da produção e financeira”¹¹

No início do Assentamento a formação de Agrovilas ainda era coesa e a maioria dos assentados morava nesse formato, saindo todos os dias para trabalhar em seu lote, neste momento, devido ao tamanho do assentamento, a maioria dos assentados optou em construir e morar em seu próprio lote o que favorecia a locomoção até a terra de trabalho. Mesmo frente a essa reconfiguração não foi abandonada a tradição de ajuda mútua e a solidariedade características específicas das famílias e do universo camponês (WOORTMANN, 1997).

Na terceira fase, Santos (2007) nos mostra que entre os anos de 2000 a 2006, pautada pelo II PNRA, a reforma agrária inseriu-se no mercado e extinguiu

¹¹ Para saber mais sobre a experiência da Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josímo Tavares (COPAJOTA), consulte Simonetti (1999).

linhas de crédito. Concordamos com Arbarotti (2014), que nos mostra essa fase como a que prevalece até os dias de hoje onde o assentamento busca inserir os produtos de sua produção no mercado. O autor aponta os dados presentes na caderneta do Itesp referente à safra 2010/2011 no qual a região aparece com grande diversidade produtiva nas áreas, vegetal, leiteira, animal, florestal e derivados, ultrapassando os 24 milhões de reais comercializados.

Percebemos que a criação do assentamento alterou profundamente a configuração territorial da cidade de Promissão e que permitiu a criação de espaços produtivos no lugar da monocultura. Para além da produção, também consideramos o Assentamento enquanto um território de reprodução da família que camponesa, hoje ele apresenta sujeitos, vozes, movimento e história onde antes imperava o silêncio e a repetição da monocultura. Arbarotti (2014) nos fala sobre essa reconfiguração territorial:

É possível perceber que o Assentamento realmente proporcionou uma reconfiguração na localidade. A mudança, no entanto, vai além da estrutura fundiária e abrange elementos econômicos, sociais e culturais. Homens e mulheres que se encontravam marginalizados e explorados tiveram a oportunidade de serem protagonistas e agora essa responsabilidade é passada para a segunda geração. A terra que foi banhada com o sangue dos índios Caiagang, que foi palco da violência contra pequenos proprietários, que foi marcada por medo e destruição, agora é novamente revigorada em uma localidade onde histórias, trajetórias, vividos sonhos e esperanças reflorescem. (ARBAROTTI, 2014, p. 73).

Consideramos, portanto, que a discussão acerca dos Assentamentos de Reforma Agrária e as especificidades do Assentamento Reunidas, como buscamos apresentar e demonstrar anteriormente, não decorreu de uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas sim em uma tentativa de diminuir os conflitos rurais no campo, uma resposta às pressões dos movimentos sociais e dos grupos organizados, principalmente a partir dos anos 80. Portanto, nesta perspectiva, obter terra através dos assentamentos não significou e não significa necessariamente acessar a infraestrutura social (saúde educação, transporte) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletricidade e apoio a créditos) necessários para o desenvolvimento com sucesso dos projetos de vida dos assentados que conquistaram suas terras. A partir da conquista e do assentamento, iniciou-se uma nova batalha, a luta pela obtenção de condições socioeconômicas que propiciem uma melhor consolidação desses assentados enquanto produtores rurais. O intuito desta discussão é colaborarmos para o

aprimoramento das políticas públicas para a Juventude Rural e para o entendimento acerca da realidade dos assentamentos de reforma agrária e do Assentamento Reunidas, criando possibilidades e novos caminhos para a realização de pesquisas nesses territórios, possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que são filhos dos assentados e que acreditam na possibilidade de dar continuidade a esse projeto de resistência.

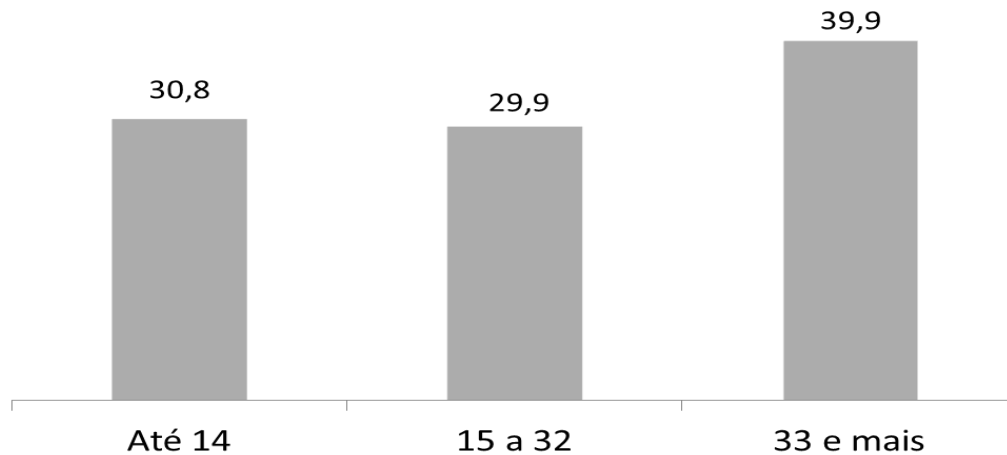
4 A JUVENTUDE RURAL: TEORIAS, SUJEITOS E TRABALHO DE CAMPO

Este capítulo busca apresentar a principal colaboração deste trabalho, uma reflexão sobre as demarcações da teoria acerca da Juventude Rural no Brasil e também uma discussão sobre a metodologia de nosso trabalho de campo, percebendo os limites e as possibilidades da teoria em nossa pesquisa no Assentamento Reunidas. Para esta reflexão realizamos uma revisão bibliográfica e uma discussão baseada, principalmente, nos trabalhos de Castro et al. (2009) – “Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político” e Scopinho (2013) – “Serei também uma andorinha? Sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais”; as percepções das autoras foram as lentes pelas quais buscamos interpretar a realidade nosso campo e nos auxiliaram a reconstruir a história do Assentamento Reunidas junto aos Jovens que residem no Assentamento.

4.1 Principais Problemáticas Relacionadas a Juventude Rural: Um Conceito em Construção

Existe um claro interesse da produção científica na área do “conhecimento humano” voltado para a manutenção e o desenvolvimento de uma juventude urbana (criação de políticas públicas, programas sociais, acesso à escola e etc.), deixando de lado sujeitos que pertencem a outras estruturas e diferentes sistemas de estatutos e papéis sociais, em um país em que 26%¹² da população total, ou seja, aproximadamente 46 milhões de brasileiros, ainda moram no campo. Dessa população de 46 milhões cerca de um terço é constituída por jovens.

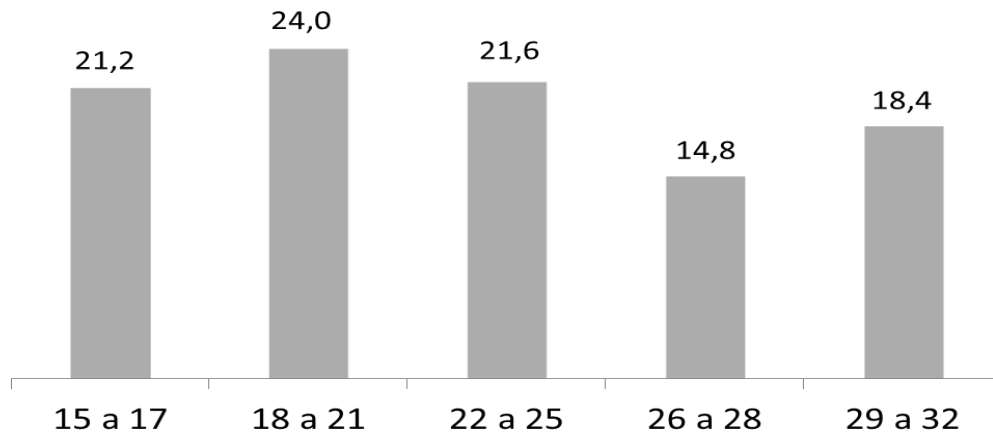
¹² Dados obtidos do censo de 2010 a partir do site do IBGE:
<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1766>

Gráfico 2 - População total residente em Área Rural, segundo a idade – Brasil (%)

Fonte: IBGE/Pnad, 2007

O Gráfico 02, mostra a população total do campo brasileiro dividida em faixas etárias, onde podemos observar que cerca de 29,9 % de toda a população se encontra no corte etário (15-24 anos) adotado pelos organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse tipo de recorte busca homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos e máximos de idade, respaldando-se em uma compreensão de que a juventude é um momento de transição da adolescência para o mundo adulto, porém essa compreensão tem sido amplamente questionada e discutida. Para Levi e Schimitt (1996), por exemplo, esse tipo de classificação só pode ser considerada em uma perspectiva histórica de longa duração e que, portanto, é transitória.

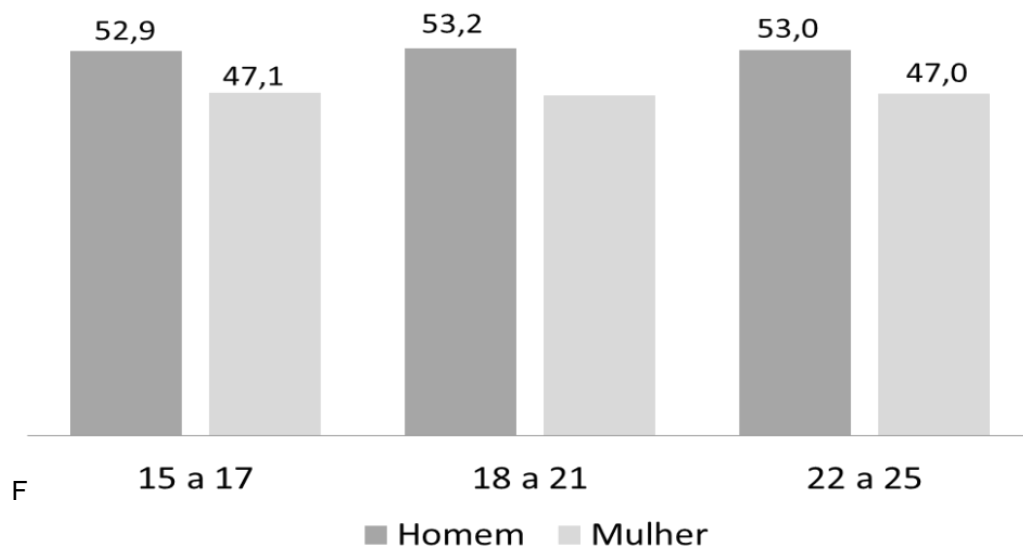
Gráfico 3 - População de 15 A 32 anos residente em Área Rural por idade - Brasil (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2007

No gráfico 03, observamos a parcela que se enquadra na categoria “jovem” apresentada no gráfico 02 e no parágrafo subsequente, subdividida novamente em recortes etários, panorama que facilita a visualização do contingente estudado.

Gráfico 4 - População de 15 A 25 anos residente em Área Rural, segundo o sexo e a idade – Brasil (%)



F

F

Fonte: IBGE/Pnad, 2007

Não menos importante, o recorte de gênero, também deve ser levado em conta para entendermos a constituição de uma juventude rural enquanto objeto de estudos. Embora seja considerado um tema marginal, desde o final do século XX e do início do século XXI presenciamos um aumento no debate sobre a juventude num contexto nacional e internacional, principalmente no debate das ciências sociais. As principais temáticas reforçam as compreensões machistas e as relações de poder da hierarquia social ao conceber a juventude, como mencionado anteriormente, enquanto um período de transição entre a adolescência e a vida adulta. Essa compreensão se baseia em formulações que estipulam padrões comportamentais para os jovens e buscam demonstrar como esses padrões são transitórios. Essas compreensões de recorte etário aparecem principalmente em pesquisas da década de 1960 e serve como facilitadora para análises estatísticas relacionadas, principalmente, à entrada no mercado de trabalho, ao atendimento de saúde e a formação educacional; para Thévenot (1979) o uso de termos como jovem e velho é arbitrário, pois parte de uma definição de juventude construída *a priori* e pretende somente elencar os sujeitos ativos e inativos em relação ao mundo do trabalho.

Margulis, M. e Urresti, M. (1996) apontam que a categoria também aparece ligada a adjetivos de vanguarda, transformadora, questionadora o que sugere que a juventude é considerada um sujeito com potencial transformador, mas que por outro lado também está associada adjetivos, segundo Foracchi (1972), como em formação, inexperiente e sensível. Embora apareçam recortes etários, geracionais e comportamentais, partindo de contextos históricos, o ponto de partida de todas essas perspectivas é segundo Bourdieu (1983) uma categoria pré-construída e genérica, buscando a consolidação de um objeto e conceito que possa ser um paradigma. Essas perspectivas reforçam a concepção de juventude enquanto momento de transição e segundo Amit-Talai e Wulff (1995), uma juventude incapaz de produzir sua própria cultura, percepção essa que limita o conceito enquanto objeto de análise. Elisa Guaraná de Castro (2005) sustenta que a juventude é pouco levada a sério e tratada como adultos em potencial, fator que possui implicações desde a dificultar a contratação em um primeiro emprego e deslegitimar a participação em espaços de decisão (CASTRO et al., 2009). esse parágrafo está muito longo, desde separar alguma parte

Para Bourdieu (1983) as fronteiras entre a juventude e a velhice são objetos de disputa em todas as sociedades e o que marca a sua definição são as relações

de dominação e de hierarquia que estruturam as posições sociais. Assim, a categoria juventude é somente uma palavra, se desprovida das relações sociais pelas quais ganha significado. Para o autor, classificar é ordenar e impor limites, portanto, existem relações sociais de poder e de dominação por detrás da construção de um conceito. Nessa classificação etária para a categoria, podemos pensar também como observa Dayrell,

[...] a juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vem ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem. (DAYRELL, 2007, p. 4).

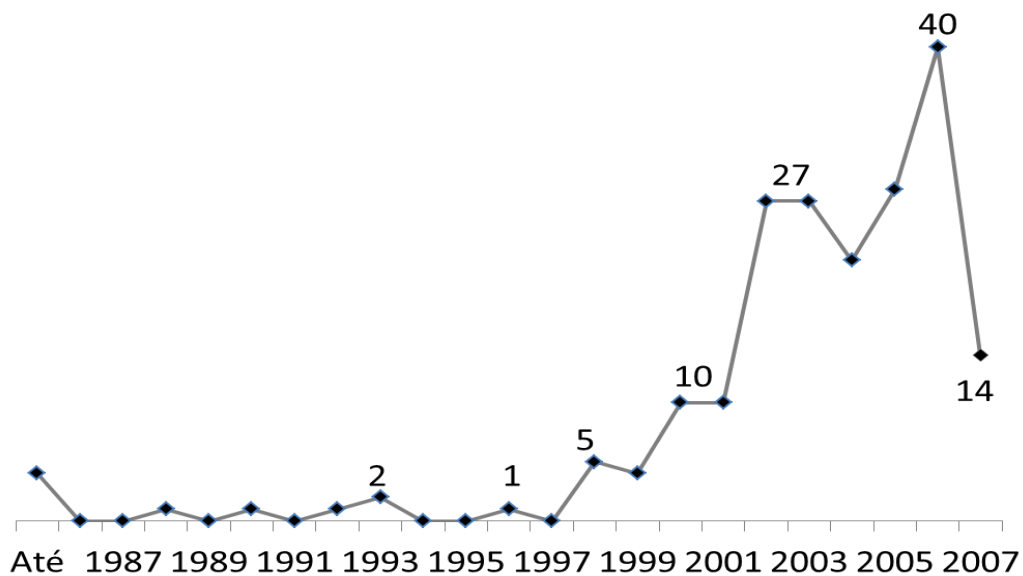
Esses questionamentos sugerem a necessidade de buscar novas formas de dessubstancializar essa categoria, desconstruindo-a e demonstrando a sua representação social, o que, segundo Stolke (2006) leva em conta as diferentes visões sobre os jovens (como demarcam suas posições sociais, seu posicionamento na família) somando-se as dimensões históricas e estruturais. Para Honwana e Boek (2005) as juventudes comungam de um mesmo processo histórico e cultural e uma identidade relativa ao lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de formas distintas, pois variáveis de gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade e expectativas condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem (CASTRO et al., 2009).

Em termos brasileiros, Novaes (1998), nos mostra que para além dos cortes etários, falamos agora de juventudes, olhar mais amplo e que foge da tentativa de universalizar o que é particular e ao mesmo tempo diverso. Ao pensarmos em juventude, educação e lazer - atributos constantemente estudados por diversas perspectivas teóricas - como atributos inerentes à categoria pensamos, segundo Abramo (1997), em um processo de formação de quem ainda não está inserido no mercado de trabalho e conseqüentemente retiramos da análise os jovens da classe trabalhadora que já ingressaram no mercado de trabalho. Para Castro (2005) essa é uma importante contribuição para percebermos a juventude enquanto uma construção social (CASTRO et al., 2009).

Em uma pesquisa sobre a produção bibliográfica do tema Juventude Rural no Castro et al. (2009) apontaram que existe uma tendência à expansão dessa

produção e até o ano de 2007 identificaram 197 obras sobre o tema. Entre os anos de 1960 e 1999 a produção foi considerada pouco expressiva e correspondeu a 19 referencias (corresponde a menos de uma obra por ano), a partir de 2000 foi identificado um crescimento que atingiu a média de 22 trabalhos ao ano, com maior concentração em 2006 (40 trabalhos) correspondente a 20% de toda a produção na área.

Gráfico 5 - Produção acadêmica por ano



Fonte: Castro et al., 2009.

Apesar do aumento dos estudos sobre juventude no Brasil observamos que o foco está na juventude urbana que se encontra nas grandes metrópoles; a categoria “Juventude Rural”, até então foi pouco discutida na historiografia brasileira, mas ganhou vulto nos últimos dez anos, Castro et al. (2009) percebeu esse crescimento nos trabalhos de Abramo e Branco (2005); Abramovay e Castro (2006); Castro e Carneiro (Org.) (2007).

A pesquisa citada anteriormente também elencou as principais construções sociais sobre a categoria jovem rural presente nos trabalhos acadêmicos desde 1985 que seguem no quadro abaixo.

Tabela 1 - Categoria Juventude, Ano e Problemáticas

| Período | Categorias | Problemáticas e temas associados |
|-------------|---|---|
| 1960 – 1995 | Jovens Rurais, Trabalho infanto-juvenil e Educação Rural. | Evasão Escolar, Êxodo Rural, Trabalho Rural. |
| 1995 – 1999 | Jovens do Interior, Jovens Assentados, Jovens Sem-Terra, Juventude e Agricultura Familiar, Aluno Trabalhador Rural, Êxodo Rural, Pluriatividade. | Mudança social, Assentamentos Rurais, MST, Crise dos Padrões Sucessórios, Agricultura Familiar, Relação Campo-Cidade. |
| 2000 – 2007 | Jovens Rurais, Adolescentes do MST, Filhos de Agricultores Familiares, Jovens Agricultores, Jovens Assentados, Juventude Camponesa, Juventude no Meio Rural, Jovens do Interior, Jovens Migrantes, Jovens Rurais Militantes, Geração, Gênero, Sucessão Hereditária, Alunos Assentados, Educação de Jovens e Adultos, Pronera. | Migração, Êxodo Rural, Assentamentos Rurais, MST, Crise dos Padrões Sucessórios, Agricultura Familiar, Relação Campo-Cidade, Geração. |

Fonte: Castro et al., 2009.

Nilson Weisheimer (2005) realizou um levantamento da produção bibliográfica sobre o tema da juventude rural no Brasil e concluiu que as questões da “migração” e da “invisibilidade¹³” são as mais presentes nos estudos. Weisheimer apontou também que as abordagens caminham no sentido de ações (políticas públicas/ações dos movimentos sociais) que “impeçam” a juventude de completar o seu “destino”, a migração do campo para a cidade e evitar o conseqüente fim do meio rural e da agricultura familiar.

Apontamos aqui a nossa percepção com relação aos estudos que corroboram com as abordagens e ações para impedir a migração da Juventude Rural, pensamos serem essas análises reflexo das concepções mais clássicas e desejosas de universalização com relação à Juventude Rural, pois, ao analisarmos a fundo essa

¹³ A questão da invisibilidade reside no fato mencionado anteriormente de que priorizam-se os estudos relacionados à juventude urbana e acaba-se por compreender a juventude rural como uma subcategoria.

categoria e os trabalhos de campo, percebemos que o Jovem Rural pode querer sair do Assentamento por inúmeras razões e não é nossa missão obrigá-lo a ficar ou criar políticas públicas para evitar a evasão do campo. Essas políticas geralmente estão preocupadas com a superpopulação urbana que é causada em boa parte pelo êxodo rural e não, efetivamente preocupadas, com a qualidade de vida das populações rurais. Nosso intuito aqui é repensar a vida e as suas condições materiais nos assentamentos de reforma agrária para os Jovens que querem permanecer morando no campo, mas que não encontram condições sociais objetivas para realizar esse desejo.

Para Maria Nazareth (2007) a categoria Juventude Rural não acompanha há muito tempo o debate acadêmico, não é uma categoria alvo de discussão e nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre questão agrária. Nas palavras de Eliza Guaraná de Castro,

[...] a juventude rural é percebida como uma categoria específica, e não na perspectiva de jovens e rurais. É uma categoria minoritária “dentro” da juventude. Quando retomamos os dados d PNAD¹⁴ essa análise faz algum sentido. Os dados apontam que a população de 15 a 29 anos é de 49 milhões de pessoas e representa 27% da população. Por outro lado, 4,5% seriam jovens rurais. No entanto, ainda que pareça pouco no universo total, estamos falando de 8 milhões de pessoas. Isso sem entrarmos na problematização da própria definição de rural e urbano. Assim, se fossemos pensar a juventude rural como categoria específica e de pouca expressão numérica na sociedade brasileira, mesmo esse eixo deveria ser revisto. É uma população de 8 milhões de jovens! Nesse sentido, a invisibilidade que marca a juventude rural deve ser problematizada. (CASTRO; CARNEIRO 2007, p. 129).

Para Wanderley (2007) a categoria deve ser pensada então em um duplo enquadramento, enquanto jovens e rurais, de um lado essa juventude enfrenta os preconceitos do imaginário urbano acerca do mundo rural, são associados ao atraso, ao arcaico, ao caipira preguiçoso, do outro lado, na relação com os pais enfrentam o preconceito por serem muito urbanos. Essas relações revelam uma condição de subalternidade desses jovens que são percebidos como inferiores, seja nas suas relações na cidade, seja nas suas relações familiares e nas relações com a comunidade formada pelos outros lotes. Como reforço dessa condição ainda é

¹⁴ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil.

marcante o contexto nacional das condições econômicas e sociais para os pequenos agricultores.

De forma paradoxal, observam-se os discursos das famílias dos jovens assentados e dos movimentos sociais rurais que, constantemente, afirmam a importância desses indivíduos para a reprodução da produção familiar, cujo processo de trabalho era, segundo Woortmann e Woortmann (1997), indissociável da construção simbólica das hierarquias familiares entre gêneros e gerações. Entretanto, com a mudança nas estratégias de reprodução das famílias agricultoras frente à crise dos processos sucessórios, os jovens saíram da condição de apenas filhos de agricultores e passaram a ser associados a problemáticas específicas como êxodo rural e migração e serem identificados como parte significativa de movimentos sociais; esses elementos sugerem a consolidação da juventude rural enquanto um ator político (CASTRO et al., 2009).

O êxodo rural e os processos de migração são conhecidos de longa data no território brasileiro e a migração sazonal sempre foi uma prática antiga dos agricultores aliada à reprodução familiar como meio de complemento de renda. Para Castro et al. (2009) a juventude torna-se uma importante entrada para os estudos do meio rural, colocando-a ao mesmo tempo como problema e solução, papel crucial para o futuro da agricultura familiar e camponesa, aqueles que vivem o dilema do trânsito entre o campo e a cidade e sofrem de forma direta as transformações sociais no meio rural (Carneiro, 1998). Ao realizar um balanço acerca da temática da migração da juventude rural no Brasil, Brumer (2007) identificou duas variáveis, os atrativos da cidade e do novo ambiente e os aspectos negativos do lugar de origem. Os aspectos negativos estariam ligados à maneira como ocorre a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção expressados pelas relações de hierarquia e de conflitos geracionais, em muitos casos a saída dos jovens é entendida como expressão de seus questionamentos sobre o mundo rural (Stropasolas, 2006). Compreender como a juventude constrói e ressignifica suas representações sobre o rural e o urbano tem sido a grande tarefa das atuais pesquisas, as quais lidam ao mesmo tempo com a desvalorização do campo - lugar atrasado, desinteressante - e em outros processos com a valorização do campo - local seguro, local da luta pela terra e não mais somente local de trabalho - (CASTRO et al., 2009).

Uma pequena parcela das pesquisas trata da participação política desses jovens, sendo que as únicas referências estão ligadas aos jovens de assentamentos

rurais, em detrimento de outras populações camponesas, como os quilombolas, fundos de pasto e etc. Para Andrade (1998) a especificidade dos assentados consiste no saber social diferenciado e elaborado a partir da vivência política da luta pela terra, isso implica também na formação de jovens militantes nas organizações camponesas. Ser militante destaca-se também como uma forma de acesso a determinados bens culturais (viagens, cursos, palestras, encontros, leitura, filmes etc.), o que promove uma diferenciação entre o jovem militante e os demais jovens assentados e acampados. Mesmo com o engajamento político de grande parte dos jovens no processo de reforma agrária, os pesquisadores identificaram uma baixa inserção nas atividades agrícolas e nas instâncias políticas (coordenações e associações), para Castro (2005) esses jovens mudaram de atuação em relação ao período do acampamento ficando restritos aos afazeres domésticos, antes eram atores participativos e agora pouco se envolvem com os desafios que os lotes proporcionam. Isso demonstra uma distância entre os processos dos movimentos sociais, dos atores governamentais e organizações não governamentais (ONGs) da realidade vivida nos assentamentos (CASTRO et al., 2009).

Até o ano de 1995 tivemos poucas referências à categoria, as únicas presentes estão relacionadas à escola e ao trabalho, as análises consistem na especificidade das experiências educacionais no campo, como o das escolas agrícolas e pedagogia da alternância, nesse cenário aparece a reflexão sobre o êxodo rural e a conseqüente crise do campo, instituindo a juventude rural como uma parcela específica da sociedade que necessita de programas sociais e apontamentos científicos para a mudança dos mesmos. Já no próximo período observamos a expansão da discussão sobre o tema e a visibilidade conquistada através dos movimentos sociais, ela se expressa em termos como “Jovens Sem Terra”, “Jovens Assentados” e “Juventude e Agricultura Familiar”, que se relacionam aos processos de intensificação da luta pela terra e da modernização do campo. Observamos que nos anos subsequentes os temas ampliaram ainda mais, mas, permaneceram ligados aos estudos dos jovens filhos de agricultores e relacionados aos pares de oposição, “rural-urbano”, “campo-cidade” (CASTRO et al., 2009).

Para Castro et al. (2009) faltam pesquisas que compreendam o rural para além dos Jovens residentes nos assentamentos de reforma agrária, deixando de lado também os jovens das populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas, seringueiros e quebradeiras-de-coco que também estão “invisíveis” nessas

pesquisas. Portanto compreender esse universo de pesquisas perpassa pela revisão e identificação de como a categoria está sendo construída, a quais problemáticas está relacionada e, sobretudo, quais são as questões específicas que os jovens vivenciam em distintos espaços rurais. O campo de estudos sobre a juventude rural enfrenta dificuldades para se colocar além do referencial urbano sobre o tema, o que se explica pela forte influência da produção científica e da criação de políticas públicas para o setor da juventude que está localizada nos espaços urbanizados. Ainda para as autoras, é necessário perceber as transformações da noção de juventude e entendermos as práticas e significados do que é ser jovem em distintos contextos e grupos sociais, o que revelaria um panorama abrangente do que é ser Jovem Rural e que, ao mesmo tempo, seria uma investigação significativa para entendermos o papel dos jovens em diversos espaços e instituições (CASTRO et al., 2009).

As autoras demonstram também a clara emergência e expressão da Juventude Rural enquanto ator político presente no cenário nacional seja nos movimentos sindicais, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), nos movimentos sociais que são parte da via campesina, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também na Pastoral da Juventude Rural (PJR) movimento consolidado desde 1983.

Nos movimentos sindicais a juventude possui comissões municipais e estaduais, em nível federal ela se organiza na Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) na CONTAG e na comissão Fetraf-Brasil e suas secretarias de Juventude que compõe a parte executiva na federação. Castro et al. (2009) observaram que existe uma intensa disputa nas esferas de decisão dessas organizações e que o principal objetivo desses coletivos de juventude é o de renovar o movimento sindical através das políticas afirmativas de participação nos espaços de decisão.

Nas organizações dos movimentos camponeses integrantes da via campesina, nem todas possuem coletivos de juventude (somente o MST e MAB), porém a via campesina articula todos esses movimentos através do Coletivo Nacional de Juventude da Via Campesina, que foi criado em 2006 devido à percepção da necessidade dessa articulação durante o I Seminário do Coletivo

Nacional da Juventude da Via Campesina, realizado também em 2006, parte do programa de formação para a juventude da mesma instituição (CASTRO et al., 2009).

A Pastoral da Juventude consiste em um movimento que possui como eixo central a juventude rural em suas diversas instituições (sindicatos, partidos e comunidades) com o intuito de organizar politicamente esses sujeitos, ela é dividida em coordenações estaduais e nacionais. Castro et al. (2009) afirma que ao afiliar-se à Via Campesina Brasil a Pastoral da Juventude ganhou força no cenário dos movimentos sociais, tanto nacionalmente quanto internacionalmente e que também contribuiu para a consolidação do coletivo nacional da Juventude da Via Campesina Brasil.

Essas organizações apresentam demandas sociais e são reveladoras para entendermos as formas pelas quais os jovens se veem no processo de construção da realidade social brasileira. Questões como acesso à terra, educação, uso dos transgênicos, agroecologia, soberania alimentar, modelo agropecuário, agronegócio, crédito especial para a juventude, agricultura camponesa e política camponesa, estão presentes nas agendas de discussão e nos congressos realizados pelos coletivos e juventude e demonstram o grau de profundidade de discussão e de inserção desses coletivos na produção de conhecimento.

Segue abaixo um quadro com as organizações de Juventude nos Movimentos Sociais Rurais, suas instâncias e regiões de atuação:

Tabela 2 - Organização da Juventude nos Movimentos Sociais Rurais

| Organizações de Juventude | Instância da Juventude | Início de Trabalho/ Organização Formal | Região de atuação da Organização de Juventude |
|----------------------------------|--|---|--|
| PJ e PJR | Pastorais dos Estados e Regiões | 1983 | Nacional até Municipal |
| Contag | Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais | 2001 | Nacional até Municipal |

| | | | |
|----------------------|-----------------------------------|------|------------------------|
| Fetraf | Coordenação Nacional de Juventude | 2001 | Nacional até Municipal |
| MMC | Não possui | 2003 | Estadual |
| MPA | Não possui | 2003 | Estadual |
| MAB | Coletivo Nacional | 2003 | Nacional |
| MST | Coletivo Nacional de Juventude | 2006 | Nacional e Estadual |
| Via Campesina Brasil | Coletivo Nacional de Juventude | 2006 | Nacional |

Fonte: Castro et al. (2009)

Tomemos como exemplo a Carta Nacional da Juventude Camponesa apresentada pela PJR como resultante de seu 3º Congresso:

À todas as jovens e todos os jovens camponeses deste imenso Brasil!

À juventude urbana que luta para ter soberania alimentar!

Somos 1700 jovens e assessores, vindos de 21 estados do Brasil, a saber, RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, TO, GO, MS e AC, e do Distrito Federal. Entre os dias 14 a 19 de janeiro de 2014, na cidade de Recife, inspirados no tema “Na caminhada pela Terra Livre Brasil” e no lema “Juventude Camponesa: Terra, Pão e Dignidade” nos reunimos para estudar, lutar e celebrar nossa caminhada.

Dia 14, após a mística de acolhida, nós montamos a organicidade do Congresso e depois participamos da celebração eucarística, junto com a juventude da PJMP, que estão realizando na mesma cidade o seu 4º Congresso.

Dia 15 refletimos sobre a realidade brasileira para entendermos melhor por que está uma luta a vida dos jovens para permanecer na terra (cf. Jó 7,1), por causa do agrohídronegócio. Também refletimos sobre a questão agrária, a TERRA, neste ano dedicado à Agricultura Familiar Camponesa, que garante alimentação saudável, o PÃO, e, assim, gera DIGNIDADE! E finalmente olhamos para as juventudes que estão no campo (nos fundos de pasto, quilombos, aldeias, assentamentos e reassentamentos) e especialmente a juventude que quer continuar nele vivendo e nele trabalhando de uma forma que respeite a natureza. Também aconteceu uma manifestação espontânea dos participantes numa reação contra a Rede Globo por apoio a ditadura militar. E a noite teve música raiz com Pedro Munhoz, com sua “proposta” para a juventude, e Antonio Gringo: Jovem da roça também tem valor!

Dia 16 participamos de mesas temáticas sobre o acesso a terra, a convivência com o semiárido, economia solidária, produção orgânica e agroecológica. E foram oferecidas muitas oficinas que abrangeram a área da cultura, da educação do campo, da produção e da comunicação, entre outras. Aproveitamos a presença do Ministro Gilberto Carvalho, para entregar para o governo federal a nossa pauta de luta. Também nos alimentamos da mística da PJR a partir de suas raízes: cristã, camponesa e luta popular. E finalmente, forró.

Dia 17 retomamos a nossa Pauta de Reivindicação em vista da elaboração das pautas dos estados e aproveitamos para entregar a pauta de reivindicação nacional e a da juventude de Pernambuco para o Governador

do Estado. Fomos em Marcha para a Rua, pois ela nos educa ao protagonismo e a participação democrática, numa denúncia contra o atual Estado e a concluímos no monumento Tortura Nunca Mais, trazendo presente os assassinados pela ditadura militar o padre Antônio Henrique, para nós, mártir da juventude. Também aproveitamos para celebrarmos os 30 anos de Pastoral da Juventude Rural e os 25 anos de sua articulação nacional.

Dia 18 nos debruçamos sobre a nossa Fé, articulada a Vida: a pessoa de Jesus Cristo, o Camponês da Galiléia e as Comunidades Eclesiais de Base, berço onde aprofundamos a Palavra e celebramos a nossa vida. Mas como não existe vida cristã sem compromisso político, forma concreta de viver o amor ao próximo, refletimos sobre a construção do Projeto Popular que leve a TERRA LIVRE BRASIL e, ao mesmo tempo, da luta pela democratização do Estado brasileiro, assumindo nosso o Plebiscito Popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político, forma de darmos concretude aos desafios da Semana Social Brasileira.

Finalmente, na madrugada do dia 19, em romaria dos que gastaram sua Vida pelo Reino, relembramos os mártires e os profetas, entre estes, dom Helder Câmara e Frei Jessé.

No conjunto, animados por nossa fé, em Jesus Cristo, o camponês de Nazaré, repudiamos o agronegócio, que envenena a terra, as águas e os seres vivos, para garantir o máximo lucro, e reafirmamos a agricultura camponesa, nos colocando a serviço da juventude camponesa dispostas a unir sua fé com a vida, como povo de Deus, permanecendo no campo e construindo um novo modo de agricultura agroecológica e cooperada, que respeite a Mãe Terra.

Convocamos toda a juventude camponesa a se organizar, assumindo a resistência e a se afirmar continuadores das lutas camponesas de nosso país, desde a resistência indígena e as revoltas quilombolas, nos somando aos atuais movimento sociais do campo que lutam por Terra, Pão e Dignidade.

Convocamos todas as juventudes, do campo e da cidade, a se levantar e se somar a resistência histórica dos lutadores e lutadoras do povo brasileiro, em vista do Projeto Popular, assumindo a caminhada pela Terra Livre Brasil.

Recife, 19 de janeiro de 2014.
(Comissão da Pastoral da Terra, 2014).

A carta revela raízes tradicionais camponesas fortemente religiosas e ao mesmo tempo um atualizado debate acerca das problemáticas do agronegócio e suas implicações. Demonstra consciência por parte do coletivo da PJR de que as Juventudes são compostas por um cenário objetivo multiterritorial (HAESBAERT, 2004)¹⁵, onde a articulação entre o campo e a cidade é crucial para o fortalecimento e a consolidação dos desejos e expectativas das Juventudes compostas por quilombolas, ribeirinhos, fundos de pastos, indígenas, assentados e jovens urbanos.

¹⁵ Para Haesbaert (2004) a multiterritorialidade é um conceito que tenta abarcar as novas formações decorrentes ao processo de desterritorialização, demonstrando que a desterritorialização é relativa a quem a interpreta e a seus sujeitos. Seria assim a desterritorialização uma espécie de “mito”, incapaz de reconhecer o caráter imanente da multiterritorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Estes processos de multiterritorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam.

A carta enfatiza que devemos também prestar atenção aos jovens que querem permanecer na terra, trabalhando de uma forma ecológica e respeitando a natureza; essa é uma percepção importante, pois no universo de pesquisas discute-se mais as questões relativas ao êxodo rural e a importância da permanência no campo e acaba-se por não desenvolver programas e medidas que melhorem as condições de vida no meio rural.

Esses coletivos de juventude passaram a exercer nesse período grande força política através de suas reivindicações fazendo com que o Estado criasse programas para atender essas demandas. Para Castro et al. (2009), não é possível afirmar se existe um direcionamento claro quanto a uma política de Estado voltada para a juventude rural nas últimas décadas, mas é possível constatar que a juventude rural como público alvo de políticas públicas não tem sido priorizada nos ministérios e seus programas, porém a intensificação de programas a partir de 2003 pode ser um indicativo de mudança de cenário (CASTRO et al., 2009). Os primeiros programas estão datados de 1990, sendo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o que possui maior visibilidade e tem a juventude rural como público alvo. A partir de 2003 percebemos um aumento de programas concentrados na esfera da educação e também de crédito rural. Estão concentrados primeiramente no ministério do desenvolvimento agrário (MDA) e seguidos pelo Ministério Agrário (MA), Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (CASTRO et al., 2009).

Os programas de Residência Agrária e Residência Jovem, como o projeto “Desenvolvimento territorial e educação do campo em Territórios da Cidadania e assentamentos de reforma agrária nas cinco macrorregiões”, financiado pelo CNPQ e pelo MDA, que financiou as pesquisas de nosso curso de mestrado nos anos de 2013 e 2014 e principalmente o projeto Cinema, Juventude e Ruralidades (voltado especificamente para a Juventude Rural), financiado pelo CNPQ, INCRA e MDA, do qual o discente e sua orientadora são idealizadores, são representações atuais desta política e testemunho de ela passou a ser intensificada a partir do ano de 2003. Apesar destes investimentos e um aumento nas discussões e nas políticas públicas para os Jovens Rurais esses programas são considerados como de menor importância nos órgãos de fomento, pois, na maioria das vezes o financiamento de custeio e as bolsas encontram problemas para a liberação e prazo para pagamento, o contato com os responsáveis da chamada é de difícil estabelecimento e

extremamente burocratizado, realidade não condizente com os Jovens e outros assentados, já que possuem reduzido ou difícil acesso aos meios de comunicação, como Internet ou telefonia móvel.

Para exemplificarmos essa questão anexamos na última seção desta dissertação (seção de Anexos) a Tabela III que ilustra as políticas públicas e seus programas para a juventude que fornece elementos para a análise das posições que a sociedade organizada tem dado para a questão da juventude brasileira organizado por Scopinho (2013).

Os programas de políticas públicas mostram que a prioridade é o jovem urbano e que as políticas para os jovens rurais têm como foco a educação e a qualificação profissional, sendo que os únicos programas relativos ao trabalho rural (Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem) são concessões de crédito. Essas concessões são relativamente baixas perto do valor necessário para investimentos na produção e nos insumos e não resolvem o problema da dependência juvenil com relação a renda familiar; entre os assentados é comum existir um endividamento precoce e jocosamente o programa passou a ser apelidado de Nossa Primeira Dívida. As políticas não apresentam suas concepções de juventude e não conseguem contabilizar quem são, quantos são e como vivem seus beneficiários, notadamente medidas de caráter focal e paliativas para os que se encontram em situação de vulnerabilidade social (SCOPINHO, 2013).

Para a autora as políticas públicas e programas sociais voltados para a Juventude não dão conta dos principais problemas expostos pelos assentados, como a ausência de infraestrutura mínima para produção (água e energia), o excesso de burocracia na liberação dos créditos, falta de assistência técnica, ausência de canais de comercialização, falta de escolas, assistência à saúde e lazer, problemas que impedem o desenvolvimento de uma economia fundamentada na cooperação, no trabalho familiar e na agroecologia e acabam por agravar a questão de “como inserir e manter os jovens nessas comunidades” (SCOPINHO, 2013, p. 02).

Nota-se que a autora utiliza o termo inserir e manter os jovens em referência aos seus estudos que focam o movimento contrário ao êxodo rural – compreensão que reforçamos nesta pesquisa -, ela busca compreender a inserção dos jovens em assentamentos rurais nas famílias que migraram da cidade para o campo em busca de melhores condições de vida. A análise ocorreu entre 2011 e 2012 em dois

assentamentos próximos à cidade de Ribeirão Preto, polo econômico, político e administrativo de uma das regiões agrícolas mais importantes do país.

Para além dos coletivos de juventude presentes nos movimentos sociais Scopinho (2013) problematizou a relação da Juventude com o Trabalho Rural, ressaltando a diferença substancial que foi mencionada anteriormente entre ser um jovem assentado e ser um jovem militante. A autora reconhece as especificidades da juventude rural e discorre que para Castro et al. (2009) a migração é causada pela falta de trabalho, renda e escola e que os jovens permaneceriam no campo se melhores condições de vida existissem, identifica também que os indicadores do estudo realizado por Castro et al. (2009) são majoritariamente composto por jovens militantes, o que para Scopinho (2013) expressa opiniões relativas a ideais pautados pela continuidade do movimento de luta pela reforma agrária. Sobre essa relação dos movimentos sociais com a juventude, Scopinho (2013) faz referência ao MST;

Compondo elementos bem ao gosto dos jovens, o MST tem trabalhado com a utopia política de construir um mundo melhor, tem utilizado linguagens diversificadas e estimulado a aprendizagem, para coloca-los em outros espaços e em contato com outras visões de mundo. No âmbito deste movimento social para a incerteza sobre se juventude é idade ou estado de espírito ou uma relação de dependência, porque o patriarcalismo é um valor muito presente nas relações sociais no campo. No ideário do MST, o jovem não é problema, é solução: de continuidade da luta pela terra, pela educação, pela saúde, pelo trabalho decente, pela preservação do patrimônio histórico e ambiental, entre outros direitos humanos fundamentais e, como os dirigentes fazem questão de deixar claro, por 'outra' sociedade. A preocupação com a formação política dos jovens alimenta a ideia de jovem como "força revolucionária", concepção classista e não geracional de jovem. (SCOPINHO, 2013, p. 10).

Sobre a questão do trabalho rural a autora sustenta que as pesquisas que envolvem o tema apontam para um "novo" (aspas da autora) rural marcado pela modernização e tecnificação da base produtiva, trabalho pluriativo (trabalho agropecuário intercalado com atividades não agropecuárias) e prestação de serviços de lazer e turismo (CAMPANHOLA; SILVA, 2004) criando empregos não agrícolas na tentativa de manter os trabalhadores no campo e, supostamente, resolver os problemas urbanos atribuídos ao êxodo rural (SCOPINHO, 2013). Esses empregos favorecem ainda mais precarização do trabalhador rural e deixam de lado questões importantes como a reforma agrária, a democratização do sistema de crédito rural, a melhoria da infraestrutura produtiva nas pequenas propriedades, a reforma dos canais de comercialização, a melhoria da educação e serviços de saúde e proteção

social que contribuiriam para o desenvolvimento rural e diminuiriam as disparidades sociais entre o campo e a cidade (SCOPINHO, 2013).

Em suas pesquisas de campo a autora buscou evidências empíricas para refletir como os jovens estão inseridos no processo de organização e gerenciamento dos assentamentos rurais, articulando na análise a forma pela qual os indivíduos organizam o trabalho familiar com a participação dos jovens e como se dá a construção das suas representações sociais (SCOPINHO, 2013).

A autora pôde perceber que, no entendimento dos entrevistados, o que define a juventude é a ausência ou presença de responsabilidades; se um jovem começasse a trabalhar aos 18 anos, ele já passaria para a condição de adulto. Ao longo da pesquisa observou que as expectativas e representações de vida não eram condizentes com a realidade vivida; de um modo geral os jovens permaneciam desempregados, mas estavam certos da centralidade do trabalho e de sua ligação com a liberdade. No campo o trabalho simbolizava a não dependência de um patrão e na cidade o trabalho simbolizava a independência financeira e porta de entrada para o mundo do consumo (SCOPINHO, 2013).

A maioria dos jovens que trabalhavam estavam inseridos nas atividades dos lotes e faziam questão de ressaltar que não trabalhavam na roça, mas sim ajudando com os afazeres de dentro de casa; essa percepção reflete o preconceito que os próprios jovens possuem em relação ao trabalho rural encarado como pesado, sujo e não qualificado. No geral, a descrença em um futuro profissional no assentamento pairava sobre os jovens, com exceção de quatro entrevistados que eram militantes e que frequentavam os cursos de formação oferecidos pelo MST, fator que dá sustentação para a diferenciação entres os jovens rurais que militam e não militam.

Devido à ligação do trabalho com a questão da liberdade, os jovens acabavam por abandonar os estudos sem restrição do tipo de trabalho que iriam exercer, desde que rompessem a lógica do desemprego e se inserissem no mercado de trabalho. O emprego na cidade era visto como mais seguro, pois estava pautado pelas leis trabalhistas e possibilitava mais acesso aos bens de consumo e lazer presentes nas cidades; o emprego na cidade também era visto como estratégia de acumulação de capital para se investir na produção ou como renda para subsistência no lote que era utilizado como local de moradia seguro, longe dos perigos das cidades. Essa condição cria, como define Scopinho (2013), assentamentos-dormitórios, onde esses jovens vindos das periferias urbanas

marginalizadas e controladas pelo crime, encontram um local seguro para morar; mesmo com as graves deficiências de infraestrutura e de serviços, morar nesses assentamentos foi o que de melhor a reforma agrária trouxe para eles, a autora afirma que “ao contrário do que dizem as cartilhas dos movimentos sociais e os documentos governamentais, cidade e campo não são mundo dicotômicos e os jovens têm sido capazes de explorar cada um deles do modo conveniente” (SCOPINHO, 2013, p. 14). A juventude rural figura no movimento campo-cidade para além do tradicional êxodo rural, esses jovens seriam como “andorinhas” que, nas palavras da autora, “é aquele que vai e vem no percurso assentamento-cidade-assentamento em busca de trabalho e moradia, onde houver um jeito melhor para sobreviver” (SCOPINHO, 2013, p. 18).

As políticas públicas criadas para solucionar os problemas e apoiar o trabalho rural, como o Programa Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem e Projovem Campo, não eram conhecidas pelos jovens e somente poderiam ser solicitadas pelas famílias que possuíssem um projeto em andamento (SCOPINHO, 2013), demonstrando que a lógica patriarcal é a força condicionante nos arranjos dos lotes, o trabalho desses jovens era visto pelas famílias como uma ajuda nas atividades do lote e como complemento de renda quando era executado na cidade.

As quatro jovens lideranças do MST que foram entrevistadas nos assentamentos eram contrárias à luta por políticas públicas que suprissem as necessidades econômicas e sociais, por entenderem que elas não correspondem à realidade dos assentamentos e pelas dívidas que elas geram, apontavam como saída a criação de créditos paralelos e mercados alternativos, o que na opinião de Scopinho (2013) requer uma alta capacidade organizativa e mobilizadora das bases sociais dos assentamentos já existentes, capacidade não presente no MST.

Para a autora, a participação na economia do assentamento não prepara os jovens para enfrentar os problemas típicos da pequena produção, fazendo com que os jovens mantenham e reproduzam a condição de vida de seus pais ou partam para as cidades em busca de outras oportunidades. Na visão dos entrevistados os estudos seriam a solução para a problemática da juventude rural, porém as condições objetivas fazem com que esses jovens prefiram o trabalho à escola, eles enfrentam grandes distancias para se locomover até as escolas nas cidades e enfrentam os preconceitos reproduzidos por essa instituição ao serem taxados de “gente suja”, “baderneira” e “pé vermelho”. As famílias apontam o desejo de possuir

algum controle sobre o funcionamento das escolas, o que poderia ser solucionado com a inserção de das mesmas dentro do assentamento. Mesmo com essas condições a escola significava um espaço de lazer e sociabilidade inexistente no assentamento com a possibilidade de conhecer outras pessoas e executar atividades que rompessem com a rotina como, jogar vôlei, futebol, assistir a vídeos, atividades que também poderiam ser realizadas no assentamento, mas que eram consideradas menos valorizadas se realizadas ali, os jovens demonstraram também um maior interesse em ter no assentamento o mesmo que na cidade, sorveterias, bares e lojas, o que para Scopinho (2013) demonstra uma noção de lazer centrada no consumo.

A homogeneização da condição juvenil por parte dos movimentos sociais e dos programas governamentais refletem os discursos tipicamente institucionais que inspiram a elaboração de programas para jovens abstratos, diferentes dos jovens entrevistados pela pesquisadora. Para a autora somente será possível pensar e construir as reais possibilidades de inserção profissional e social desses jovens quando eles forem protagonistas de projetos produtivos reais em seus assentamentos (SCOPINHO, 2013).

A partir desta revisão bibliográfica, baseada principalmente no texto de Castro et al. (2009) e pela discussão levantada por Scopinho (2013), observamos que no universo de pesquisas sobre a Juventude Rural encontramos no debate contemporâneo importantes perspectivas de investigação, algumas relativas à constituição e a consolidação de uma juventude rural militante e organizada, estudada através da participação e engajamento nos movimentos sociais e outras discussões que buscam consolidar o conceito de juventude rural também como uma juventude presente nos assentamentos e que, não necessariamente, é engajada nos movimentos sociais. Ressaltamos que as pesquisas científicas e os investimentos através de políticas públicas são necessários para toda a juventude rural pois ambas são importantes para a constituição e para o desenvolvimento do território camponês com mais igualdade e democracia.

4.2 Assentamento Reunidas, Pesquisa e a Juventude

Como demonstrado na introdução deste trabalho, por um longo período convivi com as temáticas relativas a esta dissertação, desde a construção do objeto

de pesquisa (a juventude rural e seus desafios e perspectivas) até as discussões desenvolvidas no curso de mestrado (discussões sobre questão agrária, juventude, educação e movimentos sociais) discussões essas que construí a partir de diversos pontos de vista e contribuições, através da literatura estudada, através das falas dos professores e de minha orientadora, através de meus colegas de trabalho, através dos meios de comunicação e, principalmente, através dos Assentados com os quais convivi durante as experiências de trabalho de campo, contribuições essenciais e balizadoras para os pontos de vista apresentados neste trabalho. Este é o esforço primordial deste trabalho, dar visibilidade, voz e possibilidade de reflexão aos sujeitos aqui estudados. Nossa pesquisa, como ressaltado anteriormente, possui caráter coletivo, participativo e colaborativo, nesse sentido é importante ressaltarmos que a trajetória deste trabalho e do pesquisador não foram construídos e inaugurados somente a partir de seu movimento e de suas ações, a inserção nas atividades de campo a partir das atividades e das pesquisas do CPEA, permitiu a construção de relações de confiança e afeto que são tão caras para entendermos e penetrarmos verdadeiramente em nossa realidade de trabalho de campo. O CPEA está presente no Assentamento Reunidas desde os processos de ocupação e demarcação do assentamento.

As relações de confiança entre o pesquisador e os sujeitos que são pesquisados levam tempo para serem construídas, relações as quais - em uma dissertação de mestrado - buscamos aprofundar o suficiente para revelarmos verdadeiramente as dinâmicas as quais estamos observando e não nos atermos ao superficial ou ao que parece ser convincente para a pesquisa. Como apontado pela Profa. Dra. Nashieli Rangel Loera na situação do exame de qualificação deste trabalho, existem no campo (campo enquanto local de pesquisa) “especialistas em pesquisadores” e determinadas armadilhas as quais devemos atentamente superar para construir uma metodologia fiel e verdadeira aos fatos e dinâmicas que estamos analisando. Nesse sentido, a abertura realizada pelo grupo de pesquisa, permitiu a aproximação aos Jovens estudados já de uma forma mais confiante e colaborativa por ambas as partes. Mesmo com essa inserção, foi marcante a questão da convivência e de como - com o passar do tempo - as relações que construímos no campo nos propiciaram aprofundar a nossa percepção analítica contrastando-a com a realidade observada.

Outra importante informação metodológica é a de que, a princípio, nossa reflexão e nossos objetivos nesta pesquisa eram os de perpassar pelos relatos dos jovens que moram no Assentamento e pelos relatos dos jovens que saíram do Assentamento Reunidas; após os primeiros encontros com alguns jovens e com algumas famílias, percebemos ser particular ao Assentamento Reunidas o fato de que poucos jovens saíram definitivamente do Assentamento para morar na cidade. O que possuíamos ali eram outras estratégias e novas formas de permanência, jovens que trabalhavam ou estudavam na cidade, mas que continuavam morando nos lotes ou que, em determinado momento, acabavam voltando a morar no assentamento. Essa questão revela-nos uma particularidade que vai em contrassenso à maioria das pesquisas que envolve a Juventude Rural – principalmente as que discutem a questão do êxodo rural - os jovens também estão ficando e criando novas estratégias para a sua permanência¹⁶, essa particularidade é demonstrativa da necessidade de novos limites teóricos e novas discussões para pensarmos esta categoria.

Durante os anos de 2014 e 2015 foram realizadas visitas mensais ao Assentamento Reunidas, algumas de maior duração (uma semana) e outras de menor duração (final de semana – sexta, sábado e domingo), nesta aproximação buscamos conversar com os Jovens sobre os temas que foram encontrados na literatura acerca da Juventude Rural e através dos relatos de suas experiências reinseri-los na história que eles mesmo construíram, constroem e estão inseridos. Nesse sentido, consideramos homens e mulheres enquanto sujeitos de um mesmo processo histórico, parte de uma mesma estrutura que envolve diversos indivíduos; por outro lado, também os consideramos agentes, pois, dentro dessas estruturas cada indivíduo age de acordo com a sua subjetividade.

Ao todo entrevistamos oito Jovens do Assentamento Reunidas advindos de diversas agrovilas, optamos por colocar nomes fictícios nos entrevistados, pois, na maioria das vezes os jovens nos pediram para não serem identificados por questões familiares e de relacionamento com a comunidade. Apesar de não discutirmos

¹⁶ Ao fazermos essa afirmação levamos em conta a condição de que o Jovem do Assentamento Reunidas é diferente dos Jovens que moram em outros assentamentos e em outras regiões do país. Devido ao fato de o Assentamento estar localizado no Estado de São Paulo e próximo de grandes cidades, existe a possibilidade de intercâmbios e estratégias específicas criadas para a permanência desse jovem que não são possíveis em outros Estados. O Significado que o Assentamento possui para esse jovem é, portanto, também diferenciado e é condicionado pelo território no qual assentamento está localizado.

questões específicas do recorte de gênero neste trabalho, nos preocupamos em equalizar as entrevistas entre homens e mulheres; questões específicas sobre ser mulher no campo e ser homem no campo apareceram nas entrevistas, elas possibilitam uma abertura para estudos futuros sobre gênero e Juventude Rural.

Nosso procedimento para a escolha dos Jovens se deu como apresentado no início deste capítulo, a partir da abertura do campo pelo grupo de pesquisa e com o contato com o casal que sempre nos recebeu no assentamento. Esse casal está no assentamento desde o processo de acampamento e conhece a maioria das famílias, seus filhos e as estruturas e estratégias que se formaram com o passar do tempo no assentamento. Conversamos bastante sobre a pesquisa e apresentamos quais eram as informações que buscávamos e assim, começamos a traçar um plano de entrevistas e com quais famílias iríamos buscar uma aproximação. Saliento aqui que sem a participação dos nossos informantes essa pesquisa não seria possível e que suas formas de perceber o assentamento também estão bem presentes em nossa pesquisa. Essa relação e a forma de perceber o assentamento só mudou com o início do projeto “Cinema, Juventude e Ruralidades” através do qual passamos a ter um contato muito mais direto e emocional com os Jovens do assentamento.

A ideia para o desenvolvimento do projeto “Cinema, Juventude e Ruralidades” e um maior envolvimento com a Juventude do Assentamento Reunidas surgiu através da discussão desta pesquisa juntamente às ações de residência agrária propostas pelo projeto “Desenvolvimento territorial e educação do campo em Territórios da Cidadania e assentamentos de reforma agrária nas cinco macrorregiões” desenvolvido pelos alunos de nosso curso de mestrado. Uma questão que sempre foi colocada pelos assentados para os pesquisadores do CPEA era a retribuição que os pesquisadores poderiam dar a comunidade, eles sempre gentilmente cediam entrevistas, nos contavam sobre sua realidade, nos mostravam suas casas famílias e etc, e nós? Como poderíamos retribuir? Foi nesse sentido que o CPEA planejou como ações de residência agrária sessões de filmes para a Juventude do Assentamento Reunidas com o intuito de mobilizar esses jovens e também poder trabalhar conhecimentos críticos a partir de películas cinematográficas.

Após a realização destas sessões mantivemos a promessa de organizar um curso que mobilizasse questões cinematográficas, mas que ao mesmo tempo pudesse profissionalizar e trabalhar conhecimentos técnicos para a operação de

câmeras fotográficas e filmadoras, com o intuito de fazer cinema e fotografia. Foi neste meio tempo que surgiu a chamada de Fortalecimento da Juventude Rural para projetos de Residência Jovem e o CPEA se inscreveu e foi aprovado com o projeto de Residência Jovem “Cinema, Juventude e Ruralidades” uma parceria entre UNESP/ INCRA/ MDA/ CNPq/ PRONERA/Laboratório Terra Mãe – Unicamp, projeto que promove atividades culturais e de capacitação profissional voltadas para o audiovisual com os Jovens assentados do Assentamento Reunidas em Promissão/SP. Atualmente sou bolsista de extensão CNPq e integro a coordenação pedagógica do projetos. Através de oficinas e cursos temáticos para o desenvolvimento e produção de filmes, curtas metragens e fotografia, o CPEA também trabalha através dessas atividades a história e a memória do assentamento, de seus familiares e da luta pela terra.

A turma de alunos envolvidos no projeto é de 20 alunos e todos enquadram-se na categoria “formal” de Jovens Rurais, quesito obrigatório e exigido pelo Pronera/CNPq para a essa chamada. Os encontros da turma se dão de forma mensal desde o início de 2015 e acontecerão até o final do ano de 2016 com provável extensão para o primeiro semestre de 2017. Durante o curso eles elaboraram materiais escritos e audiovisuais sobre a memória de suas famílias, sobre suas estratégias de vida e projetos futuros¹⁷. Todos esses materiais e toda essa vivência teve grande influência nesta pesquisa pois o vínculo entre ser professor e participar destas atividades é muito significativo para entender a juventude rural, naturalmente o vínculo de amizade e confiança estabelecido por essa vivência nos permitiu novos “trânsitos” dentro do Assentamento e também novas leituras da realidade.

Este estudo do Assentamento Reunidas configura-se enquanto um estudo de caso¹⁸ pois trata de uma realidade específica e que, por ser específica, pode servir

¹⁷ Temos como meta para o curso ações de mobilização da comunidade realizadas pelos jovens, ações que estejam sempre pautadas na produção de audiovisuais e que permitam a circulação e a divulgação de informações e o registo de memórias do assentamento. Vislumbramos como produção final do curso um livro de fotografias e a produção curtas metragens que tratem sobre o cotidiano dos Assentamentos de reforma agrária e que problematizem as condições de vida da Juventude nesses assentamentos. Para conhecer mais sobre o projeto e nossas discussões é possível acessar o endereço a seguir: <<https://cinemajuventude.wordpress.com/>>.

¹⁸ O estudo de caso é caracterizado pela investigação de uma entidade definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social, que visa entender em profundidade como e por que uma formação possui aspectos de unicidade, essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode ocorrer em consonância a uma perspectiva

enquanto referência ou modelo para o estudo de jovens rurais em outras comunidades camponesas dependendo do contexto e das particularidades de outras comunidades rurais, como já demonstrado anteriormente, nosso interesse está em perceber as particularidades e fenômenos específicos do Assentamento e da Juventude Rural que estão conseqüentemente ligados à realidade social brasileira, mas que também estão condicionados ao território onde moram esses jovens, às suas relações familiares, subjetivas e outros fatores culturais e estruturais.

Portanto, o movimento que buscamos entre a Teoria estudada e a Prática vivenciada foi o de analisar os pontos comuns que permeiam a Juventude Rural segundo a compreensão acadêmica (como a academia os categorizou e interpretou essas estruturas) levando em conta e ao mesmo tempo validando essas categorizações através das experiências desses sujeitos que estão inseridos no emaranhado das relações da realidade social e que foram produzidas na vida e nas relações materiais desses sujeitos (ARBAROTTI, 2014).

Para o registro dessas experiências utilizamos a coleta de depoimentos e utilizamos o gravador, um importante instrumento que possibilita conservar a linguagem com maior precisão. Muitas vezes o gravador pode parecer um elemento estranho e intimidador para o entrevistado, reação que presenciamos nesta pesquisa, portanto não desprezamos também o uso do caderno de campo no qual, após o dia de trabalho de entrevistas, preenchemos com informações importantes e esquemas de como se realizou o nosso dia a dia de pesquisa de campo. Quando retornamos ao trabalho na dissertação, a próxima etapa consistiu na sistematização e na transcrição dos depoimentos, ato de mediação entre o pesquisador e os entrevistados que possui forte influência da subjetividade do pesquisador, pois, no ato de transcrever, operam os recortes do pesquisador e a seleção do que é

interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002). Para Alves-Mazzotti (2006) os estudos pautados em estudo de caso analisam somente uma unidade, como um indivíduo (o autor cita os casos clínicos descritos por Freud), ou um pequeno grupo (o autor cita o estudo de Paul Willis sobre um grupo de rapazes da classe trabalhadora inglesa), uma instituição (o autor cita o exemplo de uma escola ou um hospital), um programa (como por exemplo programas governamentais), ou um evento (como por exemplo eleição de um presidente). Para a autora, podemos realizar também estudos de casos múltiplos, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente incluindo vários indivíduos ou instituições que estão dentro de um mesmo processo. Para nós, este é o caso da Juventude Rural do Assentamento Reunidas uma unidade social que pode ser investigada e apresentada a partir de uma concepção teórica, concepção que neste trabalho foi apresentada no primeiro item deste capítulo.

interessante para a pesquisa (QUEIROZ, 1991). Isso significa que decompor um texto é fragmentá-lo em seus principais elementos elencando componentes que são compatíveis com a síntese buscada.

Para Queiroz (1991) as entrevistas possuem a intenção de exprimir o coletivo em uma determinada formação, ele se exprime através de uma narrativa que é influenciada por infinitos fatores exteriores e que foram compostos pela interação com o ambiente e com os coletivos que dialogaram com esse sujeito. Esses depoimentos não devem ser tomados como a única fonte e reveladora de verdades, como salientado anteriormente, eles não são produto final de nossa pesquisa, são parte de nossa análise e elemento para o cruzamento de fontes e dados. Nesse sentido pensamos como Arbarotti (2014), não devemos preservar nenhum essencialismo com relação à metodologia e sim buscar cada vez mais diversas fontes que possam compor uma pesquisa interdisciplinar, possibilitando uma densa descrição e uma análise substancial da realidade estudada. Como ressaltado anteriormente, utilizamos em nossa pesquisa fontes documentais localizadas em bases de dados, sites e documentos de movimentos sociais para compor as discussões, essa composição é importante pois os relatos orais sozinhos não conseguem possuir valor de uma teoria e um conceito, mas em conjunto são aportes para percebermos os processos sociais e as transformações econômicas presentes nos contextos estudados.

Ao pensarmos na forma pela qual a soma dos relatos de determinado grupo é representada, concordamos com Minayo (1993) ao admitirmos que o trabalho científico é composto pela cooperação de numerosos esforços individuais e que a submissão do produto do conhecimento à interconexão entre as diversas discussões aponta que a pluralidade de perspectivas permite lançar diferentes focos acerca do objeto estudado e que, não necessariamente simboliza a verdade sob determinada realidade o resultado dos pontos de vista somados. Para a autora, a comparação é um dos possíveis recursos a serem utilizados para tornar mais universal o saber sobre determinado grupo cultural e a triangulação pode se constituir em uma prova eficiente de validação. O método da triangulação possui como maior defensor Denzin (1970) que pensava a estratégia de combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista na soma do trabalho conjunto de vários pesquisadores, de múltiplos entrevistados, informantes e múltiplas técnicas de coleta de dados. Porém, para Minayo (1993), a questão da validade aparece como uma busca da essência do

fenômeno pesquisado, busca por generalizações e pressupõe realidades e concepções únicas, a autora considera, portanto, a triangulação enquanto uma estratégia para enriquecer a pesquisa e não a validar, uma vez que ela compreende - e nós nesta pesquisa também compreendemos - ser a realidade “caleidoscópica”, aceitamos, portanto, métodos variados para a interpretação de nossa realidade.

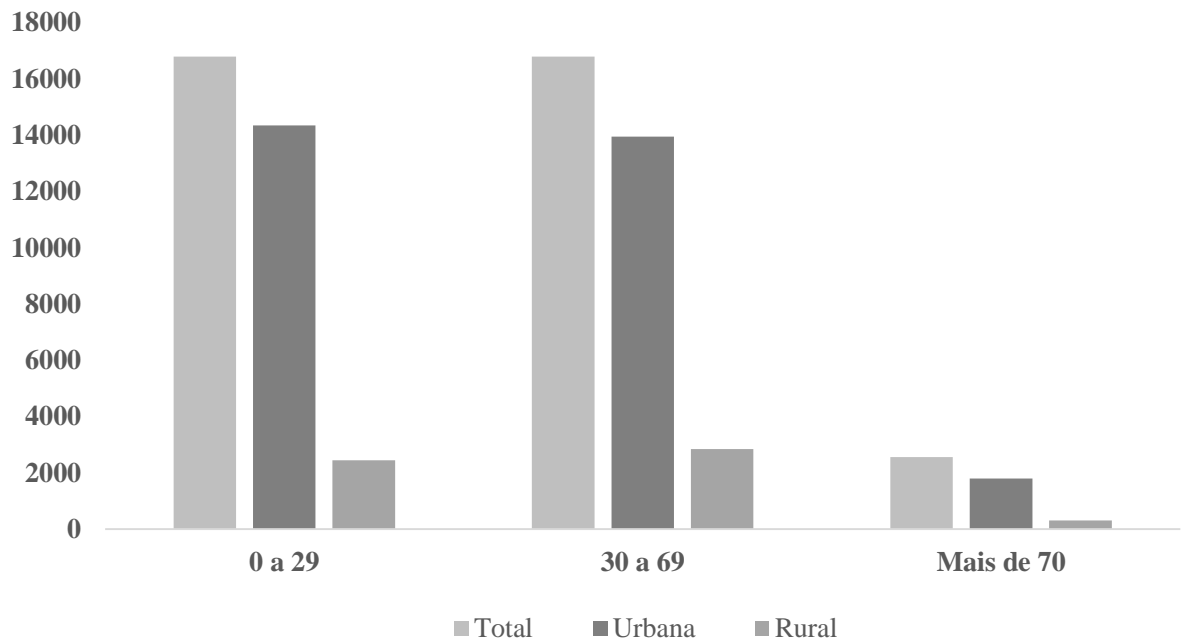
Recolocando nossa afirmação de que este trabalho pode servir de referência para o estudo de jovens rurais em outras comunidades camponesas de acordo com os contextos e particularidades dessas comunidades e que o nosso interesse está em perceber os fenômenos específicos do assentamento reunidas - de forma mais aprofundada entendemos que – a nossa pesquisa qualitativa não tem, assim, a pretensão de ser representativa no que diz respeito ao aspecto distributivo dos fenômenos acerca da Juventude Rural e se alguma possibilidade de categorização e generalização advier desta pesquisa e da análise realizada, ela somente poderá ser vista e compreendida dentro das linhas de demarcação do vasto território das possibilidades das realidades estudadas.

Estes são os parâmetros que buscamos equalizar nesta pesquisa, revelando e adensando através das entrevistas, a memória e a voz dos Jovens rurais que habitam o Assentamento Reunidas, percebendo quais foram as estratégias construídas para a sua permanência, suas relações familiares, suas relações com o trabalho no lote e com os movimentos sociais.

4.3 Relatos Orais: Os Jovens do Assentamento Reunidas

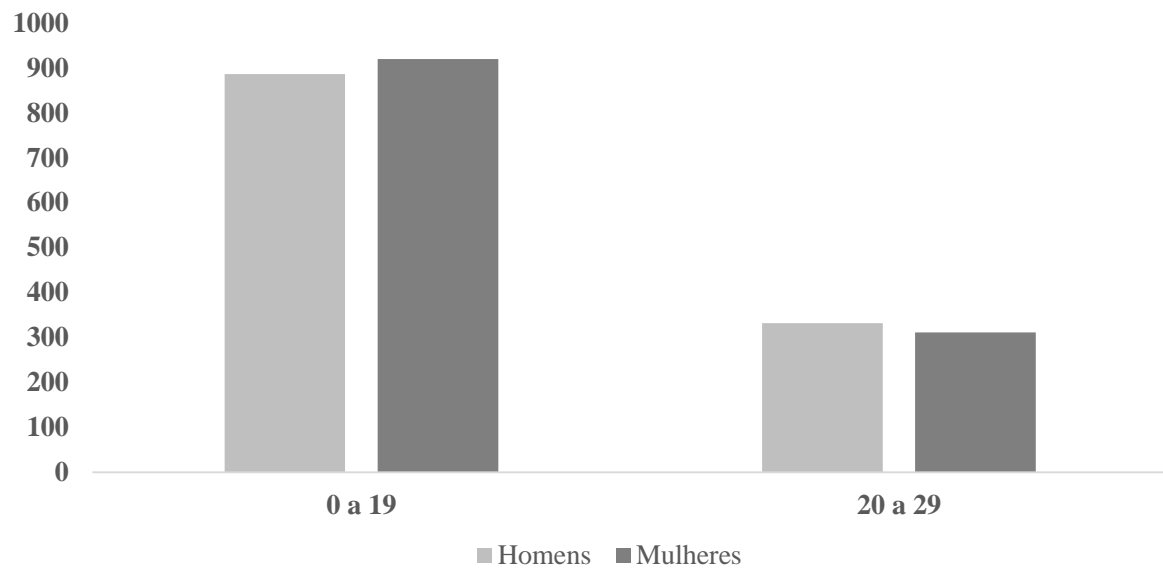
Como proposto no início deste capítulo apresentaremos aqui uma reflexão acerca dos Jovens Rurais assentados no Assentamento Reunidas em Promissão/ SP. Segundo dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, no ano de 2010 a população total da cidade era de 37.570 habitantes dos quais 5.604 habitavam na área rural do município, em torno de 15% de toda a população, como representado no gráfico abaixo:

Gráfico 6 - População Urbana e População Rural residentes na cidade de Promissão/SP segundo idade (Anos)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ 2010

Desta população de 37.570 habitantes, temos, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE e segundo os recortes etários estabelecidos pela ONU e OMS, dos 5.604 habitantes da zona rural, o número de 2.449 Jovens Rurais em Promissão, número correspondente a aproximadamente 6,2% de toda a população do município (dos quais 1.218 jovens são homens e 1.231 são mulheres), como representado no gráfico VII. Estes Jovens residem em diferentes Assentamentos e também em pequenas propriedades rurais, além do Assentamento Reunidas temos também em Promissão o Assentamento Dandara com duzentas e três famílias.

Gráfico 7 - População Jovem residente na Área Rural de Promissão/SP segundo idade (Anos)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / 2010

Para a composição destes dados buscamos informações em outros órgãos que gerenciam questões econômicas e sociais nos Assentamentos de Reforma Agrária na região de Promissão, como a Fundação do Instituto de Terras (ITESP) e o Instituto Biosistêmico (IBS), porém, nos deparamos com um cenário extenso de fichas comparativas de diversos anos, correlacionando a produção e os arranjos familiares, o que dificulta a manipulação e a obtenção de dados precisos quanto ao número de Jovens que residem no assentamento. Para mapearmos o número de Jovens no Assentamento Reunidas teríamos que primeiro avaliar os arranjos familiares que foram modificados entre os anos de 2007 e 2012, por exemplo, contabilizando os jovens que saíram, os jovens que vieram para o assentamento (que vieram de fora e passaram a compor a família – agregado, primos e etc.), os jovens que ficaram e as estratégias criadas pelos jovens para sua permanência, como por exemplo “os jovens andorinhas”, conceito que pauta um arranjo familiar para a permanência do jovem e que trataremos em seguida neste subtítulo.

Considerando que temos no Assentamento Reunidas 637 famílias divididas em 10 agrovilas, esta análise deveria avaliar pelo menos os últimos oito anos da composição familiar para obtermos essas informações, teríamos então dados na casa de 2.548 composições para obtermos precisamente esses números.

Consideramos esta tarefa um grande e importante recurso quantitativo¹⁹ para os estudos de Assentamentos na região de Promissão, mas partindo do que nos propusemos para esta pesquisa, nos atemos – como salientado no II capítulo deste trabalho – a um recorte de estudo de caso qualitativo. Este estudo nos permite perceber as estratégias criadas pelos jovens para a sua permanência e também para traçarmos e debatermos novas formas de fazer trabalho de campo em assentamentos rurais.

Ao todo entrevistamos oito Jovens do Assentamento Reunidas advindos de diversas agrovilas, optamos por colocar nomes fictícios nos entrevistados, pois, na maioria das vezes os jovens nos pediram para não serem identificados por questões familiares e de relacionamento com a comunidade. Como já explicitado anteriormente, nos anos de 2014 e 2015 foram realizadas visitas mensais ao Assentamento Reunidas, algumas de maior duração (uma semana) e outras de menor duração (final de semana – sexta, sábado e domingo), nesta aproximação buscamos conversar com os Jovens sobre os temas que foram encontrados na literatura acerca da Juventude Rural e através dos relatos de suas experiências reinseri-los na história que eles mesmo construíram, constroem e estão inseridos. Segue abaixo um quadro com o perfil dos jovens entrevistados com o intuito de auxiliar na interpretação das informações que virão a seguir:

Tabela 3 – Perfil dos Jovens Entrevistados

| Nome | Idade | Sexo | Agrovila | Ocupação |
|-----------------|--------------|-------------|-----------------|--|
| Ricardo | 22 | Masculino | Campinas | Estudante Universitário / Administra Cooperativa / Extensionista |
| Renata | 29 | Feminino | 44 | Professora |
| Graziela | 18 | Feminino | Campinas | Estudante 3º Grau |
| Lucio | 24 | Masculino | Campinas | Ajuda no Lote da Família/ Extensionista / Pintor |
| Leonel | 19 | Masculino | Campinas | Curso Técnico em Edificações / Trabalha no Lote da Família |

¹⁹ O Mapeamento quantitativo do Assentamento Reunidas com relação a sua composição familiar será abordado na pesquisa “Territorialidades em Tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010” de autoria da Orientadora desta dissertação, do discente e de outros pesquisadores, bem como seguirá para a discussão da tese de doutorado do mesmo discente.

| | | | | |
|----------------|----|-----------|----------|---|
| Paula | 25 | Feminino | 44 | Ajuda no Lote / Cuida da Casa |
| Miguel | 27 | Masculino | Central | Militante/Acampado/Ajuda no Lote dos Tios |
| Tamires | 18 | Feminino | Campinas | Estudante 3° Grau |

Em uma primeira aproximação com os jovens no assentamento percebemos que a porta de entrada para o assentamento e a construção de seus projetos de vida se deu de forma diferenciada entre os jovens. Os processos pelos quais os jovens foram envolvidos em sua infância com suas famílias e no ambiente escolar foram determinantes para a elaboração de estratégias de vida presentes e para o planejamento da vida futura. Esses processos não ocorreram somente pela forma na qual os pais e os filhos participaram (ou nasceram durante o período de ocupação/assentamento) da luta pela terra e hoje moram e dividem o trabalho no mesmo lote, nem figura, necessariamente, enquanto projeto futuro a transmissão desses lotes como herança para os seus filhos, futuros agricultores.

A discussão acerca da sucessão geracional, ou seja, a reposição dos trabalhadores rurais em seus lotes de produção somente pode ocorrer nos assentamentos de reforma agrária se for executada pelos trâmites legais da herança, nesse sentido, um dos principais pontos para a construção de nossa investigação foi perceber como o jovem se posiciona com relação ao fato de ser responsável pelo futuro das conquistas empreendidas por seus pais. Entendemos que para que esta reposição se efetive, determinadas ações realizadas pelos familiares, são importantes fatores para que ela ocorra. Neste caso fazemos alusão à reprodução social de Bourdieu (1974) citada na introdução de nossa pesquisa, são essas ações que transmitem ideias e promovem a reprodução da estrutura social existente num dado momento. Tomemos o relato de nosso 1° entrevistado Ricardo acerca de sua relação familiar no qual ele menciona o posicionamento de sua família com relação ao trabalho no lote:

A gente fazia o mínimo necessário na roça. O nosso pai sempre pautou os estudos, então ele queria que nós fizéssemos o mínimo de trabalho, agora, graças a Deus todos os filhos, que são 4, terminaram e estão terminando o ensino médio e estão na faculdade. Minha irmã se formou em psicologia, outro está fazendo enfermagem e eu faço engenharia civil. A juventude de hoje do assentamento, pegou uma época onde as oportunidades apareceram, hoje só não faz faculdade quem não quer, porque antigamente os jovens não tinham nem condições de frequentar uma escola, tanto é que muitos são ainda analfabetos ou que não terminaram o ensino médio que não tinham oportunidades para eles. É complicado, eu to pensando nisso agora que você ta falando, porque eu nunca parei pra pensar, mas se não

der certo isso agora, de comercialização, desses programas do governo, acho que muitos jovens vão sair daqui, inclusive nós, porque eu e meus irmãos, se não tiver saída pra cá, a gente vai ter que ir embora, e aí eu não sei como que vai ficar minha família. (RICARDO, 2015).

Para o Jovem fica claro o posicionamento de seu pai que produz na terra, em um lote de reforma agrária, com o intuito de proporcionar aos seus filhos condições materiais para o estudo fora do assentamento e voltado para a construção de um projeto de vida que, apesar de ter nascido em um assentamento, encontra como aporte final as estruturas urbanas de trabalho. Nesse sentido nos aproximamos do raciocínio de Castro et al. (2009) e de Woortmann e Woortmann (1997) que aqui está posto um paradoxo, pois como na pesquisa dos autores, os discursos das famílias dos Jovens eram os de afirmar a importância desses indivíduos para a reprodução da produção familiar, o que, com a mudança na estratégia de reprodução das famílias frente à crise dos processos sucessórios, fez com que os Jovens Rurais passassem a ser identificados a problemáticas específicas e que os colocavam para além da condição de filhos de agricultores. O entrevistado, mesmo com a saída e o retorno para o assentamento, trabalha na associação e administra a gestão das políticas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste caso, trabalhar no assentamento ajudando a administrar os canais de comercialização (forma não clássica de trabalho no campo, ou seja, não é o trabalho na terra) mostrou-se enquanto alternativa para permanecer no assentamento, ajudar a comunidade e como fonte de renda, pois o trabalho dele na associação é remunerado. Nesse caso, a reprodução social conseguiu se efetivar em certa medida – o jovem ainda mora no assentamento e colabora para a sua dinâmica social -, porém o trabalho no lote de seu pai não está garantido.

Esse processo paradoxal gera desgaste no interior das famílias assentadas e em resposta a esses desgastes surgem, conseqüentemente, projetos e estratégias alternativas para manter a família unida, seja para os estudos do Jovem, seja mesclando o trabalho na cidade e a morada no assentamento, seja na migração definitiva para as áreas urbanas. Nosso 1º entrevistado nos conta sobre um momento de sua vida no qual fica evidente as estratégias que foram criadas:

Eu estava na associação na época e eu ajudava muito aqui com o pessoal da associação no assentamento, inclusive quando eu fui embora, meu pai ficou muito chateado, porque ele não queria e eu saísse daqui, mas como era estágio na minha área, eu nem pensei duas vezes. Fui pra cidade, fazer

estágio na minha área, aí dois anos depois voltei pra cá. Eles não ficaram muito satisfeitos não, não gostaram, não exatamente não gostaram, porque eu tava trabalhando na minha área, tendo mais conhecimento, mas eles preferiam que eu ficasse aqui do que fosse pra cidade. (RICARDO, 2015).

Observamos que mesmo a família tendo investido conscientemente em uma formação voltada para conhecimentos não relacionados ao campo, ela se coloca em tensão frente às necessidades de expandir o campo profissional deste jovem, momento decisivo para a carreira profissional deste Jovem, ou seja, esse é um momento de difícil tomada de decisão para a família que ainda vê o assentamento enquanto território seguro para reproduzir a sua vida. Nesse caso o entrevistado passou alguns anos morando na cidade e voltando aos finais de semana para o assentamento, forma de conciliar as atividades no assentamento e na universidade, pois ainda continuou participando das atividades de tomada de decisão associação, importante para a dinâmica do assentamento.

Durante os momentos de entrevista todos se posicionaram com relação ao momento específico da escolha da profissão, das estratégias que foram criadas para que essa escolha desse certo (rearranjos familiares, mudanças de cidade, ir e voltar no mesmo dia e etc.) e da importância que o assentamento possui nessa tomada de decisão, ou seja, o assentamento sempre figura enquanto elemento balizador das escolhas, por ser um local de moradia, seguro, o local das responsabilidades, onde está presente a família e os seus “valores” ou também o local de trabalho e geração de renda, mas que possui seus contratempos. Nossa entrevistada 2ª entrevistada, Renata nos conta um pouco sobre sua trajetória:

Eu nasci em Lins, fui morar em Sabino e para o assentamento vim com 9 anos. Já fui e já voltei, já trabalhei fora. Me formei, sou professora de história, eu fui trabalhar lá dar aula agora e leciono aqui no assentamento e voltei. Ia com transporte público daqui mesmo todos os dias. Sou professora na escola do Assentamento então permaneço aqui. Problema para continuar é que nós queremos a independência financeira. Eles querem tirar logo uma carta de motorista, por exemplo, não tem vontade de ir pra cidade estudar e nem plantar por falta de financiamento, se contenta com o frigorífico, que não veem o quanto é forçado o trabalho, vão lá fazem o serviço, fazem extra, conseguem o dinheiro e se contentam. Nos próximos anos o assentamento provavelmente vai envelhecer. Nas escolas mesmo, fecharam classes, não atingindo mais o público jovem. Vai ficar dividido em quem vai para a escola da cidade e para a do assentamento. Os pais têm a cabeça fechada e acreditam que a educação seja melhor na cidade. O transporte também é dificultado e a escola não é centrada na agrovila central. (RENATA, 2014).

Com relação às estratégias criadas para a permanência da entrevistada percebemos que a ida para a cidade foi necessária para cursar a universidade e que durante algum tempo ela percorreu o caminho assentamento-cidade-assentamento (assim como a maioria dos entrevistados e dos Jovens Rurais) e que por fim, ela conseguiu se reestabelecer no assentamento enquanto professora. Percebemos claramente que durante alguns anos a entrevistada permaneceu em um arranjo de vida muito próximo ao conceito de “Andorinha” elaborado por Scopinho (2013) no qual a juventude rural figura no movimento campo-cidade para além do tradicional êxodo rural, neste caso a jovem assentada percorreu o trajeto assentamento-cidade-assentamento para estudar; em alguns casos, como mencionado pela entrevistada, alguns jovens percorrem para trabalhar e viver da melhor forma possível para se sobreviver. Essa movimentação por parte dos Jovens também é influenciada pelas questões de lazer, o que também fica claro em algumas conversas nas quais os jovens nos apontam querer se mudar para outro assentamento mais próximo de uma grande cidade para poder ir ao cinema e ao shopping, uma noção de lazer centrada no consumo Scopinho (2013), mas que é decisiva sobre os projetos de vida. Outro ponto importante tocado pela entrevistada é a questão de que as escolas não são concentradas na agrovila central, o que coloca em cheque a mobilidade dentro dos assentamentos de reforma agrária - questionamentos como esse apareceram também na fala de outros entrevistados – isso influencia bastante o desejo dos jovens em permanecer no assentamento ou não pois as agrovilas são muito grandes e o deslocamento de uma à outra pode levar mais tempo do que o deslocamento até a cidade mais próxima.

Nossa 3ª entrevistada Graziela nos apresenta mais elementos sobre esse fator estrutural:

Eu estudo em Navas, na cidade, demora uns 35 minutos, acordo as 5 da manhã e vou de perua, essa é minha vida. Eu gostaria de morar lá pelos benefícios, ao precisar de algo, tem mais recursos, quando ficamos doentes principalmente, o maior problema é a deslocação, demora muito sempre, mesmo dentro do assentamento. Eu estou querendo fazer faculdade de engenharia da computação, fiz alguns cursos, penso em fazer outros, prefiro sair do assentamento, como disse, por conta dos 35 minutos para chegar na escola. Se tivesse uma da qualidade do ensino melhor, com certeza eu estudaria aqui mesmo. Eu quero é ter estabilidade financeira, ter uma casa, com a segurança que nunca a perderia, um lugar estável, mas gostaria de ter uma casa de campo aqui onde moro, pra poder voltar sempre. A questão é que aqui não tem emprego, todos os jovens daqui vão para a cidade e só voltam aos finais de semana e é assim que eu gostaria de viver também. (GRAZIELA, 2015).

A entrevistada nos mostra que se os deslocamentos fossem pequenos e a estrutura de ensino estivesse presente no assentamento ela ficaria, mas mesmo assim não reconhece o assentamento enquanto território de trabalho, onde poderia desenvolver atividades para a geração de renda e construir seu projeto de vida. Ela encara o assentamento enquanto um refúgio que poderia ser visitado esporadicamente. Outra questão estrutural foi levantada por um de nossos entrevistados. Passemos para o depoimento do nosso 4º entrevistado Lúcio:

Eu me sinto bem aqui no assentamento né, quando eu cheguei aqui, eu tinha 3 anos de idade, meus pais ainda não tinham construído essa casa ainda, a gente morava na Agrovila lá em cima, ficava um pertinho do outro, era melhor. Mudamos para cá em 2008 e foi aí que nós conseguimos construir essa casa. Eu vou continuar aqui no lote, porque na cidade eu tenho vontade de morar não. Lá é muito barulho, a noite muito movimento de carro, aqui é mais sossegado. Quando era mais novo, eu já apresentei um problema de saúde em 2008, eu fui pra escola e depois no final do ano eu fui numa festa de formatura com um amigo do peito, quando a gente tava saindo da boate, tinha uma briga, a hora que ele foi sair para montar na moto um cara veio e atirou, e eu fiquei chocado. Tive que tomar remédio por um bom tempo, durante 4 meses, aí foi difícil aqui no assentamento. (LÚCIO, 2015).

Nosso 4º entrevistado nos fornece um elemento especial de análise pertinente à saúde nos assentamentos de reforma agrária, ele nos revelou, junto de sua família, que é esquizofrênico e que no assentamento consegue encarar a vida de forma mais leve e não ficar tão propenso a ter crises. Ele aborda no relato acima uma expressão de felicidade e de união quando todos da comunidade moravam juntos e um momento de ruptura com o início de suas crises no mesmo ano devido a um fato marcante acontecido na cidade. É curioso ambos os fatos acontecerem num marco temporal próximo, mas não é nossa pretensão nesta pesquisa avaliar questões psicossociais. Outro ponto tocado pelo entrevistado foi o fato de que o momento de tratamento teve de ser realizado na cidade e que sua família tinha que ir e voltar todos os dias para visitá-lo pois ele ficou internado, o que agravou mais ainda o seu quadro clínico. Nesse ponto, podemos perceber uma falha na política pública de saúde nos assentamentos o que desmotiva também a permanência dos jovens e está relacionado também a questão da mobilidade pois a maioria dos jovens apontou preocupações em adoecer e ter dificuldades em ir até a cidade para acessar os serviços de saúde. É importante frisar que existe um posto de saúde na Agrovila Central e que funciona no Assentamento o programa de Saúde da Família,

com visitas e acompanhamento direto nos lotes dos assentados, mas mesmo assim o atendimento não é o suficiente frente a demanda dos moradores.

Com relação as formas de trabalho no campo nossos entrevistados nos apresentaram diversas formações, inclusive as que fogem ao tradicional formato do trabalho na terra, porém, um dos nossos entrevistados nos impressionou ao deixar explícito em sua fala a vontade de trabalhar no campo, permanecer no assentamento, mas não encontrar sequer um incentivo por parte das políticas públicas para iniciar uma produção própria e tê-la como base material para a reprodução de sua vida. Para nós, essa é a expressão máxima da desorganização política vivenciada em nosso país, em um assentamento que possui 28 anos de história, importância econômica e política, como pode um Jovem querer permanecer morando ali e produzindo e ser forçado a sair do assentamento? Veremos o que nos fala nosso 5º entrevistado Leonel sobre esta questão:

Eu tentei produzir aqui e não consegui, porque a linha de crédito era muito pequena e foi fechada agora porque estava muito inadimplente, é o Pronaf Jovem. Se por exemplo eu conseguisse esse projeto, aí já seria mais fácil de eu ficar aqui, seria um meio de levantar um capital, o que é difícil. Todas as famílias aqui têm a DAP²⁰, que é uma linha de crédito, uma parcela da produção para ter acesso a certas coisas. Cada DAP é por exemplo R\$ 4.000, são 6 meses, pessoa “vende” o que produz, planta com seu dinheiro e recebe parcelado como se estivesse vendendo, é como se estivesse recebendo um salário, todo fim de mês chega um salário. (LEONEL, 2014).

No dia em que conversamos com o entrevistado ele nos revelou que havia acabado de se matricular em um curso técnico para edificações, ele pensa essa ser a melhor alternativa para conseguir conquistar uma qualidade de vida para sua família no sítio, ajudando-os financeiramente. Ele também nos revelou que quando estiver estabilizado pretende voltar para o sítio para cuidar do pais quando mais velhos, nem que tiver que ir e voltar todos os dias do assentamento para a cidade. Esse arranjo concorda com a análise de Scopinho (2013) ao afirmar que o emprego na cidade era visto como mais seguro pelos jovens, pois estava pautado pelas leis trabalhistas e possibilitava mais acesso aos bens de consumo e lazer presentes nas cidades; o emprego na cidade também era visto como estratégia de acumulação de capital para investir na produção ou como renda para subsistência no lote que era utilizado como local de moradia seguro, longe dos perigos das cidades (SCOPINHO, 2013).

²⁰ Declaração de Aptidão ao Pronaf.

O Relato de nossa 6ª entrevistada Paula reforça as compreensões tratadas anteriormente:

O jovem aqui no assentamento já foi muito diferente do jovem da cidade, já foi muito sofrido e enfrentou muito preconceito, mas hoje a realidade está igual, temos acesso a tudo, internet, alimentação, transporte e estudo. A maioria dos jovens hoje estão fazendo faculdade, trabalhando fora, mas moram aqui, inclusive muitos já têm suas empresas. Tem muito projeto dentro do assentamento pra jovem, só que quem tem é quem já fez Projovem se você não tem a DAP você não tem acesso a nada, nenhuma ajuda. Não tem muito apoio para que o jovem fique, então eles vão embora mesmo. Se tivesse DAP para os jovens eles permaneceriam mais, tendo esse dinheiro, haveriam investimentos pra investir na sua produção e não ter que depender dos pais. O jovem não quer sair, ele está tendo que sair daqui. O maior problema para o jovem permanecer é a independência financeira que eles buscam e aqui é dificultada, além de lá ser melhor no transporte saúde, etc. E na cidade o pior foi o custo de vida, preço dos aluguéis muito altos. (PAULA, 2014).

Também podemos perceber que realmente a Juventude Rural não é alvo das políticas públicas pois não é priorizada pelos programas dos ministérios, sendo que as únicas existentes (Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem) são concessões de crédito e, como colocado por nosso entrevistado, a concessão é muito pequena perto do valor necessário para investimentos na produção, também percebemos que entre os assentados é comum existir um endividamento precoce (Scopinho, 2013).

Retornando à discussão acerca da questão do trabalho rural concordamos com Scopinho (2013) que novos empregos podem surgir na área rural mas no sentido de desenvolver questões importantes e que estão na agenda de demandas do assentamento como a democratização dos sistemas de crédito rural, a melhoria da infraestrutura, a melhoria da educação, da saúde e etc. Não concordamos com a perspectiva de Campanhola e Silva (2004) de um “novo rural” que está marcado pela modernização e tecnificação da base produtiva, trabalho pluriativo (trabalho agropecuário intercalado com atividades não agropecuárias) e prestação de serviços de lazer e turismo, para nós, essas atividades criam empregos não agrícolas na tentativa de manter os trabalhadores no campo e supostamente resolver os problemas a partir de uma visão urbana acerca da problemática do êxodo rural e não motivada pelos efetivos problemas vivenciados nos assentamentos (SCOPINHO, 2013).

Nosso 5º entrevistado continua sua fala:

Falo por mim e pelos jovens, ninguém quer ficar no sítio, aqui nós não temos uma garantia no trabalho. Na cidade trabalhou caiu o dinheiro, aqui não, você planta e muitas vezes perde, não tem uma garantia, além do que o trabalho é braçal. Quem não saiu daqui foi por falta de oportunidade. Mas

pela qualidade de vida, ficaria aqui. Já trabalhei no lote e em frigorífico, e vi que não me daria bem aqui, não tem condições. Não temos a mesma coragem que o 'povo' de antigamente tinha, agora está mais fácil e não queremos meter a mão na massa. (LEONEL, 2015).

No caso deste entrevistado houve uma inversão de valores com relação à sua família, para ele, o trabalho na cidade está caracterizado pela necessidade, ele está disposto a deixar o assentamento para romper a lógica do desemprego e se inserir no mercado de trabalho, onde encontrará a segurança do salário para o sustento da família. Este movimento é contrário ao que seus pais realizaram a mais de 28 anos atrás, no qual buscavam na terra a garantia material e moral para a reprodução de sua família. Essa relação com a terra e com a construção de um vínculo com o ato de produzir alimentos na terra e se alimentar da própria produção é também construída pela relação entre o jovem e os seus familiares, essa interação é ainda mais acentuada quando existe a participação dos familiares e dos jovens nos movimentos sociais.

Neste ponto retomamos a percepção de Andrade (1998) que os assentados constroem um saber social diferenciado e elaborado a partir da vivência política da luta pela terra. Nesse sentido, existe também nos assentamentos a formação de jovens militantes que passam a compor as organizações camponesas. Para Castro et al. (2009) existe uma diferenciação neste repertório entre ser militante e ser um jovem que não está vinculado a nenhuma organização, ser militante propicia um maior engajamento desses jovens no processo de reforma agrária inserindo esses jovens em outra sociabilidade, através viagens, encontros, leituras, filmes, ou seja, todo um repertório cultural que influi no processo de reprodução social dos assentamentos. Tomemos nosso 7º entrevistado, Miguel, para continuarmos a discutir essa especificidade:

O MST eu conheci aqui no assentamento pela indicação de um conhecido. O coletivo de juventude pensa o que é a juventude nos assentamentos, no êxito da juventude, é uma grande discussão no MST. No coletivo tem representantes de diferentes assentamentos onde discutimos como podemos contribuir com a juventude do campo. Nos reunimos nas escolas, Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Josué de Castro, entidades no Paraná e na agrovila Campinas vai ter uma oficina de formação no futuro. Na nossa discussão o fator econômico e a segurança de recebimento do dinheiro é o principal fator que causa a migração da juventude, a juventude não sabe planejar produção, mas tem a falta também de condições de lazer e esporte. Não há projetos suficientes no campo para juventude, tem o Pró-Jovem, que é econômico, mas um jovem para se manter no campo não precisa só disso, precisa de estrutura básica, um jovem vai querer um esporte, um lazer, escolas, capacitação para trabalhar, tem várias coisas

que devia acontecer para manter a juventude aqui. Não é só o econômico, isso não acontece no governo. (MIGUEL, 2014).

São vários os elementos aqui presentes que nos chamam atenção com relação aos autores estudados e para pensarmos quais são os processos pelos quais a juventude se constrói no assentamento. Numa primeira análise, percebemos claramente a expressão da Juventude Rural organizada apresentada por Castro et al. (2009), que está articulada e vinculada aos movimentos sociais e que possui demandas concretas, num segundo momento percebemos, como no depoimento de nosso 3º entrevistado que a renda advinda da terra e a sua frequência de recebimento é o principal problema enfrentado pelos jovens, pois nos períodos de entressafra eles vivem com o dinheiro obtido nos meses passados, o que demanda organização e planejamento, ou seja, não só de bases materiais necessitam os jovens, mas também políticas de gestão, cursos de organização de produção, capacitação, escolas e lazer.

Nosso 7º entrevistado continua sobre seus projetos com relação ao movimento e ao assentamento:

Eu quero continuar atuando no movimento com certeza, mas também quero ser agricultor, eu gosto de trabalhar com a terra eu gosto dessa vida assim. As políticas públicas é uma coisa que é travada muito travada, porém vai se tocando, ter jogo de cintura e tudo se ajeita, conseguir terra através da luta, já estou fazendo, estou acampado na militância fazendo isso, sou acampado em Gália no acampamento nosso e contribuo na organização dos outros acampamentos. Ser agricultor, estou decidido a ficar na terra. Eu gosto de trabalhar com a terra. Vou conseguir minha terra pelo acampamento e vou ser agricultor. (MIGUEL, 2014).

Para ele fica claro o desejo de ser agricultor assentado, apesar dos problemas enfrentados pelas políticas públicas para esse setor que, como visto acima, é um dos principais fatores de desestímulo para a permanência de jovens no campo. Para ele, diferentemente a opinião de nosso 5º entrevistado, neste momento conquistar a sua própria terra é sinônimo de liberdade, pois, apesar de estar inserido nas atividades do lote de seus tios no Assentamento Reunidas, ele também é acampado e luta por um pedaço de terra na cidade de Gália em um acampamento do MST chamado “Luís Beltrame”. Esse é um traço marcante que aparece em alguns casos nas pesquisas de campo realizadas pelo CPEA, muitos jovens (militantes ou não) são motivados pelos pais a conquistarem sua própria terra e passarem pelo mesmo processo de ocupação, luta e assentamento pelo qual a

família passou. Esse movimento nos inquieta pois ao mesmo tempo em que essas famílias poderiam dividir os seus lotes e contar com o aumento da produção junto de seus familiares, acabam incentivando a saída dos jovens que, uma vez acampados, não possuem garantia de serem assentados.

Destacamos aqui que, em nossa visão e na visão de alguns entrevistados, o MST passa no Assentamento Reunidas por um momento de crise e que a quantidade de militantes existentes nesse assentamento é extremamente reduzida – mesmo tendo sido recentemente incluído no programa de territórios da cidadania²¹ do governo federal -, na opinião dos entrevistados essa desmobilização ocorreu após a demarcação dos lotes e a dissolução da formação original em agrovila para a moradia individual nos lotes. Nosso 1º entrevistado levanta elementos importantes sobre o papel da militância para a formação dos jovens e nos fornece a seguir um elemento de reflexão:

Eu sou muito grato pelo MST, porque quanto a formação de militância eu tive totalmente com eles, porque assim, eles eram muito ativos aqui no assentamento eles davam curso de formação direto. Na verdade, assim, a gente não ia porque gostava, era cansativo, dois dias, mas íamos obrigados, minha tia fazia parte da direção do MST e hoje a gente vê como é importante participar do grupo, embora não gostasse, a gente aprendeu muita coisa, criamos essa identidade, que defende a terra, a permanência do jovem aqui dentro. E muitas pessoas que não participaram desse curso de formação não tem essa perspectiva hoje. A maioria dos jovens que tão na faculdade tão nesse pensamento de se formar e não continuar aqui. Mas muito dos que estão indo pra cidade, estão voltando, eu mesmo falo que quem um dia morou aqui no assentamento quando vai pra cidade e as necessidades não são supridas, acabam voltando. Muitos dos jovens de agora não participaram desses grupos de formação do MST, na verdade a maioria. Depois de um tempo o MST parou de ser ativo aqui no Reunidas, o curso de militância, não deram andamento por aqui e o jovem se perdeu no sentido de que não tinha mais prática de formação. (RICARDO, 2015).

A questão da luta pela terra, por se tratar de um assentamento, é marcante nas conversas de todos os jovens pois a maioria das famílias passaram pelo processo de luta, ocupação, demarcação e divisão dos lotes, porém são sensíveis as diferenças entre as percepções dos jovens que possuíram uma forte ligação com a militância com relação aos outros jovens estudados.

A nossa 3ª entrevistada nos coloca como complemento:

²¹ Os Territórios da Cidadania têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

O problema não são só os recursos somente financeiros, mas sim os jovens daqui que já foram mais unidos, é difícil conversar, é raro sairmos agora, antes nós nos divertimos juntos. (GRAZIELA, 2015).

Os depoimentos, mesmo concordando e se complementando na maioria das questões, são substancialmente diferentes e concordam com a literatura revisada neste trabalho, principalmente no fato que aponta Scopinho (2013), de que existe uma marcante diferença entre ser um jovem assentado e ser um jovem militante ou um jovem que possuiu familiares militantes, essa condição influencia na criação de diferentes projetos futuros de vida e possibilita vínculos mais duradouros entre os jovens militantes e os assentamentos de reforma agrária. Nosso 1º entrevistado continua:

Mas essa é a recordação que eu tenho, os interesses dos jovens vão crescendo e o pessoal vai intimidando, não vai querendo mais sair, vai criando uma preguiça e se acomodando, foi assim que acabou a folia de reis. Tem que ter alguma coisa que a gente tenha que se reunir pra fazer. A gente sempre procura, a gente ta com um grupo de jovens agora aqui no assentamento também, com uma associação de comunicação cultura esporte e produção assentamento Reunidas, só que até então a gente só faz comercialização, então como uma nova coordenadora assumiu aqui agora ela colocou como um dos pontos, poder incentivar a cultura, comunicação e esporte para juventude. Então a gente criou esse grupo dos jovens para a gente poder se organização e conseguir alguma coisa pro assentamento, porque aqui em perspectiva a juventude aqui não tem nada, acho que o curso que vocês mandaram é o que chega mais perto disso, reunindo os jovens e ter alguma coisa mais completa. (RICARDO, 2015).

Nosso entrevistado nos chama atenção para desmobilização vivenciada pelos jovens dizendo que com o passar do tempo eles foram se acomodando e perdendo o sentimento de coletividade, para ele, a criação de um grupo de jovens mediado por organizações do próprio assentamento poderia ajudar a superar essas dificuldades encontradas. A partir desta conversa passamos a acompanhar as reuniões do grupo de jovens. Reunidos, geralmente, às quartas-feiras cada semana os jovens escolhem a casa de um assentado - geralmente mais velho - para que eles façam uma roda de contação de histórias sobre as memórias vivenciadas na luta pela terra, na ocupação, no acampamento e no assentamento. Sempre em tom de bom humor e emoção a roda envolve os jovens e ultrapassam-se horas de conversas, perguntas e lembranças. É interessante percebermos que nos momentos de crise no campo é sempre recorrida a memória afetiva para reestabelecer a união e mobilizar os sujeitos para os projetos futuros. Mesmo enfrentando alguns percalços a roda de

contação de histórias ainda continua e está sendo registrada por alguns de nossos alunos em formato audiovisual.

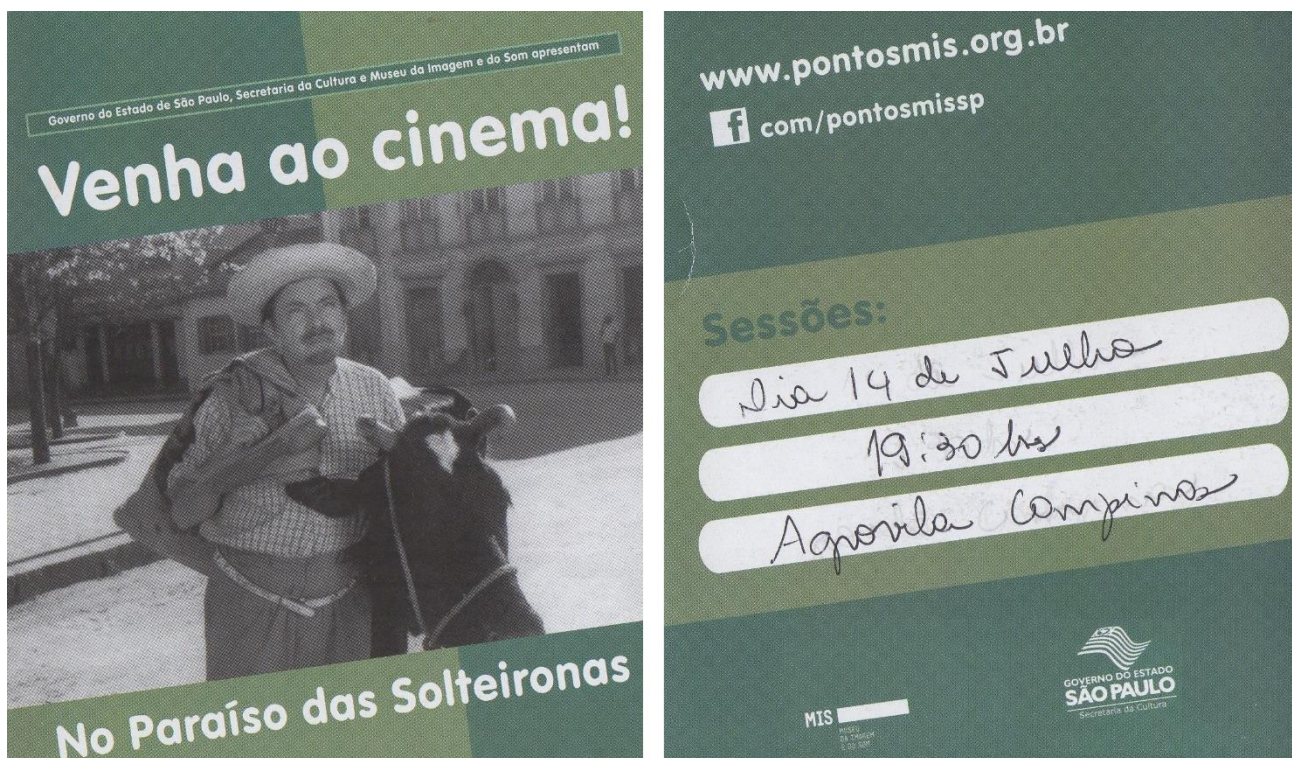
As poucas ações mobilizadoras da juventude que existem por parte do Estado e das políticas públicas muitas vezes pensam a juventude sobre uma visão urbana e, como explicitado acima, não fornecem elementos importantes para a coesão e o planejamento de ações para a juventude tratando dos reais problemas vivenciados no campo. Nosso 1º entrevistado nos revela uma situação corriqueira no assentamento e apresenta elementos para pensarmos a visão que a sociedade possui dos assentados e como ela constrói ações e se relaciona com eles:

É complicado isso que eu falo, semana passada a prefeitura promoveu aqui um dia de cinema, sabe é isso que eu falo, passaram o filme do Mazzaropi e para juntar o jovem né. É complicado. Acho que o alvo nem poderia ser a juventude. O pessoal tá descreditado, a juventude tá um pouco morta, eles não tem incentivo de nada, então acaba não se animando para fazer qualquer coisa. Na semana passada a gente teve aqui também um grupo de teatro de São Paulo, o pessoal que foi, foi muito pouco jovem, acho que foi cinco jovens e disseram que adoraram o teatro, é isso que falta assim. Eles querem muita coisa que não faz parte da nossa realidade, não adianta querer fazer uma coisa que não tem a ver com a nossa realidade. (RICARDO, 2015).

Neste ponto o entrevistado nos apresenta claramente ações assistencialistas e pontuais exercidas pela sociedade que poderiam ser realizadas e pensadas junto à comunidade para que se sensibilizassem as demandas reais do assentamento. Ao final de entrevista nosso colaborador mostrou o panfleto em que foi divulgado o referido evento e me pediu para que colocasse na pesquisa, que mostrasse como foi organizada aquela atividade e que ele não gostaria de assistir aquele filme naquela condição pois não se sentia um camponês nos moldes do personagem do filme, ele nos disse que fora de contexto aquilo parece uma ofensa aos assentados.

Segundo a vontade de nosso entrevistado segue a fotocópia do panfleto convite para a sessão de cinema, atividade elaborada pelo Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS) em parceria com o Governo do Estado de Paulo:

FIGURA 1 - Panfleto convite para a sessão de cinema na Agrovila Campinas



Fonte: Lacerra, B. Panfleto convite para a sessão de cinema na Agrovila Campinas. Setembro, 2015.
Panfleto entregue ao pesquisador pelo entrevistado.

Concordamos com o nosso entrevistado de que fora de contexto esse tipo de ação pode até parecer ofensiva para os assentados, ela teria uma melhor receptividade se fosse elaborada junto à comunidade e contextualizada. Por exemplo, poderíamos utilizar os filmes do Mazaropi para trabalharmos a visão que a sociedade brasileira tinha do caipira em um Brasil em vias de modernização e o preconceito que este audiovisual repercute até os dias de hoje. Esse é um trabalho que exige estudar e interpretar um filme junto à comunidade, ou seja, um trabalho conjunto e de contextualização.

Esse tipo de comportamento de preconceito é refletido também nas escolas as quais frequentam os jovens assentados, por parte dos professores na elaboração do programa de aulas, por parte dos funcionários da escola e também por parte dos alunos. Vejamos o que nos coloca nossa 8^a entrevistada, Tamires:

Eu moro no assentamento pelos meus pais. Aqui tem a falta de recursos, se houvessem os recursos eu ficaria aqui, não são só os recursos financeiros, mas alguma coisa para eu me divertir. Os professores não ajudam muito, sabem mais ou menos sobre a nossa situação de assentado, e existe muito

preconceito. Sabem que moramos, aqui, e mesmo assim existe muito preconceito, pessoas até escondiam ser assentados, as pessoas da cidade acreditam que sejamos “lambões”. Apesar de ser praticamente 30 alunos da sala assentados, fingem que a maioria é da cidade. (TAMIRES, 2015).

A discussão acerca da cultura nos assentamentos e as formas pelas quais as famílias e o assentamento constroem para que estas manifestações se reproduzam a questão cultural possui, como observado nos parágrafos acima, um forte papel mobilizador, ou a falta dela, um forte papel desmobilizador para um projeto coletivo que é um assentamento. Como apresentado no início deste trabalho, trazemos novamente para nossa reflexão a colaboração de Bourdieu (1974) que nos mostra que ao assegurar a sua reprodução material (a produção agrícola nos lotes - em nosso caso), a sociedade deverá garantir também a sua reprodução cultural e ideológica, devendo cada formação social assegurar que as próximas gerações possam continuar a produzir e a garantir a sua reprodução. O autor nos mostra o quanto importante são os mecanismos de reprodução cultural para cada formação social, que são representados pela herança cultural coletiva comum e pelos modos de percepção e de pensamento, os *habitus*, que sustentam o funcionamento da sociedade e que se não forem reproduzidos serão transformados e conseqüentemente serão transfiguradas todas as características de determinada formação social.

Para nós, as juventudes comungam de um mesmo processo histórico e cultural relativos ao lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de formas distintas, como sustentado por Honwana e Boek (2005), pois variáveis de gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade e expectativas condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem, de acordo com os *habitus* de determinada herança cultural. No caso dos assentamentos e da Juventude Rural entendemos que esses *habitus* estão muito condicionados às formações culturais e no reconhecimento dos jovens em serem assentados. Como apresentado nas entrevistas acima, ser assentado condiciona a construção dos projetos de vida e ser assentado é também um sentimento que pode ser consolidado em momentos de crise, como apresentado pelos jovens na roda de contação de histórias, estratégia para tentar mobilizar os jovens do assentamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa buscamos compreender elementos relativos ao conceito e da categoria Juventude Rural nas pesquisas brasileiras. Essa discussão é importante por dois fatores: primeiro, passados 30 anos da promulgação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os Assentamentos que foram concretizados nesse período passam hoje por um processo de envelhecimento de sua população original que foi responsável, por muito tempo, pela força de trabalho e pela organização política dos assentamentos e dos movimentos sociais. Em segundo lugar, pela relevância da temática dos Assentamentos de Reforma Agrária devido ao seu potencial transformador e de desenvolvimento territorial.

Os processos de envelhecimento e de reprodução social dos Assentamentos de Reforma Agrária mostram conflitos entre os seus sujeitos - jovens rurais e seus familiares, assentados e o estado - refletidos na migração desses jovens para as cidades por diversos fatores trabalhados na pesquisa, como: fatores materiais; falta de estrutura no campo, falta de escolas, falta de financiamentos; e fatores subjetivos; como o trabalho penoso, o machismo da família, o preconceito da cidade e outros. Sabemos que os lotes de reforma agrária somente podem ser transferidos mediante a herança, o que faz com que pesquisas ligadas a essa temática passem a ganhar maior importância nos próximos anos, pois o esvaziamento dos lotes devido a saída dos filhos e da juventude rural vem se dando em escala progressiva.

Outro fator que nossa pesquisa buscou contribuir foi enfatizar que as investigações sobre essa temática não devem somente partir da perspectiva da fixação do jovem no campo, mas da perspectiva de compreender sobre os jovens que realmente gostam da vida no campo, que querem ser agricultores, percebendo os problemas que eles enfrentam e que não encontram soluções nas políticas públicas para a sua permanência.

Como pano de fundo para essa discussão, não menos importante foi a compreensão sobre a questão agrária brasileira que nos revelou a formação de segmentos explorados desde o processo de colonização - os indígenas, negros e os imigrantes - que no processo de apropriação de nosso território foram utilizados como força de trabalho para o desenvolvimento do capitalismo no país. Esse processo gerou violência e revolta em diversas localidades de nosso país culminou no surgimento dos movimentos sociais enquanto força organizada. Nesse

movimento de resistência encontramos também a Juventude Rural manifestada através de congressos, pastorais e movimentos sociais, o que nos revela que a Juventude Rural está organizada e politizada, reivindicando seus direitos e participação social.

No momento da revisão bibliográfica, baseada principalmente no texto de Castro et al. (2009) e pela discussão levantada por Scopinho (2013), percebemos que a categoria Juventude Rural está presente enquanto objeto de estudos nos campos da geografia, da história e principalmente da sociologia, e que encontramos no debate contemporâneo importantes perspectivas de investigação, algumas relativas à constituição e a consolidação de uma juventude rural militante e organizada, estudada através da participação e engajamento nos movimentos sociais e outras discussões que buscam consolidar o conceito de juventude rural também como uma juventude presente nos assentamentos e que não necessariamente é engajada nos movimentos sociais.

A nossa pesquisa de campo foi realizada, justamente buscando levar em conta as observações, a coleta de depoimentos e relatos orais dos Jovens do Assentamento Reunidas, buscando somar as contribuições dessas teorias para demonstramos que a Juventude Rural é uma categoria da prática, ou seja, que além de uma categoria ela é sobretudo sujeitos que vivem e se relacionam no campo e que precisam de abordagens práticas para a mudança de sua realidade e constante atualização das políticas públicas. Buscamos demonstrar que as percepções sobre a juventude rural possuem importantes contribuições para o debate atual e que necessitam ser tratadas em conjunto, demonstrando que são parte de uma juventude rural heterogênea, que possui diversos contornos, sujeitos e desejos. Nesse sentido, para termos uma melhora na função social das políticas públicas voltadas para esses sujeitos, necessitamos que elas estejam voltadas não somente para o aparente ou para o sujeito político organizado que aparece através dos movimentos sociais, mas que estejam voltadas também para aqueles jovens que residem nos assentamentos e que não possuem engajamento político. Esse movimento só pode ser feito através do resgate “das falas” desses jovens que experimentam e vivem efetivamente a realidade estudada, através dos quais eles possam nos dizer quais são suas necessidades, quais são os problemas enfrentados no campo, como se dá a sua educação e como é a sua relação com o

assentamento, congregando diversas realidades específicas para compormos uma nova política social mais democrática e abrangente.

Nesse sentido, a nossa pesquisa tem o intuito de contribuir para este debate pois abre caminhos, problematizações e principalmente, o diálogo, entre os sujeitos que compõe a realidade dos Assentamentos de Reforma Agrária e a Universidade. Esses diálogos transcorreram entre os diversos sujeitos que estiveram envolvidos na construção desta pesquisa e reflete um texto construído dentro da alteridade, ele pode ser entendido como a representação da relação do pesquisador com o seu campo e com a diferença e correspondente a soma de diversas vozes de sujeitos que participaram de nossa investigação e que estão em diálogo na realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H.W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**, in PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- ABREU, Raphael Lorenzeto - Imagem: **São Paulo Meso Micro Municipio.svg**, São Paulo, 2006. Mapa disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/46/SaoPaulo_Municip_Promissao.svg
- AMIT, Talai e HELENA, Wulff. **Youth cultures: a cross-cultural perspective**. London; New York: Routledge, 1995.
- ANDRADE, Márcia Regina de O. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra**. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. 1998
- ANDRIOLI, A.I. A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade. In: **Revista Espaço Acadêmico – N° 31**. Edição Dezembro de 2003.
- ARBAROTTI, Alexsandro Elias. **Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades**. São Carlos, SP: UFSCar, 2014. 165 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins, banca: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins; Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho; Profa. Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti-UFSCar. CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas. S. . Acesso em: 14 outubro de 2014.
- BERGAMASCO, SONIA M.P.P.; NORDER, LUÍS A.C. **O que são os assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974
- _____. **A Juventude é apenas uma palavra**. Em: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)
- BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**, Em: *Juventude Rural em perspectiva*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B. & CARVALHO, J.G. **Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a**

construção de um ator político. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa. **Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Tese doutorado. PPGAS. Museu Nacional.UFRJ.2005.

CPT. **Carta Nacional da Juventude Camponesa.** Brasília, 2014. Carta retirada do site da CPT, disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/acoes-dos-movimentos/1897-carta-do-3-congresso-nacional-da-juventude-camponesa>.

DAYRELL, Juarez e REIS, Juliana Batista. **Juventude e Escola: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no ensino médio.** Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife 2007.

DELGADO, Guilherme. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 157-172. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-4014200100030001>

DELGADO, Guilherme. **Qual é a Questão Agrária Atual?** In: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: MST. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/8382>. Acesso em: 02 jan. 2016.

DELGADO, Guilherme. Questão Agrária hoje. In: Questão Agrária e Desigualdades no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.** Ano 35 v. 01 n. 02, Edição Outubro 2014.

DENZIM, N.K. (1970) **The Research Act in Sociology.** London: Butterworth.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** [Tese de Livre Docência não publicada]. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, 2013.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Em: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16, Junho, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORACCHI, M. M. **A Juventude na Sociedade Moderna.** São Paulo: EDUSP, 1972.

GOHN, M. G. (ORG.) **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAZIELA. **Entrevista [18 maio de 2015]**. Entrevistador: Bruno Lacerra de Souza. Promissão /SP, 2015. Word.docx (05 páginas). Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HONWANA, A., & BOECK, F. D., **Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa**, Dakar, CODESRIA, 2005.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária**. Vozes, Petrópolis, 1979.

LAKATOS, M.; MARCONI, M. **Fundamentos de Metodologia Científicas**. 5. ed. São Paulo, 2003.

LEONEL. **Entrevista [12 maio 2014]**. Entrevistador: Bruno Lacerra de Souza. Promissão/SP, 2014. Word.docx (04 páginas). Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens II: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOERA, Nashieli. **A Espiral das Ocupações de Terra**, Editora Polis e Ceres-UNICAMP, São Paulo, 2006.

LUCIO. **Entrevista [18 set. 2015]**. Entrevistador: Bruno Lacerra de Souza. Promissão/SP, 2015. Word.docx (10 páginas). Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La Juventude es más que una plabra**, Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MENDONÇA, Maria Luísa. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. São Paulo: USP, 2013.

MIGUEL. **Entrevista [03 nov. 2014]**. Entrevistador: Bruno Lacerra de Souza. Promissão/SP, 2014. Word.docx (03 páginas). Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2.ed., São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NORDER, L. A. C. **Políticas de Assentamento e Localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**, 2004.

NOVAES, Regina R. **Juventude/ juventudes?** In: Comunicações ISER, n.50, ano 17. RJ,1998.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia agrária**. São Paulo: contexto, 1999.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

_____. **A política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio**. São Paulo, 2011. Página do MST. <http://antigo.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valoriza-o-agronegocio>

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAULA. **Entrevista [15 mar. 2014]**. Entrevistador: Bruno Lacerra de Souza. Promissão/SP, 2014. Word.docx (03 páginas). Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

PEREIRA, T. G. N. **Os Governos Lula da Silva: os limites e possibilidades do II Plano Nacional de Reforma Agrária e os conflitos no campo brasileiro entre 2003-2010**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

PEREIRA, T. G. N. **O MST E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA: RELATOS ORAIS DA LUTA PELA CONQUISTA E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NO ACAMPAMENTO ARGENTINA MARIA E ASSENTAMENTO REUNIDAS MARÍLIA 2016**. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015

POKER, J. G. B. **A prática da vida e os desencontros da libertação**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Departamento de Ciências Sociais, 1994.

PORTELLI, A. (1997) **O que faz a história oral diferente**. In: Cultura e Representação. São Paulo: Projeto História, no. 14. Educ.

QUEIROZ, M.I. (1988) **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: VON SIMSON (org.) Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice.

RENATA. Entrevista, **[15 março de 2014]**. Entrevistador: Bruno Lacerra de Souza. Promissão/SP, 2014. Word.docx (04 páginas). Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

RICARDO. Entrevista **[17 set. 2015]**. Entrevistador: Bruno Lacerra de Souza. Promissão/SP, 2015. Word.docx (18 páginas). Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

SANTOS, Selma. **A trajetória do assentamento Reunidas: o que mudou?** Dissertação de mestrado apresentada ao instituto de Economia da UNICAMP, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001i.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Serei também uma andorinha? Sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais**. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE Jr., J.R.P de; SILVA, A.P.S. da. (Org.). O agrário e o ambiental no século XXI. 1ed.Curitiba-PR: Editora CRV, 2013, v. 1, p. 97-120.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão**. Tese de Doutorado apresentada ao curso de pós-graduação em geografia humana do departamento de geografia FFLCH, USP, 1999.

_____. **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. Marília: Laboratório Editorial, 2011.

SIMONETTI, M.C.; LACERRA, B.S.; ARBAROTTI, A.E.; GOES, N.P. **A Reprodução Social nos assentamentos de reforma agrária: o caso do Assentamento Reunidas/promissão /SP**. In: Anais VI Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais. Uniara, Araraquara, 2013.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro** - SC. Florianópolis: Ed. UFSC, UFSC.

TAMIRES. Entrevista **[10 ago. 2015]**. Entrevistador: Bruno Lacerra de Souza. Promissão/SP, 2015. Word.docx (03 páginas). Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

THÉVENOT, L. **“Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements”**, in Actes de la Recherche en Sciences Sociales. N. 26-27, março- abril. pp. 3-18, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Projeto de pesquisa (mimeo), 2003.

WEISHEIMER, N. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico**. Brasília: Nead/MDA, 2005.

WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. UNB, 1997.

ANEXO A – TABELA 4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A JUVENTUDE

| Fonte Órgão Governamental | Guia de Políticas 2006 | Guia de Políticas 2010 | Castro et al. 2009 |
|--|--|--|--|
| MDS | Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano | | Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano |
| | | Ampliação do Bolsa Família | |
| ME | Programa Bolsa-Atleta | Programa Bolsa- | |
| | Programa Segundo Tempo | Programa Segundo Tempo | |
| ME/MJ | | Praças da Juventude | |
| MEC | Programa Brasil Alfabetizado | Programa Brasil Alfabetizado | Programa Brasil Alfabetizado |
| | Programa Escola | Programa Escola Aberta | |
| | Programa Escola de Fábrica | | |
| | Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) | | |
| | Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) | Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de | Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) |
| | Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) | Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio | |
| | Programa Universidade para Todos (ProUni) | Programa Universidade para | |
| | | | Programa Saberes da Terra |
| | | Reforço à Escolas Técnicas e Ampliação das Vagas em | |

| | | | |
|----------------------|--|--|--|
| MEC (Continuação) | Programa Saberes da Terra | Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos | |
| | | | Programa Nacional de Transporte Escolar – PNTE |
| Mec/ MMA | Programa Juventude e Meio Ambiente | Programa Juventude e Meio Ambiente | |
| Mec/TEM | | | Programa de Expansão da Educação |
| MDA | Programa Nossa Primeira Terra | | Programa Nossa Primeira Terra |
| | Programa Pronaf Jovem | Programa Pronaf | Programa Pronaf Jovem |
| | | | Pronera |
| | | | Arca das Letras |
| MDA/TEM | | | Consórcio Social da Juventude *** |
| MinC | Programa Cultura Viva | Programa Cultura | |
| TEM | Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) | | |
| SGPR/Mec/MDS/TEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovem (ProJovem) | Programa Nacional de Inclusão de Jovem (ProJovem) | |
| MD | Projeto Rondon (relançamento) | Projeto Rondon | |
| | Projeto Soldado Cidadão | Projeto Soldado Cidadão | |
| MJ/ME/MinC/Sepir/SNJ | | Programa Nacional de Segurança Pública com | |

Legendas:

* Inclui Projovem Urbano, Projovem Campo/Saberes da Terra, Projovem Trabalhador, Projovem Adolescente

** No âmbito exclusivo do MJ inclui Protejo, Jovem Detento e Geração Consciente. Em parceria com ME inclui: Esporte e Lazer na Cidade, Praça da Juventude e Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania; com MinC: Pontos de Leitura, Pontos de Cultura e Projeto Museus; com Sepir: Projeto Farol e com SNJ: Projovem Prisional

***É uma das ações do PNPE

Fonte: SCOPINHO, R.A. **O que você vai ser quando crescer?** As representações sociais de jovens assentados sobre trabalho familiar e juventude. In: Relatório de Pesquisa FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa no estado de São Paulo. São Carlos, UFSCar, 2011.